



Renata Lopes Marinho de Almeida

**Representações femininas na França do
século XVIII: iluminismo, gênero e educação**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João de Azevedo e Dias Duarte

Rio de Janeiro
Abril de 2019



Renata Lopes Marinho de Almeida

**Representações femininas na França do
Século XVIII: Iluminismo, gênero e educação**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. João de Azevedo e Dias Duarte

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Antônio Edmilson Martins Rodrigues

Departamento de História - UERJ - PUC-Rio

Aline Magalhães Pinto

Departamento de Letras - UFMG

Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Renata Lopes Marinho de Almeida

Graduou-se em Bacharelado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2011 e concluiu a Licenciatura no mesmo curso e Universidade em 2016. É pós-graduada em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP, Fiocruz.

Ficha Catalográfica

Almeida, Renata Lopes Marinho de

Representações femininas na França do século XVIII : iluminismo, gênero e educação / Renata Lopes Marinho de Almeida ; orientador: João de Azevedo e Dias Duarte. – 2019.

133 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019.

Inclui bibliografia

CDD: 900

Agradecimentos

À Deus e minha família, os quais me amaram e sustentaram em todo o tempo.

Resumo

Almeida, Renata Lopes Marinho. Duarte, João de Azevedo e Dias. **Representações femininas na França do século XVIII: iluminismo, gênero e educação.** Rio de Janeiro, 2019. 133p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa de mestrado pretende investigar distintas vertentes discursivas acerca das representações femininas na sociedade francesa do século XVIII. No primeiro capítulo, com base nos verbetes encontrados na *Encyclopédie*, observamos a construção da figura feminina e as interpretações a respeito das capacidades das mulheres naquele período. No segundo, estudamos as contrárias percepções dos filósofos Rousseau e Condorcet em relação às habilidades femininas com base em seus tratados relativos à educação. E por fim, nosso terceiro capítulo, apresenta a trajetória de Madame du Châtelet e, a partir da sua obra póstuma "Sobre a felicidade" publicada em 1779, propusemos examinar a educação como proposta de felicidade.

Palavras-chave

Iluminismo; mulher; letrados; educação.

Abstract

Almeida, Renata Lopes Marinho. Duarte, João de Azevedo e Dias (Advisor). **Representations of women in eighteenth-century France: Enlightenment, gender and education.** Rio de Janeiro, 2019. 133p. MSc. Dissertation – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present master research intends to investigate different discursive aspects about the feminine representations in the French society of century XVIII. In the first chapter, based on the entries found in the Encyclopedie, we observe the construction of the female figure and the interpretations regarding the capacities of women in that period. In the second, we study the contrary perceptions of the philosophers Rousseau and Condorcet in relation to women's abilities based on their treatises on education. And finally, our third chapter, presents the trajectory of Madame du Châtelet and, from her posthumous work "On happiness" published in 1779, we proposed to examine education as a proposal of happiness.

Keywords

Enlightenment; women; scholars; education.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 - A representação feminina no discurso enciclopedista	30
1.1 – O homem nos verbetes enciclopedista	50
1.1 - A mulher nos verbetes enciclopedista	57
1.2 - Conclusão	63
Capítulo 2 - A representação feminina em Rousseau e Condorcet.	66
2.1 – O discurso de Rousseau	78
2.2 – O discurso de Condorcet	87
2.3 – Conclusão	95
Capítulo 3 - A educação como proposta de felicidade: O caso de madame du Châtelet	97
3.1 – Madame du Châtelet	100
3.2 – Châtelet e a educação	102
3.3 – Sobre a Felicidade	108
3.4 – Conclusão	117
Conclusão	120
Referências Bibliográficas	127

Epígrafe

*Escrever história das mulheres é sair do silêncio que elas
estavam confinadas.*

Michelle Perrot

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a debater dois discursos acerca da representação da mulher na sociedade francesa do século XVIII. O primeiro, é o discurso dos enciclopedistas acerca do que eles começaram a elaborar sobre o significado de “ser mulher”, as contribuições, limitações, especificidades e capacidades do gênero feminino. Para tal, iremos analisar alguns verbetes retirados da Enciclopédia iluminista.

A segunda perspectiva de discurso acerca das mulheres está na interpretação de dois filósofos iluministas¹, Rousseau e para contrapor, o pensamento defendido por Condorcet. Por mais que eles discordassem em relação à educação e habilidades feminina, ambos estão problematizando a mulher e produzindo discursos analíticos importantes para a nossa compreensão do lugar feminino e sua educação no recorte dessa pesquisa de mestrado.

Por fim, o terceiro capítulo consiste no estudo de caso da obra escrita por Madame du Châtelet intitulada “sobre a felicidade”. Temos como objetivo apresentar o discurso sobre educação e conhecimento feminino a partir do ponto de vista feminino. Pensando quais fatores eram relevantes na construção dessa representação, segundo a experiência de uma mulher. Além disso, pretendemos finalizar nossa investigação pensando os possíveis atravessamentos desses diferentes discursos e como essas conexões podem nos ajudar a compreender a representação feminina no século XVIII francês.

Nossa preocupação consiste em privilegiar as reflexões sobre o lugar do saber feminino, para tal contempla nossa pesquisa o tema da educação na França iluminista e as formas de escrita e aprendizado no período. Tendo como critério principal, combinar nas fontes e bibliografia selecionadas, elementos capazes de contribuir para ilustrar a relação entre a mulher e o conhecimento.

¹ Por mais que tanto Rousseau quanto Condorcet tenham sido enciclopedistas, ou seja, terem escrito verbetes para compor a obra de Diderot, não estamos considerando nessa análise o que produziram para o projeto da Enciclopédia e sim, outros textos em que debates especificamente sobre mulher e educação. Por isso separamos nossa análise em verbetes e discursos de filósofos.

Contudo, feitas essas considerações, é importante mencionar que a estruturação dessa dissertação parte das concepções teóricas desenvolvidas pela história das mulheres e os estudos de gênero. Dessa maneira, cabe a esse capítulo introdutório, desenvolver a formação desse campo teórico e apresentar suas principais contribuições e representantes. Finalizando com a aplicabilidade desse campo ao nosso tema de investigação.

Isto posto, o século XVIII é marcado pelo surgimento de novas ideias e flexões acerca do mundo moderno. Especificamente no caso francês – objeto de análise da presente dissertação – podemos pensar num “arcabouço intelectual”, fornecido pelo movimento iluminista. Diversas áreas foram englobadas aos debates promovidos por diversos filósofos do período, tais como a política, economia, religião, ciências, dentre tantas outras. E modificaram estruturas de pensamento consolidadas desde o Renascimento. (GOMES, 2011)

Contudo, também podemos encontrar no período o ensaio de discursos sobre a representação feminina e o lugar da mulher na sociedade francesa. Esse discurso promovido pelos filósofos do período são leituras importantes que podem ser observados historicamente com base em duas linhas analíticas: os estudos de Gênero e a História das Mulheres. Assim sendo, a proposta do capítulo introdutório da presente dissertação consiste em apresentar a trajetória que esses dois campos realizaram ao longo das últimas décadas e as possibilidades do “escrever sobre mulheres” ainda no século XVIII.

Ao considerar a afirmativa de Joan Scott de que o gênero é uma categoria útil para análise histórica e que assim, as características e hierarquias de formação estão condicionadas às estruturas socialmente construídas. É possível compreender a necessidade de produzir estudos que sejam extra descritivos, ou seja, capazes de interpretar os fenômenos históricos e sociais e buscar, a partir disso, possíveis soluções aos problemas analíticos, projetando a mulher ativamente no fato histórico e viabilizando a exposição de suas contribuições, trajetórias e sociabilidades. (SCOTT, 1994)

A História das Mulheres surge na França em 1970 e uma década antes na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Ela propõe a criação de um campo analítico que coloca a mulher em evidência, sob a prerrogativa de que o sexo feminino produziu [e produz] uma história que precisa ser contada, sobretudo através da problematização da mulher e da sua relação com a sociedade. Nas palavras de Louise Tilly “a história das mulheres

certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar novos conhecimentos históricos”. (TILLY, 1994, p. 34)

Enquanto método de análise, a história das mulheres contribuiu para reafirmar o interesse histórico por indivíduos ditos “comuns”, campo de interesse da história social. ~~O fez, e~~ Em seu início, as análises eram realizadas por meio do ~~através do já conhecido~~ “método de biografia coletiva”², partindo das descrições e relatos individuais, traça um panorama coletivo capaz, inclusive, de oferecer uma leitura das variações, trajetórias, sociabilidades e estrutura organizacional. Oferecendo um panorama amplo na análise de indivíduos do sexo feminino.

Ainda no que tange os aspectos metodológicos da história das mulheres, é profícuo tecer algumas considerações. A principal contribuição do prisma descritivo é a capacidade de evidenciar a experiência feminina na história, relatando a forma de agir das mulheres em sociedades específicas, incorporando ao debate, os valores tanto ofertados pela sociedade quanto apreendidos pelas mulheres. Tendo como principal regulador o paralelo entre as esferas pública e privada, o que será melhor desenvolvido em outros momentos do trabalho.

Já em relação ao viés analítico, é fundamental que aos historiadores(as) das mulheres que norteiem o uso de seus resultados e explicações. É imprescindível incorporar ao método analítico a correlação entre os resultados da pesquisa e sua contribuição para a problemática da história. Afinal, não basta mais, apenas traçar a trajetória de vida de uma mulher específica ou grupo de mulheres, é necessário vincular tais experiências as temáticas históricas correspondentes.

Em vista disso, não seria suficiente apenas inserir a história das mulheres ao conteúdo histórico vigente, pois isso acarretaria numa produção descritiva não problematizada. O ideal é “escrever uma história das mulheres” e então “vincular seus problemas àqueles das outras histórias”. Tal confrontação permitirá que a história das mulheres consiga influenciar, de alguma maneira, o quadro geral da história e então colaborar com a historiografia. (TILLY, 1994)

² O “método das biografias coletivas” possui enfoque de tipo sociológico no processo de pesquisa histórica, investigando as características comuns, sejam elas permanentes ou transitórias, de um determinado grupo social em período histórico específico.

O século XX foi marcado pelo questionamento acerca da possibilidade de reescrever a História reconhecendo o devido protagonismo feminino. Nos anos seguintes, se intensificou as discussões acadêmicas sobre o campo do feminino, sobretudo, por aqueles que objetivavam a valorização da mulher, não apenas no aspecto do gênero biológico em si, mas também o seu lugar efetivo nos acontecimentos históricos. Em relação ao lugar produtivo das mulheres, esta pesquisa tem o objetivo de pensar como se deu o desenvolvimento da produção escrita feminina durante o século XVIII na França confrontando a estrutura social e política do período em concomitância ao trabalho letrado feminino no decurso do movimento iluminista francês.

Parafrazeando a definição de história como a ciência dos homens no tempo, realizada por Marc Bloch em seu livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Tilly ajusta tal fórmula estabelecendo uma simples, porém brilhante definição para a história das mulheres: “a ciência das mulheres no tempo” (TILLY, 1994, p.30). Mais do que pensar o critério biológico, familiar, geográfico, de costumes e regras sociais, raça ou de classe social, a melhor justificativa para validar a importância desse campo é porque as mulheres não apenas vivem, mas também atuam no tempo. Logo, são atores históricos e como tal precisam ser considerados.

Os debates e reflexões acerca da mulher, seja pensando seu corpo, sexualidade, atributos físicos, intelectuais ou mesmo seu papel e lugar na sociedade, estão diretamente correlacionados às transformações históricas. A partir do século XVIII as mulheres foram ganhando cada vez mais destaque no meio público, os filósofos problematizaram a educação que elas recebiam, suas capacidades intelectuais, direitos e contribuições. A história das mulheres, com base nessa ideia, resgata discursos históricos acerca do feminino e problematiza as conexões, interações, trajetórias e sociabilidades do sexo feminino. (SCOTT, 1992)

Subsequentemente, outros pressupostos teóricos e metodológicos começaram a ser mobilizados. Para alguns estudiosos, era necessário ampliar as perspectivas através do recurso das ciências sociais. Propunham refletir acerca da oposição fixa entre homem e mulher, sem deixar de lado questões envolvendo raça, etnia, classe, sexualidade etc. Outro grupo acreditava que deveria ser colocado em maior evidência a forma como a oposição entre homem e mulher era historicamente construída e tornada válida através do poder e das ordenações hierárquicas. Correntes que foram sendo aperfeiçoadas e representadas ao longo dos anos.

Os estudos de gênero surgem, assim, com a prerrogativa de superar a História das Mulheres, aprofundar os limites dos debates, englobando não apenas outros grupos de minorias, mas também novas perspectivas e preocupações. Contudo, é preciso reconhecer que ambos os campos de análise estão fincados sobre a mesma base, proporcionar voz àqueles que até então foram silenciados ou negligenciados pela história e historiografia.

Decerto, uma das importantes contribuições que o campo de estudos de Gênero propôs ao pensamento da História das Mulheres – levando em consideração a proposta comum a ambos – foi em expandir seus atores sociais, sendo capaz de englobar abordagens analíticas que teceram um caminho extra ao binarismo homem e mulher, ampliando o olhar aos estudos das masculinidades, homossexualidades, transfeminismo, teoria queer, e outros tantos que estão surgindo nos debates.

A História social das mulheres, assim como os estudos de gênero carregam em suas trajetórias a bandeira comum da reparação, preocupando-se em superar a análise inicial de apenas inserir grupos marginalizados pela historiografia tradicional e problematizar tal silenciamento. Michelle Perrot diz que as mulheres estiveram desde sempre destinadas à obscuridade, em suas palavras “confinadas no silêncio de um mar abissal”, acrescentaria, de homens poderosos. Por mais que elas fossem galgando espaços ao longo dos anos, isso era desconsiderado ou invisível tanto no presente de suas existências, quanto na narrativa histórica que seguia. (PERROT, 2013, p.16)

Os problemas dos dois sexos e da relação entre eles são, obviamente, problemas sociais, mas também políticos e culturais – mesmo que isso só esteja se tornando mais clarificado do último século até a atualidade. A proposta de gênero, assim como a própria ideologia de gênero chamam ao debate pontos e articulações críticas que antes ainda não davam conta de ocupar tal espaço. Essa movimentação na segunda metade do século XX se faz através de leituras que abriram caminho na escrita da história feminina, as quais ensaiavam algumas reflexões acerca da necessidade de falar sobre temáticas ligadas às mulheres. Afinal, foi por conta da consciência de que o homem tomou para si o lugar central na estrutura social, e que ainda se reservou o encargo de definir o papel da mulher, de dizer o que ela poderia ou não fazer, que aos poucos a história foi perpetuando tal pensamento.

No livro *O segundo sexo* (2009), Simone de Beauvoir tendo compreendido o lugar da mulher enquanto coadjuvante tenta superar a simplória comparação entre os sexos e ir

além, investiga como funcionou o processo para que a mulher ocupasse esse lugar que lhe foi designado e de que forma ela contribuiu para a configuração social, mesmo com suas limitações de poder e liberdades. Beauvoir questiona logo no início o que é ser mulher e passa os dois volumes de sua obra tentando compreender o que a sociedade, reconhecendo as variações no tempo e espaço, fez dessa mulher e ainda reflete sobre quais rótulos a mulher carrega e como isso influencia a individualidade feminina. Esse livro, consagrado ainda na atualidade tem seu debate não superado, daí a necessidade de revisitá-lo sempre que for pensar a figura feminina.

Ainda refletindo acerca dos ensinamentos de Beauvoir conseguimos compreender as bases da violência de gênero e do silenciamento feminino, a qual se perpetua ao longo da história. A opressão sofrida pelas mulheres se define por conta das tensões relacionais, afinal ao considerar a existência de duas categorias humanas, elas se relacionam reciprocamente seja através da hostilidade ou da amizade, por meio do mecanismo da tensão em busca da soberania – nesse sentido em relação ao outro – e quando uma das partes consegue se efetivar na posição privilegiada irá usar todos os dispositivos cabíveis para se manter em tal situação.

A trajetória intelectual feminina serve como um perfeito mapa da sociedade. Ao longo do século XX, na França, é possível encontrar significativo desequilíbrio nas cadeiras dos cursos acadêmicos, o que reflete diretamente as raízes do discurso masculino quanto à acessibilidade e capacidade feminina no campo do saber. Nos cursos ligados ao ensino e tradução, como a literatura francesa, encontrava-se um número reconhecidamente maior de mulheres no papel de professoras, inclusive de jovens acadêmicas. Enquanto nos cursos de tradição científica e de pesquisa, esse número é bastante reduzido ou inexistente.

A História das Mulheres não trata de reivindicar um lugar de fazer e escrever História num viés feminino, ou não apenas disso. De fato, os debates que sucederam desse campo trouxeram conscientemente ao foco a mulher como protagonista e também, serviram para romper com o tabu de falar sobre a relação entre os sexos e a sexualidade, tudo isso sob o enfoque feminino e sendo feito por mulheres, em sua maioria. Mas ao mesmo tempo, a metodologia, a forma de indagar e investigar as fontes e os padrões de escrita não mudaram. Os homens não deixaram de ser referenciados quando necessário, ou seja, não houve uma ruptura com a forma, a estrutura.

Através do primeiro parágrafo do livro *História das Mulheres*, escrito por Georges Duby e Michelle Perrot, justificamos a necessidade desse campo de análise na construção historiográfica de um discurso legítimo e que visa complementar e aprimorar dados histórico acerca dos indivíduos e sua relação com o espaço social em que experimentaram:

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das <<mentalidades>>, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou <<Donde vimos? Para onde vamos?>>, pensavam elas; e dentro e fora das universalidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e sobretudo para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo. (DUBY; PERROT, 1994, p. 7)

A noção de que as mulheres possuem uma história relevante para a compreensão histórica e que precisa ser contada não é mais uma novidade ou inovação direta desde a década de 1990 com a intensificação da produção de trabalhos e organização de eventos e dossiês sobre o assunto. Mas até mesmo para essa popularização há um limite. A historiografia moderna incentiva esse caminho até certo ponto, desde que não proporcione desconforto para o que já está suficientemente organizado na escrita da história.

Michelle Perrot irá afirmar no início da década de 1990, numa conferência proferida na Unicamp e publicada um ano após, que as mulheres “são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos”. Logo, a dificuldade em dar conta desse tipo de pesquisa, está nas fontes, ou melhor, na falta delas. Afinal existem fontes femininas, geralmente são encontradas na forma de cartas e diários, mas elas são mais escassas que dos homens ou mais vagas. (PERROT, 1995, p.9)

O trabalho de rastrear a trajetória feminina, em muitos casos, deixa mais lacunas e dúvidas do que propriamente responde às indagações do pesquisador. Mas sobretudo, há sempre como companhia uma voz masculina, seja na forma de limitações encontradas, pseudônimos ou mesmo inspiração e exemplo. Não se pode, ao menos ainda, falar de mulher sem considerar a figura masculina, mas por muito tempo se falou de homens

expluindo por completo a presença feminina de suas vidas, inclusive não pensando acerca do nascimento.

É interessante observar que quando retratada, até o advento da pesquisa em História das mulheres, a representação da figura feminina se dá por uma esfera estereotipada, quase que caracterizada em modelos padronizados de imagem. Ou seja, a mulher observada é sensual, bela, heroína quase mítica ou, ao contrário, é autora de jogos tenebrosos para destruir a virtude do homem e conduz sua vida de forma escandalosa. Tudo conforme um molde banalizado e despreocupado.

Mas é preciso reconhecer que parte dessa perspectiva possível em trabalhar com a figura feminina, surge da própria transformação no campo historiográfico. A história refere-se ao relato de saberes, obedecendo a normas e métodos específicos. Ao considerar história tradicional, propensa ao econômico e político, significa que a história estaria sendo feita no âmbito público, voltada às guerras, acordos diplomáticos, crises econômicas, ou seja, uma história de grandes homens fazendo importantes coisas.

As mulheres não pertencem a esse espaço, seguindo a perspectiva biológica como justificativa analítica, à mulher cabe ao âmbito privado, ao cuidado da família, à maternidade. Sendo assim, elas ficam ausentes na maior parte do tempo do que está acontecendo fora de suas casas. Não fazem parte do relato histórico porque não participam do que está sendo narrado, pois a esfera privada também não é considerada como crucial.

Com o surgimento da *Escola dos Annales* e posteriormente com a terceira geração, a *Nouvelle Histoire*, defensora da ruptura e renovação, inicia no campo da pesquisa historiográfica uma trajetória de ampliação do seu foco a um fazer história que caminhou rumo ao que hoje conhecemos como história dos vencidos, em migalhas, vista de baixo, etc. É evidente que esse processo ainda não se esgotou e quiçá irá, a história acompanha a sociedade e suas experimentações, está sujeita e condicionada a indivíduos que também estão no mesmo processo, logo não pode ser exigido um anacronismo no pensamento, precisamos também aceitar as limitações do tempo e espaço, assim como do método e normas.

Conforme apontado por Perrot, três momentos marcam a consolidação do campo de pesquisa inicial da História das Mulheres, são eles: em 1973 o curso ministrado em Jussieu intitulado “*Les femmes ont-elles une histoire?*” onde ficava evidente a não

existência de uma estrutura ou caminho a percorrer, somente havia dúvidas quanto a real possibilidade das mulheres terem uma história que pudesse ser contada pela História.

O segundo em 1983 já nos permite enxergar que era certo a historicidade da mulher, mas se perguntavam se era oportuno fazer uma História das Mulheres, conforme o próprio título do colóquio em Saint-Maximin nos aponta “*Une Histoire des femmes est-elle possible?*”. E por fim, o marco que uniu os trabalhos produzidos acerca do assunto e encerrou após vinte anos, esse período nebuloso na historiografia das mulheres, a publicação do livro *Histoire des femmes em Occident* em 1990-92, o qual foi organizado pelos historiadores Georges Duby e Michelle Perrot.

Por isso nossa constatação inicial de que até o início da década de 1990 ainda era um campo incerto e novo de pesquisa, mas após esse momento de consolidação, cada vez mais trabalhos começaram a ser produzidos no mundo e a preocupação em colocar as mulheres, em seus mais variados grupos e funções foi crescendo no meio acadêmico. Hoje, existem pós-graduações em gênero, cursos e grupos de estudos sobre as mulheres e uma gama significativa de livros e artigos científicos.

Através de uma transição lenta, as pesquisas foram oscilando sobre mulheres oprimidas, operárias, vitimadas pela sociedade por meio da violência e marginalização, para então caracterizar as mulheres como sendo responsáveis por seus destinos individuais e coletivos, preocupando-se em não mais contar essas histórias pelo viés mísero, mas sim oferecendo uma perspectiva de luta, superação e resistência. Começaram a descobrir as mulheres nas Revoluções, nas Guerras, mulheres que deixaram a dominação masculina para lutar por um ideal, os estudos sobre violência de gênero contribuíram demasiadamente para o processo.

A consolidação do campo da História das mulheres segue por duas frentes bases, a primeira tenta encontrar a gênese da dominação masculina, distinguindo a forma como tal processo se deu e no que interferiu na autonomia feminina no meio social; e, a segunda que se preocupa em suprir a lacuna deixada na narrativa histórica que o silenciamento da historicidade feminina promoveu. Entretanto, com a tarefa de ir além dos dados descritivos e interpretativos, ou seja, sendo capaz de propor problemas reais à análise história.

Escrever uma história de mulheres permite apreender as modificações experimentadas no papel social que a mulher ocupa, de acordo com o tempo e espaço.

Ainda, torna praticável construir uma representação desses indivíduos pelo seu contexto e historicidade. Para tal, surge na premissa da mulher como sujeito social e ativo, a noção e experiência de sua relação com o contexto histórico e lugar social.

Ao mobilizar a herança dupla da cultura, evocamos em seu sentido clássico, as faculdades intelectuais e as produções de espírito, onde é exequível inquirir a complexidade em situar a mulher por sua produção intelectual, a partir dos mecanismos de participação e exclusão desse meio. E, em conjunto, complementamos a análise com a abordagem culturalista, onde podemos somar ao quadro analítico, um conjunto de significações que evocam a identidade individual, de pertencimento e no cotidiano social.

Todo elemento cultural precisa ser indagado por meio das relações, atentando às liberdades e dependências. Não há homem sem mulher, e a recíproca é verdadeira, mas também não há indivíduos sem estrutura política e econômica, grupo social ou cultura comum. Como é possível haver um imaginário feminino, aglomerado num meio de influências tão claramente masculinas?

Daí o auxílio dos estudos de gênero, pois não há como neutralizar cada polo para efetuar uma análise descontaminada do outro polo. A pesquisa em história, e nesse caso em história das mulheres, não se faz em partes que somente ao final serão somadas num resultado perfeitamente preciso. Ela é, por completo, codependente de fatores internos e externos ao objeto de análise e somente compreendendo isso é possível que os mecanismos e categorias de análise consigam formar e produzir esquemas de reflexão.

Retomando alguns pontos, Natalie Davis propõe em 1974 uma nova fase para a história das mulheres teria como objetivo maior a compreensão da significação dos sexos, observando o passado e como os grupos de indivíduos interagem entre si. Dessa maneira, o foco consistiria em moldar e aplicar o método investigativo de forma cada vez mais complexa e cuidadosamente mobilizada.

Logo em seguida, Joan Kelly complementa o pensamento de Davis quando propõe estudar como as transformações na sociedade podem influenciar e impactar homens e mulheres. No caso específico de Kelly, sua análise está voltada ao Renascimento, mas seu questionamento se aplica a inúmeras pesquisas. Ela indaga sobre as possibilidades das mulheres em experimentarem da mesma existência que os homens, argumentando que essa experiência não pode ser considerada similar, pois as distinções entre os sexos e as oportunidades que detinham não são as mesmas.

Scott irá argumentar que o gênero é um elemento típico das relações sociais e se fundamenta de acordo com a percepção das diferenças entre os sexos e nas relações de poder. Diante disso é presumível que tanto o exercício do privado quanto do público são instrumentos importantes para uma análise completa da perspectiva da mulher na sociedade. Em particular, Scott está preocupada em identificar como as relações de poder podem estar inseridas tanto na linguagem quanto no cotidiano, comportamento feminino e ainda, nos dispositivos institucionais.

O conceito de gênero pressupõe que as diferenças relacionais estabelecidas entre homens e mulheres são construções socioculturais e não condições inerentes ao sexo biológico. Assim, teve seu desenvolvimento impulsionado pela tentativa de desnaturalizar as experiências e as identidades dos dois sexos. De fato, o gênero e a sexualidade, são construções históricas e culturais que acontecem por meio das relações de poder. Isto posto,

Penso que para alcançar seus objetivos tanto no domínio do conhecimento quanto no do político, a história das mulheres tem a necessidade de empregar os métodos de análise da história social, além de usar a descrição e o conceito de gênero. (SCOTT, 1994, p.24)

No último século o campo da análise dos estudos do feminino luta para romper com algumas fragilidades de seu discurso. A constante de construir o pensamento corriqueiramente em torno da sexualidade, maternidade ou mesmo aspectos que retomem a pauta da submissão ou da dominação masculina tem sido uma preocupação das historiadoras da mulher. Afinal, isso contribui mais para restringir a narrativa do lugar feminino na história, do que propriamente produzir uma reavaliação do conhecimento histórico.

Também há o desequilíbrio em relação ao teor feminista nos discursos elaborados. O desconhecimento, em alguns casos, da história do feminismo e na contribuição do mesmo para a construção e consolidação do campo de estudo acerca das mulheres, tende a desmembrar o movimento da concepção acadêmica do mesmo, ou ainda, caracterizar seu pertencimento ao campo de uma ideologia ou teoria de gênero, como se tudo isso não estivesse interligado e se alimentando uns nos outros. É preciso compreender que a história política e história social estão trabalhando em conjunto, a possibilidade de escrever uma História das mulheres, seja ela por qual metodologia for, só existe graças a essa base histórica.

Assim, mais importante que chegar a uma conclusão em relação à ~~optativa entre~~ História das mulheres ou estudos de gênero, como se um não pudesse estar atrelado ou fosse complementar ao outro. Conforme defendido por Joan Scott, está a necessidade em construir um arcabouço teórico capaz de responder ou ao menos ensaiar uma resposta, para o motivo pelo qual as mulheres foram marginalizadas – no sentido de ficar à margem da narrativa histórica – para então sermos capazes de romper com essa tradição de uma trajetória histórica fundamentalmente masculina, e promovermos uma reavaliação do conhecimento produzido e, a partir disso, conseguir propor transformações entre a dicotomia entre homem e mulher.

A história cultural concede aos estudos de gênero, através da descrição dos papéis femininos, traduzir as práticas, interferências e significações simbólicas, mapeando traços de uma cultura feminina. Com o auxílio da interdisciplinaridade “entendida como diálogo entre disciplinas distintas quanto aos métodos e objetos”. A história das mulheres, assim, é herdeira do campo das mentalidades. Alocada sob o domínio da história cultural, preocupa-se essencialmente em resgatar a voz feminina como marcador de cultura e interpretação social. (VAINFAS, 1997, p. 134)

Utilizar como perspectiva teórica os conceitos de gênero, mostra a possibilidade de ter o sexo enquanto fator aproximador da conceitualização da política. Não se preocupando em correlacionar os sexos, mas sim, agregar ao campo, um estudo que esteja dinamicamente ligado à política da produção de conhecimento. Conforme explicado por Joan Scott, a palavra política pode ser usada sob três sentidos:

Primeiro, em sua definição mais típica, ela pode significar a atividade dirigida para/ou em governos ou outras autoridades poderosas, atividade essa que envolve um apelo à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática. Segundo, a palavra política é também utilizada para se referir às relações de poder mais gerais e às estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las. Terceiro, a palavra política é aplicada ainda mais amplamente a práticas que reproduzem ou desafiam o que é às vezes rotulado de “ideologia”, aqueles sistemas de convicção e prática que estabelecem as identidades individuais e coletivas que formam as relações entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes. (SCOTT, 1992, p. 66-67)

Entretanto, não se trata de escolher um sentido, ou haver uma modalidade de definição mais correta que outra. Na verdade, o ideal é encontrar uma maneira de a partir

das três estruturas, pensar uma forma de enxergar o todo da composição. Como mencionado, para realmente rastrear as inferências, não é possível separar a pesquisa em polos de análise, ou ainda, que uma forma de análise é mais correta ou válida que outra. Pensando os três sentidos atribuídos à política na análise de Scott, somente em conjunto podem produzir uma narrativa histórica das mulheres que vise problematizar, objetivar, desconstruir e ressignificar sua existência na história.

Um breve adendo, quando falamos em feminismo é preciso ter a consciência de que não se trata de um movimento unívoco. Por conta de seu atributo internacional e sua continuidade ao longo das décadas, quando analisado, é preciso levar em consideração que momento exato está investigando para então conseguir rastrear suas inclinações e características particulares. Scott define com exatidão a base do feminismo em seu surgimento nos Estados Unidos quando fala que

[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. (SCOTT, 1992, p. 67-68)

Essa proposta dialoga diretamente com a bandeira levantada academicamente pela História das Mulheres. Assim, podemos dizer que o feminismo brigou no front de batalha para que, dentre outras coisas, a história das mulheres pudesse ser construída no meio acadêmico, a historiografia tem uma dívida ideológica com esse movimento. Produzir uma história de mulheres, é lembrar a luta por direitos, é honrar com todas as mulheres que foram silenciadas ou ridicularizadas simplesmente por não serem homens.

Dessa maneira, não é um exercício válido tentar supor qual historiador(a) das mulheres está imbuído ou não pelo sentimento e senso de dever feminista. Decerto, tomando como afirmativa que toda história é, de alguma maneira, herdeira de um contexto político, o campo de estudo das mulheres não deveria ser desvinculado dessa premissa. Essa constatação não diminui a validade e cientificidade na história e tão pouco limita a produção historiográfica.

No meio acadêmico do século XX, a identidade coletiva das historiadoras denunciava não apenas alguns resquícios de discriminação e desigualdades que ainda experimentavam, mas também, inseriram essas mulheres na qualidade de coletivo e como

tal, com interesses e virtudes que precisavam ser respeitadas e mais, um dever ideológico de lembrar a história reconhecendo a diferenciação sexual e os valores femininos na construção dos saberes.

Assim, a história das mulheres luta contra padrões consolidados, estruturados em blocos fixos e aceitos por décadas, talvez surja daí o incômodo e desconforto de algumas cadeiras com o seu ofício. Ela invoca o Homem Universal, aquele que não é apenas o indivíduo do sexo masculino, mesmo que de forma oculta, ela trabalha com termos e práticas relacionais, pois há uma história das mulheres, porque também existe uma história de homens e somente concatenando os dois lados se apreende a história.

A grande questão é que a história das mulheres coloca em evidência inquirições da base objetivamente historiográfica. Conjurar as inadequações da história, no sentido de reconhecer sua parcialidade, é ao mesmo tempo, assentir que os historiadores escreveram a história de forma incompleta e isso pode ter desequilibrado a balança da verdade histórica, pois foi capaz de iluminar apenas uma parcela da narrativa, deixando outra ainda encoberta.

Entretanto, ao declarar que a historiografia até então perpetuou um discurso parcial, que a escrita da história está incompleta e fundamentalmente é insuficiente temos outro problema direto, como reconceituar pontos já estabilizados e reescrever a história reconectando as partes e os sujeitos? E mais, seria realmente necessário fazer essa modificação? De fato, consistiria em pensar uma base teórica capaz de suprir a pesquisa acerca das mulheres e a historiografia vigente, algo que para os historiadores esbarra no conflito da serventia. Ou seja, ainda não se concluiu acerca da utilidade do processo.

A categoria de Gênero contribui no discurso como uma possibilidade de pensar a construção da diferença sexual enquanto fator definidor para as relações entre o indivíduo e o meio social. Ele teoriza tanto no campo linguístico, pensando a estrutura gramatical do termo, quanto dos estudos sociológicos, conjecturando acerca dos papéis e influências sociais que os indivíduos estão em constante contato.

Fica possível conceber sistemas de gênero em relação a outras categorias de análise que estreitam as margens analíticas da construção do indivíduo, como raça, etnia, classe etc. Problematisa a construção do termo “mulher” como estruturalmente exclusivista, ou seja, ao definir “mulher” até a década de 1980, seria comumente idealizar a mulher branca, heterossexual e de classe média. Os estudos de gênero inserem as

categorias de análise que desconstrói essa unidade, apresenta as variações que o sexo feminino pode ter: mulheres negras, mulheres pobres, mulheres lésbicas e outras mais.

Fragmenta uma noção universal da constituição feminina, o que de certa forma é um posicionamento político. É assumir responsabilidade por apresentar que a sociedade é análoga e que para proteger uma maior parte é preciso reconhecer sua existência. Entretanto, de alguma forma assumir essa diferença dentro do grupo é algo que gera debate ainda na atualidade, há uma fragmentação do movimento em alguns momentos da luta, inclusive na academia. De certa maneira, as mulheres negras e brancas divergem no debate como se as categorias analíticas particulares, como raça, estivessem acima da categoria geral “mulher. O que ficou conhecido como diferença dentro da diferença.

O gênero como categoria de análise pluralizou os estudos das mulheres, lhe concedendo a possibilidade de pensar identidades coletivas dentro da abordagem da ciência social, o que até então só havia sido ensaiado. Essa perspectiva permite a inserção de marcadores ramificados do padrão geral: “mulher”. Se torna mais natural propor articulações e combinações de análise saídas da oposição física homem e mulher, principalmente no que tange o sentido identitário e da funcionalidade entre os dois sexos.

Ainda, engloba nessa nova leitura, além das categorias sociais mencionadas, como raça e classe, a ampliação do foco na história das mulheres, possibilitando problematizar questões teóricas, como por exemplo a percepção dos processos que são estabelecidos nas diversas experiências, a estrutura linguística do termo *mulher* e até mesmo questões de cunho relacional tanto entre os sexos quanto externos ao que é de natureza macho/fêmea.

Assim sendo, os estudos de gênero mobilizaram mais categorias de análise, saíram do binarismo homem e mulher para expandir a perspectiva de quem são os excluídos, acrescentando as homossexualidades, as disparidades de sexualidade, questões envolvendo os direitos homoafetivos, as teorias de gênero e muitas outras categorias. É importante em considerar é que a História das mulheres dá conta de inserir a figura feminina no debate, o gênero conseguiu englobar mais inserções em sua análise, mas não significa que quem trabalhe com mulher precise escolher um método e renegar o outro. Eles possuem algumas divergências, mas primordialmente na metodologia de análise e não na base do projeto.

Ao longo dos tempos a nomenclatura explicativa feminina foi surgindo aparentemente como forma de inserção desse grupo na história, mas se refletir por um tempo acerca disso, começa a ficar mais claro que na verdade se tratava, de certa maneira, uma nova forma de exclusão. “Mulheres trabalhadoras”, “mulheres operárias”, “mulheres do teatro” e tantas outras terminologias apenas ressaltavam a noção de separação. No caso das operárias, por exemplo, significava ser um outro tipo de operariado, distinto dos operários masculinos. O grande problema é que isso não trabalhava a heterogeneidade do grupo, apenas dava conta de diferenciar do sexo masculino, mas resumia o interesse nas aparências e estruturas superficiais.

Inclusive no sentido desta pesquisa em colocar em debate a categoria de “mulheres letradas”, não podemos reduzir o termo a qualquer mulher daquele período no mundo, assim como não podemos caracterizar qualquer mulher que se movimentasse pelo ambiente letrado, como igual. Não podemos cometer o erro de não observar a singularidade de cada uma dessas mulheres, tanto em relação ao geral da sociedade, geral do gênero feminino quanto no particular, percebendo as nuances entre os pares masculinos e femininos. É disso que se trata a história, conseguir alcançar o particular sem perder ou desconsiderar o geral e mais, se preocupar em focar num grupo específico sem reduzi-lo em si mesmo, apresentando todos como unívocos.

Cada madame encontrada no levantamento prévio da pesquisa possui historicidade própria, suas relações afetivas não são exatamente similares, a identificação consigo mesma e com o meio externo também se diferencia, em parte pelas experiências particulares, em parte por serem indivíduos distintos, com DNA único e uma visão própria. A maneira como se colocam em suas produções dizem muito sobre si e a forma como vão interpretar o que leem, diz tanto sobre sua personalidade quanto sobre quem escreveu. Logo, apresentar um trabalho que partisse da premissa de similaridade dessas mulheres, seria desperdiçar seu brilhantismo e existência.

A identidade coletiva feminina se baseia na ideia de que as mulheres podem ter suas historicidades independente umas das outras, afinal experimentaram (e experimentam) de realidades sociais distintas, mesmo que compartilhadas em segunda instância, mas pressupõe em conjunto que a sexualidade no sentido de unificar a empatia entre o grupo é valorosa e que, as necessidades e interesses comum são essenciais para a análise.

O que vemos ao estudar mulheres específicas ao longo dos séculos, é que a consciência desse axioma se torna cada vez mais frequente e veemente. Isso conversa diretamente com a luta por liberdades, o que garante a construção do que veremos no século XXI como sororidade³. Passa de reflexões despreziosas do que é ser mulher e do que se trata ser mulher na sociedade que habita, transformando-se em pensar o que falta para sua existência ter maior autonomia, em algum momento essa preocupação sai do íntimo e pessoal, passando a pertencer ao coletivo, não bastando querer isso apenas para si, mas é importante a qualquer outra mulher além dela, e acaba por encontrar a comunhão feminina na reafirmação de sua existência no mundo, através da luta por direitos.

Não importa a perspectiva histórica assumida, não importa que siga a linha marxista-feminista, liberal ou das diversas escolas da psicanálise, não importa tão pouco que escolha se definir pelo viés dos estudos de gênero, ou se coloque na posição de historiador das mulheres. O que está em jogo é a preocupação comum da mulher como sujeito, é o campo de reler a historiografia acrescentando esse grupo social e ainda, dando conta de relacioná-lo com o meio em que viveu, promovendo uma busca pela identidade individual e coletiva desse personagem histórico.

Georges Duby aponta em seu livro *Images de femmes* que as mulheres não representavam a si mesmas, elas eram espectadoras da própria vida. A partir dessa afirmação podemos nos indagar acerca dos papéis sociais da mulher no Iluminismo e também, das suas reais contribuições para a construção de um saber, seja ele para o próprio movimento ou até mesmo feminino. O século XVIII está aberto às mulheres que escrevem e são anfitriãs nos salões. Mas é necessário considerar que a república das letras, a qual pregava ser democrática, tinha algumas regras bem específicas delimitadoras da liberdade e participação feminina.

Brevemente, uma diferença entre República das Letras e os Salões franceses está na legitimidade e institucionalidade do espaço. A República das Letras é o espaço de produção específica e reconhecida do conhecimento, são os catedráticos, os grandes

³ Esse conceito está ligado ao feminismo moderno do século XXI, pode ser a variação do sexo feminino para a palavra fraternidade, que em seu sentido clássico significa irmãos. O conceito de sororidade pode ser definido como o aspecto mais do que representa o movimento de igualdade. Se preocupa em promover a aproximação e proteção entre as mulheres para quebrar estereótipos e preconceitos.

prêmios, as publicações. Tudo aquilo que representava mais e puramente a propagação e difusão de um conhecimento científico relevante. Já os salões estavam bem mais associados as sociabilidades, casas eram abertas para conversar e conjecturar acerca de textos e ideias diversas. Os filósofos e a nobreza e burguesia de um modo geral, achava polido se encontrar com seus pares e divagar. (MASON, 1891)

Ao que sabemos, a participação feminina nos dois espaços varia de acordo com inúmeros fatores, tais como o recorte temporal, família, educação recebida. Mas precisamos compreender que a mulher, assim como todos os aspectos da História varia de acordo com o momento. A mulher no século XIX, recorte mais investigado pelas historiadoras das mulheres, não é a mesma do que a mulher no século XVIII, os debates acerca do seu papel, sua presença no espaço público e o início de uma construção de sociabilidade feminina estão mais apurados após a Revolução Francesa, pois começaram a ser pensados mais seriamente com os discursos e manifestos femininos e por seus defensores no final do século XVII e início do XVIII.

A questão da educação se coloca como uma problemática evidente durante o iluminismo e as discussões lideradas ou com contribuições feitas por mulheres nos salões e academias, colocam o sexo feminino em perspectiva, mesmo que seja uma pequena parcela dele. Mas isso contribui para o questionamento das capacidades da mulher e pela primeira vez a educação ofertada a homens e mulheres surge no debate como fator diferenciador. No lugar do simplório discurso biológico.

Rousseau não teorizou a educação feminina com base em dados comparativos na sociedade francesa. Na verdade, sua análise era idealizada, partia da imaginação do filósofo em relação ao modelo de esposa ideal. Sophie foi criada para não ter falhas e alcançar sua perfeição na satisfação de seu marido. Rousseau expõe em seu texto “Emílio ou da Educação” aquilo que almejava ser o melhor para todos, uma mulher que teria seu propósito em servir, expressando seu amor a partir das atitudes perfeitas e do cuidado exemplar à sua família. (SONNET, 1994)

Já uma outra proposta é oferecida por Condorcet, opondo-se ao defendido por Rousseau. Para Condorcet a mulher não precisaria passar a vida tendo como única missão agradar seu marido. O filósofo acreditava que as mulheres poderiam executar as mesmas tarefas intelectuais que os homens, mas possivelmente não costumavam fazer porque não foram ensinadas e estimuladas para tal. Assim, sua destreza nas habilidades manuais e

nos serviços domésticos não eram resultado de uma diferenciação biológica, mas sim, de preparo. (GASPAR, 2009)

Pela perspectiva de Châtelet, podemos reavaliar o conhecimento histórico acerca da visão feminina do iluminismo, pensando alguns pontos principais. Por exemplo, Madame du Châtelet transitava por um grupo específico – homens letrados – com tamanha naturalidade que não era comum às mulheres ou demais grupos sociais. Somente uma parcela escassa da sociedade e, especificamente, do grupo feminino participava do meio letrado. Algumas mulheres acompanhavam os maridos e aproveitavam para ouvir os debates, outras aproveitavam para fazer dos encontros um acontecimento social, há também as que abriam seus lares para que seus maridos conduzissem os salões e, uma parcela menor do que a junção de todas as anteriores que discursavam nos salões ou eram as próprias anfitriãs.

Ao longo de sua trajetória, desde a infância, Châtelet recebeu educação e tratamento incomum ao normalmente ofertado ao sexo feminino, encontramos a informação de que ela estudava as mesmas matérias que seu irmão, pois seu pai achava importante que ela sobressaísse no meio público. Assim, teve tutores para aprender física e matemática, matérias que mais a interessava e se tornou fluente em cinco idiomas, dentre eles o latim e alemão, realizando no futuro algumas importantes traduções.

É importante ressaltar que quando falamos nas diferenças de acesso à educação e saber não podemos considerar apenas os sexos como fator determinante. Na verdade, essa diferenciação estava tanto quanto atrelada ao espaço social ao qual esses indivíduos faziam parte. Os saberes oferecidos eram diferenciados de acordo com o sexo, é claro, mas considerando até mesmo o sexo masculino como um todo, percebemos que as oportunidades de aprendizado não eram igualitárias. (BLOCH, 2007)

Isso não significa que ela tivesse superado as regras sociais impostas ao gênero feminino naquele momento, amava artes e estudar, ler e escrever coisas novas e se entediava com a rotina de uma vida pacata à sombra da imagem de esposa e mãe devota. Ela teve a chance de largar seus maridos e filhos para viver com Voltaire e desfrutar ao máximo da vida intelectual francesa. Pouco se sabe sobre como funcionou essa quebra de conduta, mas Châtelet ficou praticamente restrita a ser lembrada como a amante de Voltaire e não como era seu sonho, uma cientista. Mesmo que essa nova fase tenha significado o início de sua vasta produção.

Ao todo, Châtelet publica mais de 10 obras, sendo a maioria no campo da física e matemática e ciências, pois tinha o sonho de ser reconhecida como cientista. As principais dentre elas são *Dissertation sur la Nature et la propagation du feu*, escrito em 1737 sob um pseudônimo masculino para competir na Academia de Ciências, ela obtem reconhecimento ficando nas primeiras posições, mas quando decide publicar o texto, passa por um momento de intimidação e desprestígio, pois dizem que ela havia cometido plágio. Também há os importantes trabalhos *Institutions de Physique* em 1740, *Principes mathématiques de la philosophie naturelle de Newton* publicado em 1759 e Discurso sobre a felicidade (2002), publicado em 1779 após sua morte. (PEGAR REFERÊNCIA NOVAMENTE)

Nessa obra póstuma, ela oferece uma perspectiva feminina da ideia de felicidade, mostrando a dicotomia da experiência iluminista para homens e mulheres. Châtelet afirma que a felicidade feminina irá depender de três pontos básicos, usando o próprio exemplo: o jogo, o amor e a educação. No jogo porque adorava carteadado e encontrava nessa brincadeira momentos de relaxamento e diversão. No amor, seria no sentido do prazer, mas em conjunto com a liberdade, como em poder escolher a quem amar. E o considerado como mais importante entre os três, a educação, defendendo a instrução feminina como maior possibilidade de emancipação da opressão masculina, pois a instrução levaria à independência, coragem, força moral e por fim, felicidade.

Ela ainda diz mais, que o amor aos estudos é menos necessário aos homens, pois eles tinham muitos outros meios de conquistar a felicidade e serem realizados, e ainda, não precisavam se esforçar tanto para provar seu valor e lugar. Partilhando da mesma lógica que Condorcet, Châtelet acreditava que as diferenças entre homens e mulheres estavam diretamente determinadas pelos fatores educacionais e não biológicos, tomando sua vida como comprovação. Dessa maneira, Châtelet conseguiu construir um pensamento afastado da reprodução masculina, pensando a mulher a partir de sua experiência e não pelos discursos masculinos acerca desse grupo.

Esse breve hiato na nossa discussão teórica acerca da História das Mulheres se deu para tentar melhor pensar o paradoxo da mulher letrada no contexto da França iluminista, e a forma como a historiografia tentou dar conta de administrar. Mesmo Madame de Châtelet sendo uma das mais famosas mulheres e tendo alguns trabalhos a seu respeito, sua fama envolve legitima o lugar secundário em relação a um homem, ela é caracterizada pela sua sexualidade. Poucos são os trabalhos que cuidam em retratar seus

feitos pela sua trajetória intelectual e menos ainda são os que analisam sua produção escrita. Justificando assim, a necessidade da pesquisa atual como início de projeto para pensar o iluminismo por um viés do letramento e produção feminina.

Obviamente os relacionamentos amorosos e a sexualidade são importantes na composição da mulher como objeto de análise. A balança de poder entre homem e mulher também não pode ser desconsiderada durante as pesquisas. Mas não necessariamente precisam se resumir a isso, precisa resumi-las a esses papéis. O grande legado da história das mulheres e que ainda hoje está em vigor é garantir a qualquer mulher desempenhar quaisquer papéis que tenha sentido vontade e problematizar sua vida, obra e o que mais que tenha deixado como legado a partir dessa premissa. Sem ocultamentos, silenciamento ou deturpações, quebrando os estereótipos e fornecendo uma investigação íntegra.

Trazendo o debate para a temática da pesquisa, ensaiar como a história das mulheres através da relação entre gênero e o conhecimento pôde contribuir para problematizar as mulheres letradas do século XVIII e que indagações podem ser propostas para repensar a elaboração de uma representação feminina que possa ser demonstrada por meio dos discursos da época.

Assim, a posição e papel das mulheres na sociedade não deveria estar condicionada a uma inferiorização intelectual legitimada por discursos exclusórios. Na verdade, a oferta de oportunidades deveria ser independente do sexo, raça ou quaisquer grupos sociais. Isso sim seria uma democratização dos saberes e mais, seria benéfico para a sociedade como um todo, aperfeiçoando os conhecimentos e promovendo um avanço ainda maior no campo científico, político, econômico etc. (MACAULAY, 1790)

CAPÍTULO I

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO DISCURSO ENCICLOPEDISTA

De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fénelon, conjuram-nas a voltar às suas funções naturais de donas-de-casa e de mãe. O saber, diziam eles, estraga a mulher, distraíndo-as de seus deveres mais sagrados.

Elisabeth Badinter

A história das mulheres, assim como os estudos de gênero carregaram em suas trajetórias, e ainda carregam, a bandeira da reparação e visibilidade, propondo problematizar a marginalização feminina ao longo da História e repensar os fatos históricos pela perspectiva da mulher ou ainda, inserindo esse ator social de forma relevante. A partir dessa concepção desenvolvemos a análise das possibilidades de trajetória e representação feminina numa sociedade que estava começando a pensar esses sujeitos fora do âmbito privado, aceitando sua inserção num ambiente até então, exclusivamente masculino.

Conhecido como o século das Luzes ou Iluminismo, o século XVIII foi marcado por um movimento do pensamento europeu (ocorrido mais especificamente na segunda metade do século XVIII) que abrangeu o pensamento filosófico e gerou uma grande revolução nas artes (principalmente na literatura), nas ciências, nos costumes, na teoria política e na doutrina jurídica (SANTOS, 2006).

O Iluminismo também se distinguiu pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico. Marcondes (2007) enfatiza que este período refletiu o contexto político e social da época, como um todo, mas também foi adquirindo características próprias de acordo com o país e com a época em que se manifestava. Desta forma, o Iluminismo não se resumiu em uma única doutrina filosófica ou teórica, mas, na realidade, consistiu em um agrupamento de ideias e valores compartilhados por diferentes correntes com formas de expressão distintas nas ciências, nas letras e nas artes.

Ainda segundo Marcondes (2007), alguns nomes se destacam como os principais representantes do Iluminismo em diferentes contextos sociais. Na França, destacam-se Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Fontenelle (1657-1757), Helvétius (1715-1771), Montesquieu (1689-1755), Holbach (1723-1789), La Mettrie (1709-1751) bem como os enciclopedistas Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783) e Condorcet (1743-1794). Na Alemanha, ganham proeminência J. Herder (1744-1803), o poeta Gotthold Lessing (1729-1781), Immanuel Kant (1724-1804), e, em um primeiro momento de sua obra, Goethe (1749-1832). Na Inglaterra, sobressaem os nomes de Hume (1711-1776), do poeta Alexander Pope (1688-1744), do jurista e cientista político Jeremy Bentham (1748-1832), do historiador Edward Gibbon (1737-1794), do economista Adam Smith (1723-1790). Na Itália, o grande destaque é o jurista Beccaria (1738-1794).

A própria forma de referência ao século XVIII como o Século das Luzes ou do Esclarecimento deixa claro que este foi um período no qual o objetivo principal era libertar o homem da obscuridade, da ignorância e da falta de conhecimento:

A própria noção de Iluminismo, Ilustração, ou ainda Esclarecimento, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão. O grande instrumento do Iluminismo é a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real (MARCONDES, 2007, p. 207).

É, portanto, possível afirmar que o conhecimento, a educação e a ciência foram os recursos utilizados nesse período por aqueles que queriam se livrar da obscuridade.

Assim, a proposta do presente capítulo consiste em dissertar acerca da construção de uma ideia de mulher no Iluminismo francês, partindo dos discursos promovidos pela obra que talvez mais marca esse movi

mento, a Enciclopédia de Diderot e d'Alembert. Nosso objetivo é apresentar como esse discurso sobre a mulher foi problematizado nos verbetes enciclopedistas e como contribuiu para difundir uma ideia de “mulher” naquele século. Além disso, pretendemos, ainda, pensar como essas ideias nos permitem observar a relação entre mulher e saberes.

O fato é que o Iluminismo nasce juntamente ao nacionalismo tentando destruir a legitimidade dos reinos dinásticos organizados pela ordem divina e propondo repensar a sociedade e seus indivíduos por uma ótica ampla e reflexiva. Um dos legados iluminista

– ainda hoje podendo ser encontrado – foi a de delimitar fronteiras imaginárias para o conhecimento humano. Assim, o movimento desconstruiu os limites da verdade tradicional, retirando o Homem do lugar de submisso às crenças, para ocupar o centro de suas curiosidades e indagações, através da razão. (ANDERSON, 2008, p.22)

A vontade do indivíduo, como a das comunidades, emancipou-se das antigas tutelas; isso quer dizer que ela agora é inteiramente livre, que não conhece mais nenhum limite? NÃO: o espírito das Luzes não se reduz unicamente à exigência de autonomia, mas traz também seus próprios meios de regulação. O primeiro diz respeito à finalidade das ações humanas permitidas. Esta desce à Terra. Não visa mais a Deus, mas aos homens. [...] a segunda restrição imposta à livre ação tanto dos indivíduos como das comunidades consiste em afirmar que todos os seres humanos possuem, por sua própria natureza humana, direitos inalienáveis. (TODOROV, 2008, p.20-21)

Conhecido como o século das Luzes, o Iluminismo francês no século XVIII foi marcado por ser um movimento voltado para o pensamento científico – por mais que não seja exclusivo para o caso francês, sendo um movimento voltado para a construção de um pensamento científico europeu – promoveu uma grande transformação no campo das artes, principalmente a literatura, nos costumes, na teoria política, na doutrina jurídica e em outras esferas da sociedade daquele tempo. (BEAUREPAIRE, 2014)

Assim, as ideias propagadas pelas “Luzes” foram elaboradas tendo como base muito do que era observado nas épocas anteriores. Havia a tentativa de uma releitura do passado, afinal, esse projeto absorveu opiniões e interpretações acerca do passado e daquilo que acreditavam ser necessário não repetir mais para que o mundo pudesse experimentar o novo e avançasse. Por isso podemos dizer que as “Luzes” representaram mais uma perspectiva de debates e análises, do que propriamente consenso e efetivação de ideias. (TODOROV, 2008)

O cenário iluminista promove uma perspectiva da troca de conhecimento. Se organizava basicamente em dois cenários distintos. Nos salões, de forma mais informal e regido pelas boas maneiras, comportamento polido e as sociabilidades. E através de um cenário mais organizado e estruturado, a República das Letras, a qual representava um organismo social forte e influenciador, contido numa sociedade em transição, o que permitia a seus membros interferir diretamente nos debates levantados na e para aquela sociedade, por um viés acadêmico.

Os salões no Iluminismo francês se constituíam em espaços sociais que promoviam novas formas de interação social entre determinados grupos, por exemplo filósofos, artistas, poetas, ou aqueles que conseguiam se destacar por algum talento intelectual ou retórico. Inclusive, podemos dizer que serviu como forma de integração entre os sexos, afinal, homens e mulheres ocupavam desses espaços para sociabilizarem.

Já a República das Letras “estava em grande parte associada ao mundo da erudição acadêmica”. Tratava-se de um espaço ainda mais elitizado que os salões. De fato, “Os filósofos eram, em muitos aspectos, os herdeiros dos republicanos das letras”. E não se viam meramente como estudiosos, mas como letrados – o que o verbete analisado no capítulo irá apresentar a definição. Esses indivíduos encontravam-se nos salões e neles, criavam novas redes de sociabilidades. (LILTI, 2009, p. 1)

Os salões eram espaços sociais de lazer da elite. Além disso, eles estavam totalmente separados da corte real. As mulheres recebiam hóspedes em suas casas e eram motivadas pelo desejo de contribuir para um esforço intelectual. Na verdade, o que é conhecido como salões – e que foi designado durante o século XVIII pelos termos "casas", "círculos" e acima tudo, "sociedades" era uma instituição de sociabilidade para o mundo, o belo mundo. Esse mundo era um grupo social, definido por suas práticas de sociabilidades e um sistema de valores que afirmava e proclamava as virtudes dessas práticas. (LILTI, 2009, p.2-3. Tradução livre)

Tratava-se de uma redefinição do prestígio dos indivíduos e da representação que eles promoviam acerca de si mesmo. Esse “homem do mundo” estava ligado às práticas culturais da de uma sociedade marcada pela boa educação, a polidez, a leitura, o teatro, a poesia etc. Assim, a sociabilidade era um instrumento dentro dessa redefinição. Diferentemente da República das Letras, onde o principal objetivo era a produção do conhecimento científico. Nos salões, o foco consistia no lazer, em participar de um momento de entretenimento e relacionar-se, assim, não só as conversas e debates compunham a dinâmica dos salões, mas também apresentações de teatro, músicas, leitura de poesia, jogos e outras ações artísticas, colaborativas e comunicativas. (LILTI, 2009)

O desejo de sair da obscuridade fez surgir o importante projeto enciclopedista. Este projeto, organizado pelo filósofo francês Denis Diderot, com textos de Voltaire, D’Alembert, Condorcet, Rousseau e outros filósofos, principalmente franceses, e editado entre 1751 e 1766, visava à criação da Enciclopédia. Como explica Marcondes (2007),

esta tinha como objetivo principal disponibilizar em 24 volumes a totalidade dos saberes existentes daquela época, expressando ideias de tolerância religiosa, otimismo em relação ao futuro da humanidade, confiança no poder da razão, oposição aos autoritarismos, entusiasmo pelo progresso, combate aos abusos do sistema monárquico, etc. Em 1759 a edição completa da Enciclopédia foi censurada pelo Parlamento francês que temia as repercussões desse projeto e pela igreja devido à visão materialista e anticlerical de muitos de seus autores. Por volta de 1770, volumes em formatos menores (in quarto e in octavo) foram publicados, tornando a obra mais barata e acessível. No reinado de Luís XVI a Enciclopédia recebeu aprovação oficial da Coroa, se tornando ainda mais acessível ao público (VALLE, 2010).

Uma das obras de maior referência no Iluminismo francês é a Enciclopédia (*Encyclopédie*) ou *dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada por Denis Diderot e D'Alembert – mesmo que esse segundo tenha deixado o projeto antes do seu término. Organizado na forma de Verbetes, deveria ser capaz de explicar o mundo com base na razão e definições científicas. Ela tinha a proposta de reorganizar a forma como guardamos e armazenamos o conhecimento. (DARNTON, 1986)

A *Enciclopédia* tinha o objetivo de manusear e mobilizar os conhecimentos pela lógica da explicação e não, simplesmente, impondo uma verdade absoluta. Além disso, ela contribuiu para o surgimento de importantes alianças entre os filósofos e pensadores do período, assim como para romper com amizades e abalar a credibilidade de muitos. Darnton afirma que tal história é digna de um livro, pois possui uma narrativa intrigante e nos permite compreender o Iluminismo por um viés pragmático e econômico. (DARNTON, 2014)

A Enciclopédia foi um projeto intelectual que mobilizou dezenas de estudiosos da época na tentativa de “organizar os saberes”. É composta por 71.818 verbetes organizados em 24 volumes os quais estão organizados por uma ordem alfabética. Assim, a ideia era ter as definições em fácil acesso. Essa produção foi um marco na sociedade moderna e revolucionou o campo científico. Tal modelo, inclusive, ainda utilizado na atualidade para organizar informações acerca de temas diversos. (PIMENTA; SOUZA, 2015)

De acordo com Marcondes (2007), a Enciclopédia é possivelmente a obra mais significativa do Iluminismo, elaborada com a intenção de sintetizar as grandes

descobertas científicas, técnicas da época e desenvolvimentos filosóficos e artísticos que marcam o progresso da humanidade no período moderno. Estas publicações estariam acessíveis a qualquer pessoa que fosse capaz de ler, de se instruir, que tivesse acesso às bibliotecas ou recursos financeiros para adquirir as publicações. Apesar da abertura ao acesso à Enciclopédia ocorrida após 1770, ainda tratava-se de um projeto elitista.

Acreditava-se que a Enciclopédia possibilitaria o saber a todos e, assim, o homem teria a chance de, ao lê-la, se libertar das imposições daquela época que o levavam à ignorância, à superstição e à alienação. Desta forma a sociedade seria mais livre e igualitária. O projeto enciclopedista exerceu influência não somente na burguesia esclarecida, assim como em pequenos comerciantes e artesãos. Japiassú e Marcondes (2006) ressaltam que as tendências iluministas e liberais se manifestaram em inúmeros artigos da Enciclopédia.

É importante lembrar que a qualidade do conteúdo da Enciclopédia, assim como dos projetos iluministas, praticamente não era questionada. O conteúdo era produzido por grandes pensadores da época e passava pelo crivo de um grupo de profissionais da escrita como os tipógrafos, corretores, impressores e editores antes de serem publicados. Desta forma, havia um controle de qualidade minucioso antes de as publicações chegarem ao público em geral.

De um modo geral, contudo, é possível afirmar que a filosofia do Iluminismo afirma que o homem é dotado de uma luz natural e de uma racionalidade, ou seja, de uma capacidade natural de aprender, que lhe possibilita agir livremente, aprender e progredir. Cabe à filosofia, à ciência e à educação fazer com que a luz natural do homem entre em ação e afaste todos os obstáculos que o impedem de progredir e chegar ao real estágio de esclarecimento (CHARTIER, 2004). De fato, a França iluminista compreende um momento na história marcado por transformações e discussões que estavam preocupadas, dentre outras coisas, com o indivíduo e seu lugar na sociedade.

Diderot sonhava em produzir um material capaz de promover uma revolução nos espíritos. Algo que servisse de legado ao mundo e modificasse a forma de pensar e definir padrões. De fato, a enciclopédia de Diderot foi uma das maiores empreitadas do Século XVIII para o desenvolvimento da razão e a difusão de conhecimento, concebida para promover uma reformulação na forma de pensar. Como o próprio Diderot diz, a palavra

Enciclopédia deriva do termo grego “círculo” e significa a delimitação de um mundo do conhecimento quase palpável, onde os pares poderiam mapear e elaborar reflexões que antes pareciam estar soltas no campo das ideias. (CHARTIER, 1997)

Esse movimento, que manifesta o interesse pela história dos saberes e seu progresso, está vinculado às transformações sociais, econômicas e políticas da Europa moderna, aos novos descobrimentos, ao fortalecimento do comércio, à invenção da imprensa. [...] Essa relação entre o enciclopedismo e as condições históricas nas quais ele emerge é sempre afirmada, apesar das diferenças de pontos de vista e de perspectivas. (PIMENTA; SOUZA, 2015, p.15)

Ela surgiu da necessidade de “dividir e classificar os fenômenos” daquele momento (DARNTON, 1986, p.247). Dessa maneira, o empreendedorismo de Diderot e d’Alembert foi um ambicioso e extenso projeto, o qual agregou inúmeros escritores do período e aos poucos foi se adequando à realidade de seus consumidores. Ela foi lançada, em suas quatro primeiras edições, em formato luxuoso, sendo inacessível para grande parte dos leitores em potencial, mas a partir da década de 1770 ela tem “seu momento mais importante” quando “entra em uma fase que representa a difusão do Iluminismo em grande escala. (DARNTON, 1996, p.17)

É interessante que, a Enciclopédia foi inovadora porque registrava o conhecimento a partir de “princípios filosóficos” defendidos por d’Alembert. Mesmo o organizador reconhecendo a autoridade da igreja, ele não pensava que deveria existir na área do saber, pois o conhecimento deveria nascer nos sentidos e experimentações do homem e isso não poderia ser imposto, conduzido ou manipulado. Assim, a razão seria o elo entre as “informações dos sentidos” e as faculdades mentais – memória e imaginação. Dessa maneira, o homem iria buscar seu conhecimento no mundo que o cercava e em suas experimentações. (DARNTON, 1996, p.18)

[...] é difícil, e mesmo impossível, estabelecer um padrão de medida significativo num estudo sociológico dos enciclopedistas, pois ‘o que identificava os enciclopedistas como um todo não era sua posição social, mas o seu comprometimento com uma causa’, de modo que a Enciclopédia passou a ser reconhecida como a síntese de um movimento intelectual. Mais recentemente, Peter Burke, referindo-se à ordem alfabética da Enciclopédia, assinala que, independentemente das razões práticas dessa escolha, ela ‘tanto refletia quanto encorajava uma mudança da visão orgânica e hierárquica para uma visão mais individualista e igualitária’. Os organizadores, continua Burke, ‘pretendiam subverter a hierarquia social pelo menos em alguns

aspectos’, porque a Enciclopédia ‘era um projeto tanto político quanto social’. (SOUZA, 2015, p.16)

Quando falamos em produção e propagação do conhecimento na sociedade moderna, estamos considerando os diferentes grupos e maneiras como esse conhecimento era representado. Ao longo do tempo, as categorias foram sendo alteradas de acordo com a necessidade das populações. Mas essa valorização do conhecimento por meio de conteúdos, começou a ser organizada ainda no Iluminismo (BURKE, 2003). O conhecimento era dividido em teórico (ciências) e prático (artes) e poderia ser desenvolvido por meio do compartilhamento de ideias, sendo assim, elaborado no espaço público e pela troca de experiências e olhares acerca de uma temática. Ou mesmo privado, a partir de estudos particulares e produção de pesquisas realizadas por meio de um indivíduo. Entretanto, no Iluminismo, o conhecimento foi cada vez se tornando mais público, a troca e a complementação de estudos era muito recorrente e havia a prática das colaborações, o que produzia um conhecimento a partir de diversos olhares. (BURKE, 2003)

Além disso, a Enciclopédia faz parte do projeto de reforma econômica, política e social difundido por letrados na França iluminista. A publicação responde uma clara demanda do período, a valorização da pesquisa. O termo “pesquisa” significa “busca” e era bastante utilizado no campo das artes, ciências, medicina e outros naquele período. Toda essa necessidade de descobrir, compreender e investigar fez tornar-se cada vez mais almejadas, organizações de fomento à pesquisa, como as academias de ciências, universidades e grupos literários. Na tentativa de suprir esse novo interesse social. (BURKE, 2003)

Assim, “as enciclopédias e suas categorias podem ser consideradas expressões ou incorporações de uma visão sobre o conhecimento e, de fato, uma visão do mundo”. Essa visão descrita por Burke é a ideia de uma razão no centro da vontade e escolhas do homem, tornando-o responsável por seu conhecimento acerca do mundo e validando suas experimentações. De fato, o Iluminismo acredita que quanto mais conhecimento for adquirido pelo indivíduo, mais perto da felicidade ele estaria, pois não seria subjugado ao olhar do outro sobre o mundo e sua própria vida, mas faria melhores escolhas, com base no equilíbrio de suas emoções e para benefício próprio. (BURKE, 2003, p.89)

A enciclopédia é uma vasta obra que apresenta informações sobre temáticas diversas, inclusive, demonstrando o conhecimento a uma forma de poder sobre o outro. Sua organização de A a Z não foi tão revolucionária pois não promovia uma interação entre os saberes no sentido de ser diferente do que já era realizado em outros empreendimentos similares. Contudo, o conteúdo disponibilizado nos verbetes e a escolha de uma visão do conhecimento a partir da razão conectando os sentidos do homem, isso sim era considerado revolucionário, pois o homem e o conhecimento que ele era capaz de elaborar estava sendo defendido naquelas páginas. Assim:

Estabelecer categorias e policiá-las é, portanto, assunto sério. Um filósofo que tentasse remarcar as fronteiras do mundo do conhecimento mexeria com o tabu. Mesmo se mantivesse distância dos assuntos sagrados, não poderia evitar o perigo; o conhecimento é, por sua natureza, ambíguo. (DARNTON, 1986, p.250)

Assim, o que podemos refletir sobre a escolha na organização da Enciclopédia é o significado dela:

Ora, se a ciência é ‘um grande terreno semeado de lugares obscuros e de lugares iluminados’, que ordem mais adequada para descrevê-la do que a alfabética, essencialmente descontínua? Contando com a abundância do vocabulário, que gênero é melhor que o dicionário para inventariar a infinita riqueza e a irredutível variedade da natureza? Aberto a esta riqueza e variedade, ele exclui as hierarquizações ontológicas. (PIMENTA; SOUZA, 2015, P.35)

Dessa maneira, a empreitada surge da necessidade de organizar o conhecimento e produzir a partir dele esquemas de informações comprimidas e dispostas num espaço físico específico. Contudo, uma das coisas mais marcantes do projeto foi a “árvore do conhecimento” disponibilizada no cabeçalho. Inspirada em Bacon⁴ e Chambers⁵, ela era por si só inovadora, pois não mostrava as disciplinas acadêmicas estabelecidas em padrões específicos, mas sim:

Exprimia uma tentativa de construir uma divisa entre o que se conhecia e o incognoscível, de maneira a eliminar a maior parte do que os homens

⁴ Francis Bacon (1561 -1626) foi um filósofo, político, cientista e ensaísta inglês, considerado como o fundador da ciência moderna.

⁵ Ephraim Chambers (1680 - 1740) foi um renomado escritor inglês e autor da enciclopédia *Cyclopaedia, or Universal Dictionary of Arts and Sciences*. A qual serviu como base para a produção de Diderot e d’Alembert.

consideravam sagrado no mundo do saber. Acompanhando os *philosophes*, em suas caprichadas tentativas de podar a árvore do conhecimento que haviam herdado de seus predecessores, podemos formar uma ideia mais clara de tudo que estava em jogo na visão iluminista do enciclopedismo. (DARNTON, 1986, p. 251)

O enciclopedismo tenta de forma mais palpável, classificar o saber e delimitar o conhecimento por meio de esquemas de classificação. Estas classificações determinam, elencam e categorizam algumas das formas de conhecimento e saberes filosóficos que Diderot e d'Alembert acreditam ser importante organizar dessa maneira para que fossem mais acessíveis. Assim, podemos dizer que o empreendimento enciclopedista ensaia a possibilidade de uma nova ordem do conhecimento, disponibilizando os saberes de forma reorganizados. (DARNTON, 1986)

O enfoque nos métodos e disposição dos saberes foi inovador porque até então os filósofos que se arriscaram a reorganizar “a mobília” (DARNTON, 1986, p.250) fizeram por outras bases do conhecimento. Chambers constrói sua árvore do conhecimento submetida a teologia, algo que d'Alembert não concordava. Já a construção epistemológica de Bacon aproximava-se mais das ideias dos enciclopedistas iluministas, mesmo Bacon ainda possuindo resquícios da escolástica. Assim, a grande diferença é que “*onde Bacon via escuridão, eles viam luz e se orgulhavam de seu papel de abastecedores do Iluminismo.*” (DARNTON, 1988, p. 257). São essas divergências no pensamento que Darnton irá dizer que serem para podar a árvore do conhecimento e aponta como uma importante estratégia epistemológica da Enciclopédia de Diderot e d'Alembert.

“a famosa árvore do conhecimento, tirada de Bacon e Chambers, representava algo de novo e audacioso. Em vez de mostrar como as disciplinas podiam ser deslocadas dentro de um padrão estabelecido, expremia uma tentativa de construir uma divisa entre o que se conhecia e o incognoscível, de maneira a eliminar a maior parte do que os homens consideravam sagrado no mundo do saber. Acompanhando os philosophes, em suas caprichadas tentativas de podar a árvore do conhecimento que haviam herdado de seus predecessores, podemos formar uma idéia mais clara de tudo que estava em jogo na versão iluminista do enciclopedismo” (DARNTON, 1988, p.250 -251).

Assim, a religião é retirada do centro do conhecimento e posta em segundo plano. O conhecimento passa a ter mais autonomia, pois depende do homem e não de crenças

religiosas para ser obtido e difundido, pois *“os argumentos morfológicos e epistemológicos combinaram-se para tirar o mapa a religião ortodoxa, para consigná-la ao incognoscível e, portanto, excluí-la do mundo moderno do saber.”* (DARNTON, 1986, p.265).

A Enciclopédia teve sua inspiração na ideia de conhecimento de Chambers – por meio da árvore do conhecimento – pois entendia que elaborar a organização das ciências, artes e saberes no geral, seria capaz de visualizar mais do que aquele conteúdo específico, mas a construção de algo maior, aquilo que está na cerne do saber. E mais, comprovaria que os conhecimentos derivam da mesma coisa, estão sendo alimentados pela mesma raiz pois seu caule é comum. (DARNTON, 1986)

O conhecimento, como se viu, não procede por dedução, não há verdades primeiras donde decorrem as demais, pois a hierarquização do ser é apenas uma fantasia do espírito de sistema. A ciência não passa de um vaivém entre a observação, a reflexão e a experiência, que preenche os claros de uma natureza inesgotável, que às vezes se entrega, às vezes resiste. (MATTOS, 2015, p.34)

Por meio dessa inspiração na “árvore do conhecimento”, a Enciclopédia então, conectava os saberes entre si ao mesmo tempo em que lhes organizava numa ordem alfabética

Nas palavras de d’Alembert: enquanto Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios, o empreendimento contém a descrição dos ‘princípios gerais’ e dos ‘detalhes mais essenciais’ de cada ciência e arte, mas, enquanto Enciclopédia, expõe ‘a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos’. Para preencher esta dupla exigência, os enciclopedistas, ainda a exemplo de Chambers, reproduziram detalhadamente a árvore baconiana do saber na abertura da obra e conectaram cada verbete do dicionário a este mapa geral. (PIMENTA; SOUZA, 2015, p.36)

Essa metáfora para designar a organização do conhecimento foi utilizada por muitos estudiosos desde a antiguidade, mas sobretudo, ela significava a continuidade, as fases, divisões e a origem dos processos. Por mais que cada conhecimento estivesse organizado na forma de galhos – sendo igualmente importantes – eles partem de um lugar comum, o qual sustenta cada um deles. E mais, são “alimentados” e devem seu crescimento às mesmas raízes. Numa árvore qual parte é mais importante? Qual galho

tem mais valor? Da mesma forma é no sistema do conhecimento humano. (BURKE, 2003)

Assim, o Iluminismo se distinguia pela centralidade da racionalidades críticas, ou seja, a partir do questionamento filosófico. Este movimento refletiu o contexto social e político do período, mas ainda assim foi adquirindo características particulares, as quais estavam diretamente relacionadas ao país e época em que se manifestava. Contudo, não podemos resumir o Iluminismo como única doutrina filosófica ou teórica, afinal, consistiu num agrupamento de ideias e valores compartilhados por diferentes correntes e com formas de expressão distintas em cada área em que atuou. (MARCONDES, 2007)

A própria noção de Iluminismo, Ilustração, ou ainda Esclarecimento, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão. O grande instrumento do Iluminismo é a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real [...] (MARCONDES, 2007, p.207)

Podemos afirmar que o conhecimento e sua conexão com a educação e as ciências foram os principais recursos utilizados como forma de romper com a obscuridade que acreditavam estar contidos, por meio da “ignorância”, assim, os homens acreditavam que o conhecimento era libertador de um sistema social que não podiam compreender e logo, modificar. É por conta dessa motivação que surge o projeto enciclopedista. (MARCONDES, 2007)

Tal desejo dos estudiosos do período de sair da obscuridade fez surgir o importante projeto enciclopedista. Assim, a publicação teve um fundamental papel na construção de uma autonomia para a pesquisa científica, afinal, ela rompeu com os dogmas católicos difundindo um saber que poderia ser produzido fora do meio religioso. Ela ofereceu uma alternativa às ideias e explicações acerca do mundo e da sociedade, colocando o Homem no lugar de sujeito de sua história e análise de suas experiências. Ainda que, o Século XVIII ainda estivesse impregnado da estrutura do Antigo Regime.

Darnton (2004) afirma que a *Enciclopédia* “materializou” o Iluminismo, pois através de suas publicações ela conseguiu propagar o conhecimento de forma mais organizado e estruturada, rompendo com o método difundido pela igreja para produzir

ideias pautadas na razão e testes científicos. Ainda, ela promoveu uma estruturação do mercado editorial, organizando os lugares e funções dos indivíduos naquela sociedade. A enciclopédia definia papéis, e mais, ela valorizava o conhecimento como um bem quase palpável.

Conforme dissemos, a Enciclopédia foi elaborada com a intenção de sintetizar as grandes descobertas científicas, e mais, organizar as técnicas utilizadas na época com o intuito de desenvolver saberes filosóficos e artísticos. Isso marcou significativamente uma ideia de progresso da humanidade no período moderno, pois modificou a relação do homem com a prática dos saberes. Teoricamente, estas publicações deveriam ser acessíveis a qualquer pessoa capaz de ler, se instruir e, que tivesse acesso às bibliotecas ou mesmo, recursos financeiros para adquirir as publicações. Entretanto, na prática era um projeto elitista. (MARCONDES, 2007)

Dessa maneira, por mais que na teoria tivesse uma defesa democrática, a *Enciclopédia* não era capaz de democratizar o conhecimento, por mais que tenha sido vendido uma significativa quantidade de exemplares, o custo era alto e nada acessível às camadas mais baixas da sociedade, sem contar que boa parte da população não sabia ler, logo, não possuía acesso àquele conhecimento, exceto por meio das leituras públicas. Sendo assim, o livro era um bem de consumo que representava status e poder, ele mais servia para ficar exposto do que realmente para ser lido. Por mais que o intuito dela fosse representar um texto esclarecido, muitos de seus compradores estavam interessados em mostrar o poder aquisitivo que possuíam ao adquirirem um exemplar.

A aquisição de livros pode servir apenas como um indicador aproximado dos gostos e valores do público leitor, podendo mesmo parecer descabido falar em ‘consumo’ de livros. Mas a compra de um livro é um ato significativo, se considerada em termos culturais e econômicos. Ela fornece uma indicação da disseminação das ideias além da intelectualidade, à qual geralmente se limita a história intelectual. (DARNTON, 2008, p.404)

Por isso Darnton diz que a *Enciclopédia* não penetrou na base da sociedade, segundo o autor, ela somente circulou pelas camadas médias e, principalmente, superiores da sociedade. Essa difusão também representa a estratégia iluminista. Conforme acreditavam Voltaire e D’Alembert, o Iluminismo precisava partir de cima, progressivamente se infiltrando através dos salões e das academias parisienses, em

seguida pelas cidades menores, mas não passaria desse grupo com importante poder aquisitivo ou intelectual. (DARNTON, 2004)

Segundo Marcondes, a Enciclopédia teria a chance de possibilitar o saber a todos, pois o homem teria a possibilidade de encontrar as informações que precisava para aprender e conseqüentemente, se libertaria das imposições daquela época que o levavam à ignorância, à superstição e à alienação. Isso resultaria numa sociedade livre e igualitária. O projeto também deveria exercer influência na burguesia esclarecida e nos menores grupos como os pequenos comerciantes e artesãos (MARCONDES, 2007). Contudo, Darnton irá dizer que ela não foi pensada por esse viés democrático e acessível, somente ao longo do empreendimento e a partir das edições publicadas que ela vai ganhando outra roupagem, até tornar-se mais acessível e menos luxuosa. (DARNTON, 1996)

A qualidade de seu conteúdo praticamente não era questionada. Afinal, o conteúdo era produzido por prestigiados pensadores da época e ainda passava pelo crivo de tipógrafos, corretores, impressores e editores antes de serem publicados. Desta forma, podemos dizer que havia um controle da qualidade daquilo que era aceito para compor os volumes. (BEAUREPAIRE, 2014)

Os filósofos da época acreditavam que o principal obstáculo ao Esclarecimento e ao progresso do homem estaria diretamente ligado à igreja. Essa instituição faria uso de seu poder e influência para gerar submissão e criar superstições, o que subordinaria o homem a crenças e à autoridade imposta por ela. Por esse motivo, o pensamento iluminista é anticlerical. A filosofia do Iluminismo afirma que o homem é dotado de uma luz natural e de uma racionalidade, ou seja, de uma capacidade natural de aprender, que lhe possibilita agir livremente, aprender e progredir. Assim, podemos dizer que dentre os objetivos dos editores para a Enciclopédia está:

É preservar do esquecimento os conhecimentos humanos, guardar na memória o patrimônio que o gênero humano produziu em sua história. Ela propõe ‘reunir os conhecimentos dispersos pela superfície da Terra, expor o seu sistema geral aos homens com que vivemos, e, transmiti-los aos que virão depois de nós, a fim de que os trabalhos dos séculos passados não tenham sido inúteis para os séculos vindouros’. (SOUZA, 2015, p. 25)

O que significa que o período iluminista teve como pano de fundo a filosofia crítica. E esta filosofia é norteadora por três pressupostos básicos. O primeiro é a liberdade. O que significa que é exemplificado pela defesa da livre iniciativa no comércio em oposição ao absolutismo centralizador, ainda em vigor no final do século XVIII, não apenas na França, mas também em diversas outras monarquias europeias. O segundo que seria marcado pelo individualismo, o qual se fundamenta na ideia de que os homens são livres e autônomos. E, por fim, o terceiro que afirma a igualdade jurídica. No caso deste último, visava garantir o fim dos privilégios. A partir disso, podemos compreender que o Iluminismo via o homem como idealmente autônomo, livre de qualquer autoridade e opressão externa, independente delas serem políticas ou religiosas. (MARCONDES, 2007)

Mas essas ideias muito bem estruturadas circulavam entre pares capazes de alcançar tais reflexões. De fato, o Iluminismo não conseguiu ensinar a população como um todo acerca desses direitos e valorização humana. Ele foi um movimento bem mais teórico do que capaz de propor transformações reais aos grupos mais afastados da oportunidade de debater esses assuntos. O mesmo ocorria com as demais publicações da época. O espaço era restrito e poucos nomes tinham grande prestígio, no geral, a maior parte dos participantes das reuniões nos salões colaboravam com alguns comentários ou apenas com a presença. Na verdade, os grandes letrados estavam voltados aos pares, preocupados com a própria performance frente aos demais participantes. (DARMON; DELON, 2006)

Além dos grupos mais pobres, as mulheres também não foram de todo reconhecidas no período. As ideias e defesas por esclarecimento eram restritamente direcionadas aos homens, pois ainda não era cabível projetar a mulher no espaço público enquanto cidadã gozando das mesmas atribuições que os homens. É nesse momento que os debates em relação à percepção feminina fora do núcleo familiar, enquanto possibilidade de ser tida como cidadã, começam a ganhar destaque, mesmo que ainda de forma bastante tímida.

A mulher no século XVIII ainda estava começando a ser pensada fora do âmbito privado. Sua relevância para a sociedade pertencente ainda não estava dado, principalmente pela representação feminina que se tinha na época. Poucas mulheres, naquele momento, romperam com fronteiras do seu sexo e se colocaram no meio público

através de sua educação, sociabilidade e intelecto. Produzindo, inclusive, material singular para a construção do pensamento iluminista em voga.

Contudo, conforme nos indica Adília Gaspar (2009) as análises dos filósofos acerca das mulheres parecem mais condicionadas a uma tentativa de perpetuar o *status quo* do que, propriamente, produzir alguma problematização que ultrapassasse o âmbito reflexivo da teoria:

[...] quando as luzes da razão serviram para construir a moldura teórica que haveria de enquadrar as reivindicações de liberdade, igualdade e participação política dos homens, mas ignoraram a outra metade da humanidade, as mulheres, que muito prudentemente relegaram para a esfera da domesticidade onde deveriam ficar sob tutela dos pais, maridos ou irmãos, proibidas de aceder à educação, incapacitadas para o exercício de profissões que lhes permitissem independência econômica, espoliadas dos bens de herança em favor de irmãos ou de outros parentes do sexo masculino. Tudo isto cautelosamente preservado pelos costumes e tradições intocados, pelas leis estabelecidas, pela própria literatura e, cúmulo dos cúmulo, pela voz autorizada da maioria dos filósofos. (GASPAR, 2009, p.13)

Essa ressalva em relação à diferença de raciocínio entre homens e mulheres, defendida por filósofos como Rousseau, por exemplo, permitia a afirmação de que as mulheres eram mais sanguíneas e emotivas e os homens mais racionais, justificando que os homens tivessem mais vocação para os estudos e a ciência, enquanto a capacidade feminina se restringiria a uma formação suficiente apenas para desempenhar com perfeição seu papel no ambiente familiar.

Para melhor compreendermos tal lógica, é necessário entender que a noção de família como temos hoje ainda estava em construção, mesmo que os papéis estivessem claramente organizados, à mulher cabia o lugar de anfitriã, ela cuidava dos assuntos domésticos, mantendo tudo em ordem. Também era responsável pela educação dos filhos. Àqueles do sexo masculino era necessário que lhes ensinasse o necessário para ser um homem conforme o esperado por aquela sociedade. Já o marido, era o provedor da família, ele não precisava ter conhecimento ou compreender todos os mecanismos para o funcionamento da sua casa, apenas oferecer o necessário para que sua esposa pudesse manusear as engrenagens cabíveis. (DUBY; PERROT, 1994)

A vida familiar que observamos no século XVII e XVIII desarticula – não completamente – o individualismo de costumes, o qual relaciona-se com os espaços sociais no sentido de separar o indivíduo por si mesmo, da sua representação pública, ou

seja, sua atuação quase teatralizada daquilo que ele acredita ser importante que as pessoas conheçam, ainda que não seja verdadeiro. Com a reestruturação do ambiente familiar isso não deixa de existir, mas “a família absorveu todas as preocupações do indivíduo” e passa a ser responsável por filtrar aquilo que será transmitido acerca de seus membros. (ÀRIES; DUBY,2009, p. 19)

Assim, a família deixa de ser “uma unidade econômica, a cuja reprodução tudo deve ser sacrificado” e, aos poucos, ela vai tornando-se um espaço afetivo e de refúgio para seus componentes. “Onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância”. Ainda, que absorva o indivíduo, não mais por meio da obrigatoriedade, mas ela “recolhe” e “defende” seus membros. (ÀRIES; DUBY,2009, p. 20)

Dessa maneira, como forma de organização da esfera privada, a “célula familiar se torna sede privilegiada, se não única, do investimento afetivo e do recolhimento íntimo”. Institui-se regras claras de convívio e representação pública, não mais visando o indivíduo no sentido de sua intimidade, mas no intuito de preservar e proteger a estrutura e a honra familiar. Os papéis dentro da família possuem valores a serem representados no espaço público e o prestígio daquele grupo, depende da ação individual, porém pública de seus membros, visando ao todo, ou seja, visando defender o coletivo, a família que estão inseridos. (ÀRIES; DUBY,2009, p.400)

O lugar do indivíduo é construído através da sua conexão com o espaço público no Século XVIII. Está ligado à capacidade do Homem de se representar aos seus pares, como ele irá se mostrar e o que as pessoas vão conseguir interpretar acerca de sua atuação. Ou seja, tal construção está condicionada aos valores e expectativas sociais, não podendo romper tão claramente com a subjetividade de seus sujeitos. Mas há diferenças claras: ao homem essa apresentação é natural, ele tem a possibilidade de escolher entre suas oportunidades e dificilmente irá precisar comprovar suas escolhas ou lugar que ocupar.

No caso feminino, essa questão é mais problemática, pois até então não havia clara noção da existência da mulher enquanto cidadã. Sendo assim, a construção da identidade da mulher letrada no século XVIII encontra algumas dificuldades pois, está condicionada à diferenciação e comparação com o sexo masculino. A mulher se constrói enquanto figura pública através das personalidades masculinas em posição de poder em sua vida.

E, mesmo quando adquire um nome reconhecido, há limites para suas capacidades, exatamente por conta de seu sexo. (DAVIS, 1976)

Antes da modernidade, a mulher era caracterizada, no geral, pela sua função no campo privado. Ela sempre estava condicionada a uma figura masculina que tinha a função de cuidar dela, mas ao mesmo tempo não era uma preocupação pública os tipos de cuidados que ela estaria recebendo. A figura feminina em seu aspecto cognitivo, público e até mesmo produtivo começou a ser problematizada a partir do final do século XVII e durante o Século XVIII. Um ensaio para os discursos legitimadores da liberdade feminina dos séculos XIX e XX. (PERROT, 1988)

Entretanto, como tentativa dessas mulheres de se expressar e se projetar socialmente, externando opiniões e críticas próprias, a prática de escrita nos moldes de cartas, romances e diários se tornou mais comum. As cartas não falam apenas da intimidade dos indivíduos, elas são manifestos, são públicas. Muitas são escritas com o intuito de propor reflexões ou apenas de alguma forma ter voz. Trata-se da somatória entre trajetória individual e conexões interpessoais de seus autores. Não falam apenas sobre o outro, mas sobre quem escreve e a forma como aquele indivíduo vê o mundo que habitam. A diferenciação no cenário iluminista estava posta, pois teoricamente as Luzes não se apresentavam com as mesmas oportunidades a todos os grupos sociais. No caso das mulheres, as travas sociais estavam presentes, limitando sua atuação e participação no meio público. Contudo, essas travas não estavam atreladas somente ao sexo biológico, mas também variavam de acordo com a família a que as mulheres pertencessem. Se essa mulher fosse de uma família que gozasse de prestígio social e posses, ela poderia receber estudo particular através de tutores e similar ao oferecido a alguns homens, inclusive, poderia participar do meio letrado, fosse executando a função de anfitriã ou oradora de algum salão, escritora de peças ou de livros. (GODINEAU, 1997)

Não havia a proibição das mulheres produzirem conhecimento escrito. A real dificuldade consistia no ato de publicar seus escritos pois isso gerava conflito direto com a imagem que a mulher deveria passar – discrição. Ao sexo feminino não cabia colocar-se no centro das atenções, obtendo visibilidade e prestígio. Quando Elisabeth Badinter (2007) cunha a categoria “Mulher de Letras” está se debruçando sob as dificuldades e os impasses do Século XVIII, problematizando o sujeito feminino em seus diversos espaços de convívio.

É importante ressaltar que quando falamos em “mulher de letras”, estamos partindo do que se definiu como “homem de letras”. Roger Chartier, em “O homem de Letras”, define os que seriam considerados como “letrados”, segundo a proposta de Voltaire. O letrado seria um *philosophe*, ou seja, um homem que possuísse conhecimentos em diversas áreas do saber, além de um “belo espírito” dotado de “imaginação brilhante nos prazeres da conversa, sustentados pelas leituras correntes”. (CHARTIER, 1997, p. 119)

Segundo essa lógica, seriam considerados como homens de letras, portanto, aqueles cujo estudo e leitura fosse capaz de contribuir significativamente para o convívio social e o prestígio de seus pares. Seguindo a análise proposta por Chartier, podemos identificar dois aspectos que nos permitem pensar a correlação com o perfil feminino no que tange seu ingresso no universo das letras e mais, a dificuldade no reconhecimento de suas habilidades escrita e intelectual. O primeiro tem relação com o acesso ao conhecimento, à educação – o que desenvolveremos com mais clareza no próximo capítulo. Já o segundo, compreende a questão do convívio social e sua mobilidade nos espaços públicos. (GODINEAU, 1997)

Considerando o pressuposto de que o “homem de letras” é aquele que detém o saber, no caso da mulher encontramos empecilho para seu reconhecimento enquanto letrada uma vez que a ela foi negado durante muito tempo, não apenas o direito à educação, mas principalmente o reconhecimento pelas suas habilidades intelectuais. O que queremos dizer com isso é que algumas mulheres recebiam o ensino similar ao oferecido para alguns homens, afinal, conforme vimos anteriormente, o acesso à educação não era um problema exclusivo da diferença entre os sexos, mas também de ordem social e de poder. Mas isso não anula o fato de que, às mulheres, comprovar suas aptidões e competências era mais dificultoso do que para os homens. (GODINEAU, 1997)

A formação do caráter individual e a representação de um comportamento moral notável seria mais importante que os conhecimentos, principalmente no caso feminino. O que justificava uma formação voltada sobretudo às prendas domésticas, ao cuidado do lar e dos filhos. Tudo o que pudesse valorizar a estrutura familiar e que não oferecesse perigo para que o papel social atribuído à figura feminina fosse realizado com excelência. Conforme apontado por Perrot (1988), o público estava atrelado à representação de papéis que pudessem valorizar a estrutura familiar. Cada indivíduo, dentro do espaço que

ocupava no seio familiar, precisava zelar para que seu grupo de pertencimento tivesse cada vez mais prestígio e respeito. Dessa maneira, o homem cumpriria com o papel que lhe era esperado e oferecido socialmente se representasse um ideal de virilidade acreditado no período, enquanto à mulher, cabia representar o cuidado, a polidez e o respeito por si mesma e por aqueles que estavam sob seu cuidado Algo que continuamos vendo como referência e obrigatoriedade nos séculos seguintes e também, em outros cenários na história. (CORBIN, 2013)

Assim, ao homem ficava claro o papel de ser livre e conquistar tudo o que almejasse. Ele seria reconhecido por suas ações e faria uso de um poder criado por e para ele. A própria estrutura política e social baseada no patriarcado já legitima esse lugar de poder masculino, afinal, esse termo “também pode designar toda uma estrutura social que nasce de um poder do pai” (BADINTER, 1986, p.95), não sendo restrito ao seio familiar. Afinal, estamos falando de uma sociedade ainda impregnada pelos dogmas do Antigo Regime.

Essa representação masculina se dava pela virilidade esperada ao homem. Vigarello irá dizer que “a virilidade seria virtude” e “é marcada por uma tradição imemorable não simplesmente o masculino”. Esse ideal de virilidade socialmente construído foi transformando-se ao longo dos séculos valorizando cada vez mais a honra, mesmo que para cada sociedade houvesse uma forma específica de invocar esse respeito ao nome. (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2012, p.7)

Os homens no século das luzes são indivíduos vivendo em extremos acerca das suas representações sociais. Eles defendem a moral, a partir de sua conduta, precisam honrar seu lugar familiar e valorizar o legado que cuidam e vão deixar para seus filhos. Mas também, estão rediscutindo seu lugar e função, a virilidade não está associada à força, mas ao conhecimento, a polidez, ao saber se expressar. Suas mulheres não são mais escondidas do público, elas os acompanham, falam sobre aquilo que aprenderam e discutiram com seus maridos, mas ainda não são livres dessa representação feminina ligada ao cuidado familiar. (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2012)

Dessa maneira, à mulher cabia permanecer à sombra, no lugar de coadjuvante naquele sistema pré organizado, mesmo ela sendo a responsável pela perpetuação do sistema, tendo em vista que a mulher é a responsável por, não apenas gerar os indivíduos

do futuro, mas também de formar, criar e educar em normas bastante específicas os homens que dominariam aquele espaço em algum momento. Afinal, a mulher tinha o dever de zelar pela manutenção da estrutura social.

Retomando à Enciclopédia, oposição social era o fator que melhor identificava as enciclopedistas, assim, o que era escrito obedecia bem mais a defesa de “uma causa” própria, do que um material produzido para a coletividade e que realmente representasse de forma imparcial os assuntos. Seus verbetes tentaram definir esses sujeitos sociais e apresentar essa sociedade que estava sendo reestruturada, apresentando valores e ideais que defendiam as hipóteses e visão de seus organizadores e colaboradores.

Assim, o que se tem é que a produção escrita seja no campo da política, sociedade, artes, cotidiano e gêneros literários distintos e outros, o campo do conhecimento iluminista se torna mais vasto e heterogêneo do que costumeiramente nos permitimos pensar. A produção escrita feminina no século XVIII não apenas é significativa em termos de quantidade, como também no que se refere a qualidade das obras (SANTOS, 2008).

No entanto, no mesmo levantamento nos é dado que a trajetória individual de uma mulher, contribui para definir sua trajetória e respeito no meio letrado. Ou seja, seu comportamento também é um fator definidor de sua imagem pública. Por exemplo, uma mulher casada e que tivesse a companhia de seu marido nas suas aparições pública e seu consentimento e apoio no seu papel de letrada, era recebida diferentemente de uma mulher que não era casada, ou que possuía abertamente muitos amantes. O comportamento social no que tange a representação de uma imagem polida, recatada e tradicional, importava bem mais no caso feminino do que masculino (BADINTER, 2007).

1.1 O HOMEM NOS VERBETES ENCICLOPEDISTA

Brevemente, a categoria homens de letras surge de um verbete da Enciclopédia de Diderot, escrito por Voltaire e intitulado *homme*. Seria um tipo de homem completo e, caracterizado como um devido indivíduo do sexo masculino letrado precisaria cumprir para com alguns critérios básicos: ele deveria ser um enciclopedista, ou seja, não lhe seria suficiente ser apenas erudito, dominando profundamente uma determinada disciplina. Ele

deveria possuir conhecimentos em todas as áreas do saber, ser versado em diversas habilidades e representar o melhor modelo de homem.

Sendo assim, o verbete intitulado *Homem* escrito por Diderot nos apresenta uma tentativa de definição do indivíduo humano. Tem como proposta mostrar a diferença entre os Homens, seres racionais, e os animais irracionais. Contudo, tal verbete se apresenta de forma vaga quanto ao que considera como atributo humano e em que grupos está se baseando para as investigações. Não cabe a sua proposta propor distinções entre os sexos. Dessa maneira, ele, logo de início, deixa claro a importância e valor do homem para o mundo:

Homem, ser que sente, reflete, pensa, que perambula livremente sobre a superfície da Terra, que parece estar à frente de todos os outros animais, os quais ele domina, que vive em sociedade, que inventou as ciências e as artes, que tem uma bondade e uma maldade que lhe são únicas, que se deu senhores para si mesmo, que fez leis etc. (DIDEROT, 2015, p.360)

No verbete mencionado, por mais que somente seja mobilizado o artigo masculino para as explicações acerca das especificidades dos seres humanos racionais, não é realizada diretamente qualquer alusão à distinção efetiva entre os sexos. A grande preocupação, ao que nos parece, consiste realmente em apresentar o que aquela sociedade compreende acerca dos indivíduos racionais e como entendem as diferenças entre eles e os demais animais, tendo como um importante fator dessa distinção o mecanismo da fala enquanto capacidade de raciocínio. (PIMENTA, 2015)

Também somos compostos das influências que herdamos pelas experiências sociais, infância, ambiente familiar e educação que recebemos. Somos seres em constante mutação e respondemos a estímulos externos a nós que acabam alterando aquilo que somos internamente. Dessa maneira, o homem “é composto por duas substâncias, uma chamada alma, outra conhecida pelo nome de corpo” (DIDEROT, 1997, p.360). E o que demarca a história natural do homem não é apenas a definição teórica da palavra e seu significado, mas a trajetória feita por toda a sua experiência de vida. (DIDEROT, 1997)

Considerou-se o homem como capaz de diferentes operações intelectuais que o tornam bom ou mau, útil ou nocivo, benfeitor ou malfeitor. [...] Poder-se-iam multiplicar ao infinito os diferentes olhares sob os quais o homem é considerado. Por sua curiosidade, por seus

trabalhos e por suas necessidades, ele se liga a todas as partes da natureza. Não se encontra algo que não possa ser referido a ele [...] (DIDEROT, 1997, p.361)

“O homem do Iluminismo é um burguês que crê nas primícias ideológicas de uma cultura que aboliu definitivamente o Antigo Regime e que afirmou um novo modelo de igualdade fundido não mais pela ordem anterior, mas pelas classes” (FERRONE; ROCHE, 1999, p.15). Esse homem “comunica seu pensamento através da fala, e esse signo é comum à espécie como um todo. Se os animais não falam, não é porque lhes falta o órgão da fala, mas sim pela impossibilidade de ligarem ideias (DIDEROT, 1997, p.306).

Os usos do passado são fundamentais para a vida e a memória coletiva, mas os filósofos (mulheres, homens de ciência, intelectuais, políticos, funcionários, religiosos, acadêmicos etc) são indivíduos reais que tentam desenvolver com seus trabalhos, e as vezes com suas vidas, projetos tendo em comum antigos mas que se conectam com os valores mais fortes da modernidade. (FERRONE; ROCHE, 1999, p.28)

Assim, o homem segundo os enciclopedistas não pode ser definido à parte ou em fragmentos. Ele é a soma de suas sociabilidades, conexões e experimentações. Ele é a moral que segue, a política que acredita e tudo o mais que, unido em cada indivíduo, irá representa-lo. Quando os enciclopedistas definem o que acreditam ser o Homem, reconhecem que sua definição não esgota o debate, mas ao contrário, abre espaço para a imaginação e para que outros atributos possam ser acrescentados à reflexão.

Dentro dessa linha de raciocínio, temos o verbete intitulado “letrados”, o qual acredita definir um tipo muito específico de indivíduo. O homem letrado para o Iluminismo é um ser completo. Ele não seria composto apenas por uma anatomia, mas é um homem moral, político e versado em várias áreas. Seu conhecimento não pode ser resumido apenas em uma vertente do saber, ele precisaria ser dotado de uma abstração capaz de conectar informações, pensar além do que estaria escrito, ou seja, ele deveria ser crítico. E o verbete preocupa-se com esses aspectos, em definir claramente o tipo de indivíduo que está sendo considerado. (VOVELLE, 1997)

Assim, “o homem de letras é eclético tanto em seus gostos quanto em suas habilidades e é definido por seu espírito filosófico e adesão aos valores das elites sociais”. Eles são

importantes para auxiliar no entretenimento, visto que serão responsáveis pelas improvisações, as declamações e até mesmo, as encenações durante os encontros nos salões. Mas também compreendem a importância de suas atribuições para a construção de um pensamento entendido por eles como esclarecido (LILTI, 2003, p. 431).

Sendo assim, o verbete *letrados* não visa problematizar aspectos relacionados aos sexos e as possíveis diferenciações entre eles. O que de fato cabe ao mesmo é debater o que diferencia o indivíduo dos demais seres, quais competências são mobilizadas pelos Homens e como podemos identifica-las. É interessante que o verbete não tenha a ambição de definir aspectos da masculinidade do homem ou sua vitalidade, essa necessidade de afirmação masculina não era uma preocupação nesse texto.

O termo *letrados* corresponde precisamente a *gramáticos*. Entendia-se por gramático um homem não apenas versado na Gramática propriamente dita, que é a base de todos os conhecimentos, mas um homem que não desconhecia a Geometria, a Filosofia, a História geral e particular; e que, acima de tudo, fazia da poesia e da eloquência o seu estudo, a exemplo dos letrados de nossos dias. Não se atribui essa denominação a um homem que com poucos conhecimentos cultivava somente um gênero. (VOLTAIRE, 1997, p.367)

Isso significa que, diferente de um especialista em temas específicos e que nada sabe acerca de todos os conhecimentos que lhe são oferecidos, “os verdadeiros letrados se colocam em condição de dar passos nesses diferentes terrenos, ainda que não possam cultivar todos eles”. Ou seja, não é o aprofundamento dos saberes em todas as matérias que importa, mas a capacidade de conectar informações e desenvolver senso crítico acerca de conhecimentos variados. O letrado deveria valorizar o conhecimento a ponto de dedicar sua vida a obtê-lo o máximo quanto fosse possível. (VOLTAIRE, 1997, p.367)

O letrado não se confunde com o chamado belo espírito. Este último, em si mesmo, pressupõe menos cultura, menos estudo, e não exige nenhuma filosofia; consiste principalmente na imaginação brilhante, na conversação agradável, auxiliadas por leituras comuns. Um belo espírito pode facilmente não merecer o título de letrado; e o homem de letras pode muito bem não aspirar ao brilho do belo espírito. (VOLTAIRE, 1997, p. 368)

O que Voltaire está querendo ressaltar é que não necessariamente o indivíduo versado e que domina a arte da retórica e encanta a todos com suas palavras, é um letrado.

Sua polidez e carisma pode esconder a superficialidade de seu discurso e a falta de embasamento e crítica acerca dos temas. Ele pode conseguir reproduzir falas de outros ou informações soltas, mas Voltaire alerta que esses homens não devem ser considerados letrados pois não compreendem o valor e a responsabilidade que essa categoria traz para aqueles que a compõe.

Assim, na Enciclopédia *letrado* não é a mesma coisa que *intelectual*. O segundo não está relacionado exatamente a uma pessoa ou características de indivíduos, mas sim, sentido àquilo que é “oposto ao material”. É aquilo que passa dentro e fora de nós, é sensível e não está ligado ao conhecimento adquirido, mas a desejos e a imaterialidade dos sentimentos. Definido por Diderot, *intelectual* não é aquele indivíduo com muitos saberes e que sabe utilizá-los, não é a mesma coisa que o *letrado*. (DIDEROT, 1997, p.362)

Ainda, o *letrado* não necessariamente é um autor. Não há a obrigatoriedade de publicar seus conhecimentos, mas ser capaz de demonstrá-lo. Voltaire ainda afirma que, para o letrado que não publica suas obras, lhe é reservado maior paz para viver sem a necessidade de ser julgado por suas palavras, não há o peso de estar constantemente sendo posto em avaliação pelos leitores e isso deveria ser tido como privilégio. (VOLTAIRE, 1997)

Da mesma maneira um *escritor e autor* não, exatamente, precisaria ser um letrado que oferece ao público suas obras. O escritor seria aquele que ofereceria obras de belas-artes, já o autor estaria ligado a todo gênero da arte de escrever (D’ALEMBERT, 1997). Mas se estivermos analisando o caso da literatura, o autor seria aquele que compôs uma obra qualquer, indiferentemente do sexo (MALLET, 1997).

No verbete intitulado *Erudição* escrito por d’Alembert obtemos a informação de que para um indivíduo ser considerado como erudito deveria dominar um dos três ramos principais do conhecimento: o conhecimento da História, o das línguas e o dos livros. O próprio autor reconhece a utopia em dominar mais de um, então espera que o erudito seja versado com perfeição em um dos três. Para isso é exigido não apenas comprometimento com a educação, mas também o acesso a ela. (D’ALEMBERT, 2015)

É suficiente, assim, para ser hoje em dia profundamente erudito, ou ao menos para ser considerado como tal, possuir apenas, com certo grau de perfeição, cada uma das partes da erudição. Poucos doutos

encontram-se nessa situação; e por muito há quem passe por erudito. Todavia, se fosse necessário restringir a significação da palavra erudito e estender a sua aplicação, pareceria ao menos justo aplica-la somente aos que dominam, com alguma profundidade, o primeiro ramo da erudição, o conhecimento dos fatos históricos, sobretudo dos fatos históricos antigos e da história de diferentes povos. (D’ALEMBERT, 1997, p240)

Assim, no Iluminismo acreditava que era importante conhecer acerca do passado, aprender empiricamente a partir das experiências dos povos antigos e culturas diversas pois isso acarretaria na possibilidade de produzir saberes modernos diferentes e melhorados. Diante disso, o verbete finaliza sua exposição nos alertando a não menosprezar qualquer espécie de saber útil ou qualquer homem, pois os conhecimentos produzidos oferecem esclarecimento para o coletivo e promovem transformação na sociedade. (D’ALEMBERT, 1997)

Complementando nossa análise, temos o verbete intitulado *Igualdade natural*. Ele deixa claro que os homens são iguais pela simples constituição da natureza humana, a qual é comum a todos os homens, tendo como marcadores o nascimento, o crescimento, subsistir e por fim, alcançarem a morte. Reconhece que, como a natureza é comum a todos os homens, eles precisam prezar pelo equilíbrio das relações. Cabe aos homens se respeitarem mutuamente para que a inter-relação de respeito moral seja mantida.

A igualdade natural ou moral é, pois, fundada sobre a constituição da natureza humana, comum a todos os homens, que nascem, crescem, subsistem e morrem da mesma maneira. [...] Já que a natureza é a mesma em todos os homens, é claro que, segundo o direito natural, cada um deve estimar e tratar os outros como seres que lhe são naturalmente iguais, ou seja, homens tanto quanto ele. (JAUCOURT, 1997, p.201)

Dessa maneira, a forma como letrados, nobres, povo e demais classificações sociais são interpretadas demonstra o lugar de cada indivíduo na sociedade e o que a mesma espera dele e proporcionar à ele, sua função e não a constituição daquilo que ele é enquanto cidadão. Afinal, o princípio da “igualdade natural” serve “como fundamento de todos os deveres de caridade, de humanidade e de justiça, aos quais os homens são obrigados em relação aos outros.” (JAUCOURT, 1997, p.202)

Esse princípio de “igualdade natural” é resultado do cumprimento de quatro ideias principais, as quais são desenvolvidas no verbete: 1) a ideia de que todos os homens são naturalmente livres e a razão lhes tornou dependentes um dos outros para ser feliz; 2) a ideia de que, mesmo com todas as desigualdades estabelecidas pelo governo e pelos os diferentes grupos, é inaceitável que uns tratem outros como inferiores, independentemente do que acreditam; 3) a noção de que qualquer um que tenha adquirido um direito particular por meio de preferências e privilégios não deve usar disso para agir de forma superior aos demais, deve escolher ser igual; 4) e por fim, o direito comum, e tudo aquilo que diz respeito a isso, deveria ser compartilhado, não podendo ser utilizado para uns e não para outros. (JAUCOURT, 1997)

Há ainda na Enciclopédia outros verbetes que mobilizam reflexões acerca dos indivíduos por um prisma relacional entre os sexos biológicos. Por exemplo, podemos observar as definições do indivíduo do sexo masculino em três partes: homem político e homem moral, encontrados na nomenclatura de *Virtuoso, homem; Vicioso, homem* (PIMENTA, 2015) que apresenta as diferenças entre um homem correto e, portanto, virtuoso, e um que comete erros e transgressões ao longo de sua vida, sendo chamado de vicioso. E também encontramos um verbete que se debruça sobre a tentativa de compreensão da anatomia humana, demonstrando a construção de seu corpo e suas possibilidades.

Conforme apontado por Vovelle (1997) as descrições acerca de letramento, intelectualidade, capacidade filosófica e de governar dizem respeito ao gênero masculino. No verbete, não há uma menção clara dessas possibilidades para o sexo feminino, mesmo que algumas mulheres já fossem participantes desse meio letrado. Também não é problematizado outros perfis masculinos além dos integrantes dos salões ou da República das Letras.

Em outro verbete intitulado *Esclarecido, clarividente* temos Diderot nos apresentando as tipologias no ideal humano daquela sociedade:

O homem esclarecido sabe o que foi feito, o homem clarividente adivinha o que será feito; um leu muitas coisas em livros, o outro sabe ler nas cabeças. O homem esclarecido decide com base em autoridades, o homem clarividente, em razões. O homem instruído é diferente do homem esclarecido, um conhece as coisas, o outro sabe aplicá-las convenientemente. (DIDEROT, 2015. P. 253)

Diderot conclui o verbete nos mostrando claramente as atribuições e competências de cada tipo de Homem “o homem gênio cria as coisas; o clarividente deduz os princípios delas; o esclarecido aplica esses princípios; o instruído não ignora as coisas criadas, nem as leis deduzidas, tampouco as aplicações feitas: sabe tudo, mas não produz nada”. (PIMENTA, 2015, p. 253)

Dessa maneira, por mais que os verbetes citados não façam alusão ao sexo como fator de diferenciação dos papéis desempenhados por homens e mulheres, ou mesmo de suas competências, com base neles, podemos perceber diferenças em relação à educação no meio social e, inclusive, por conta de uma diferenciação sexual. De fato, a educação precisa ser melhor elaborada nas páginas seguintes pois é determinadora dos alcances dos indivíduos. É, inclusive, um assunto em relação ao qual há divergências. Conforme veremos no próximo capítulo através dos discursos promovidos por Rousseau e Condorcet.

Mas e o caso feminino? Sabemos que mulheres também possuíam características similares às que eram exigidas aos homens para serem consideradas letradas. Mas, nos verbetes reservados ao sexo feminino, a educação e as habilidades relacionadas ao conhecimento não eram colocadas em análise, como poderemos observar nas próximas páginas.

1.2 A MULHER NOS VERBETES ENCICLOPEDISTA

O termo mulher de letras, cunhado pela historiadora Elisabeth Badinter, com a leitura prévia do capítulo escrito por Roger Chartier em *O homem do Iluminismo*, nos permite refletir sobre esse ambiente letrado francês e as possíveis fronteiras que os sexos – assim como o grupo social pertencente, dentre outros fatores – encontraram no convívio comum.

A sociedade de letras se diz democrática, e coloca como fator chave o conhecimento, mas é obvio observar que havia certo desconforto por parte das mulheres quando da sua inserção prática nesse meio tão masculino, da mesma forma que vemos o despreparo desses intelectuais em problematizar liberdades e possibilidades realmente iguais a qualquer indivíduo.

No verbete intitulado *Mulher*, o foco é claramente voltado para a filosofia, no sentido de propor reflexões sobre a relação entre esse gênero e a moral. A mulher, assim, é citada como a metade do gênero humano e comparada ao homem como detentora de maior encanto, por causa de seus atributos físicos. O autor do verbete, Desmahis⁶, indica que o sexo feminino estaria condicionado aos seus sentimentos, pois a mulher foi criada para o lar e para as funções realizáveis no ambiente privado. Sendo assim, teria nascido para a maternidade e não poderia fugir desse papel.

No entanto, Desmahis identifica a educação – e a forma como é ministrada aos homens e mulheres – como responsável por modificar “suas disposições naturais”, e cita ainda a capacidade de dissimulação delas como uma importante característica na arte de persuadir os homens. É possível observar que a definição de mulher realizada no verbete está mais voltada aos possíveis “atributos” de personalidade, colocando a mulher no papel consciente de sustentar uma imagem propriamente sexual, retirando do homem a responsabilidade de a ter instituído em tal estereótipo.

As mulheres não diferem menos dos homens pelo coração e pelo espírito do que pelo tamanho e pela figura. Mas a educação modificou suas disposições naturais de tantos modos, a dissimulação, que lhes parece ser um dever de estado, tornou a alma delas tão secreta, as exceções tão numerosas, tão confusas com as generalidades, que, quanto mais observadas se fazem, menos resultados se encontram. (DESMAHIS, 1997, p.118)

Ainda em relação à educação, o autor acredita que ela tem a função de alterar mais a natureza feminina do que a masculina, pois está relacionada à sensibilidade feminina em se comunicar com tudo o que se tem contato. Dessa maneira, ele afirma não ser possível compreender ou realmente entender esse sexo, que seria um mistério para os homens realmente definirem numa linguagem que não fosse equivocada. “Há três coisas, diz um pedante, que sempre amei muito sem nada compreender: a pintura, a música e as mulheres”. (DESMAHIS, 1997, p.119)

⁶ Joseph-François-Edouard de Corsembleu de Desmahis (1722-1761) foi um poeta francês que colaborou na Enciclopédia escrevendo sobre a natureza das mulheres. Além disso, amigo íntimo de Voltaire, escreveu algumas peças, inclusive alcançando visibilidade pela Comédie-française. Em 1750 chegou a ser considerado um dos poetas mais conhecidos na sociedade parisiense e frequentou regularmente o salão de Madame d’Epinay.

O texto fala sobre “as vantagens” dos dois sexos, demonstrando que um gênero não perderia para o outro, ou seja, eles são complementares e equivalentes. Afirma também que “a natureza colocou de um lado a força e a majestade, a coragem e a razão” (se referindo ao homem), deixando à mulher “as graças e a beleza, a fineza e o sentimento”. Desmahis responsabiliza a educação como responsável por esta distinção, pois ela oferece aos homens mais artifícios para conduzir boas conquistas enquanto às mulheres ela é aplicada com propósitos distintos, como de prepara-las para serem boas esposas e mães. (DEAMAHIS, 2015, p. 119)

O que é encanto ou virtude num sexo é defeito ou deformidade no outro, As diferenças da natureza devem ser submetidas à educação:

Para os homens que partilham entre si as ocupações da vida civil, o estado ao qual são destinados decide a educação e a diferencia. Para as mulheres, a educação é tanto quanto mais geral ela for, tanto mais negligente quanto mais útil. Devemos estar surpresos que almas tão incultas possam produzir tantas virtudes e que nelas não germinem mais vícios. (DESMAHIS, 2015, p.120)

Uma importante crítica neste verbete é que a mulher não é preparada para as responsabilidades que lhe são atribuídas “é daí que frequentemente uma jovem é levada ao altar para se impor por juramento deveres que ela absolutamente não conhece”. Sem contar que frequentemente a nova família que lhe recebera, na posição de esposa, exigiria “uma segunda educação, que subverte todas as ideias da primeira” e assim, ainda segundo Desmahis, o mundo e a sociedade não estão preocupados com o impacto nessas vidas e os traumas que podem lhe causar, pois essas são questões ainda não tidas como tão importante quanto tantas outras. (DESMAHIS, 2015, p.120)

Ali, sempre correta e silenciosa, sem nenhum conhecimento do que é digno de estima ou desprezo, ela não sabe o que pensar, teme sentir, não ousa ver nem ouvir. Ou ainda, observando tudo com tanta curiosidade quanto ignorância, enxerga mais do que existe, ouve mais do que se diz, envergonha-se indecentemente, sorri por contrassenso, e, certa de ser igualmente refém do que pareceu saber e do que ignora, ela espera com paciência, na obrigação e no tédio, que uma mudança de nome leve à independência e ao prazer. (DESMAHIS, 2015, p.120)

O que o autor está narrando é a angustia de não saber, de não conhecer nem mesmo seu futuro ou poder ser livre em sua própria vida. Para ele, a mulher não tinha autonomia e nem sabia como conquistar tal feito, ela não foi ensinada para. A mulher na

representação feita pela Enciclopédia é frágil, quase apática, ela vê sua vida como espectadora e o lugar que ocupa já havia sido definido pela natureza, não foi escolha dela. Enquanto ao homem era guardado o direito de governar, à ela cabia encontrar liberdade nas artes. (DESMAHIS, 2015)

O verbete segue narrando as experiências de uma jovem chamada Cloé e como os homens tentam tê-la. Essa jovem é cortejada, esses homens não reconhecem quem ela realmente é, suas aspirações ou habilidades, eles estão no meio de uma caçada pela conquista dela e tudo em sua vida se resume a isso. A mulher nesse contexto tem por finalidade amar, e sabendo escolher a quem deve oferecer esse sentimento, estariam mais perto da felicidade, não sabendo, seria sua ruína pois passariam a vida infelizes.

Ao que parece, o verbete é mais sobre as paixões, a conquista e o amor, do que exatamente uma caracterização da figura feminina. Mas isso não é por acaso, a sensibilidade feminina e sua proximidade com as emoções validam esse discurso de que elas foram feitas para amar e suas vidas giram para alcançar isso. O homem é o ser racional e meticoloso, que pode até parecer estar caindo nas armadilhas postas pela mulher na arte da conquista, mas no final, eles que estavam conduzindo esse jogo e elas acabam por cair nas próprias armadilhas que colocaram.

Cloé ainda é abandonada e a frustração e a mágoa tomam seu espírito. Novamente, a história que ocupa a maior parte do verbete está mostrando a fragilidade feminina em relação ao homem, como se coloca exposta para ser amada e poder amar, ainda que no final, seja trocada por outra e termine sozinha ou tendo que começar todo aquele jogo de conquista novamente, contudo, agora ferida e mais velha - o que significa, para o sexo feminino, menos interessante e com menos chances do que teria na empreitada anterior.

Nesse momento ela começa a privilegiar o conforto, não mais busca um amor, pois agora tem menos tempo para encontrar. Então, ela subordina sua imagem à fortuna, nas palavras do autor. O texto lhe agrega outra característica, “interesseira” ou podemos dizer “sabendo escolher as prioridades”. O que é interessante nessa leitura é que nada, de forma concisa ou objetiva, é falado sobre o sexo feminino. O texto é uma narrativa e não um verbete com a intenção de definir a constituição feminina e caracterizar suas aptidões e habilidades.

Assim, a mulher da Enciclopédia está restrita às “pequenas paixões”, ela é bela, musa, virtuosa, amável, sensível, delicada, gentil e sentimental. Essa mulher não compreende o que está à sua volta e não possui autonomia para escolher a vida que viverá, mas ela pode escolher como irá se apresentar ao mundo externo. Fica evidente no texto a capacidade dela de emular sentimentos e esconder sua frustração e temores, mas não é capaz de escolher aquilo que precisará oferecer ao mundo no papel de mulher ou quais regras precisará cumprir.

Sua felicidade consiste em ignorar o que o mundo chama de prazeres, sua glória consiste em viver ignorada. Encerrada em seus deveres de mulher e de mãe, consagra seus dias à prática das virtudes obscuras: ocupada no governo de sua família, reina sobre seu marido pela complacência, sobre suas crianças pela doçura, sobre seus serviçais pela bondade: sua casa é o lugar dos sentimentos religiosos, da piedade filial, do amor conjugal, da ternura materna, da ordem, da paz interior, do doce sono e da saúde; econômica e sedentária, ela afasta do lar as paixões e as necessidades; o indigente que se apresenta à sua porta nunca é expulso; o homem silencioso ali não se apresenta. Ela possui um caráter de reserva e de dignidade que a torna respeitável, de indulgência e de sensibilidade que a torna amável, de prudência e de firmeza que a torna temida; espalha ao redor um doce calor, uma luz pura que ilumina e vivifica tudo o que a rodeia. (DESMAHIS, 2015, p.127-128)

Diante disso, e aquelas mulheres que dedicaram suas vidas a obter conhecimento e são tão versadas quanto os homens? Badinter irá definir a mulher erudita a partir da transposição das características que encontramos na categoria existente para os homens. Ou seja, seria necessário que a mulher tivesse desenvoltura com a escrita, não se prendendo a um gênero literário apenas, mas também inovando na escolha dos assuntos e na performance desempenhada, além de compreender as ciências e possuir a habilidade da oratória, dentre outras.

De fato, o que o verbete nos apresenta é uma noção feminina fragilizada e reconhecidamente com menos chances de obter recursos educacionais. Mas segundo o autor, ela mesma não está preocupada com isso, afinal, o olhar dela está sob outra necessidade: ser amada e obter um casamento que lhe seja agradável e vantajoso. Por mais que o verbete não disserte com tanta ênfase acerca do assunto da educação feminina, nos abre um precedente investigativo para buscar respostas. O que essa sociedade letrada, esses filósofos, essas mulheres estão pensando acerca da importância da educação? Que representações femininas estão sendo produzidas a partir do discurso daqueles que

estavam sendo lidos e ouvidos? O que pretendemos responder com os próximos capítulos está no encaixe de duas outras peças para o nosso quebra-cabeças sobre a mulher na França do século XVIII. Outros olhares acerca do mesmo tema, das mesmas questões, isso com a hipótese de compreender o lugar da educação na experiência feminina e a leitura masculina realizada acerca desse assunto.

Seguindo essa mesma premissa, o título mulher de letras exigiria de sua possuidora desenvoltura com a escrita, não se prendendo a um gênero literário apenas. Mas também, que a mesma fosse uma verdadeira erudita, entendesse as ciências e possuísse a habilidade da oratória, dentre outras. Entretanto, não há essa delimitação clara do lugar feminino no letramento. Pensando pela própria lógica da Enciclopédia, em seus 35 volumes e 71.818 artigos não encontraram mulheres na posição de autoras, inclusive para escrever o capítulo sobre a mulher *Femme (Droit nat)*, *Femme (Morale)* ou *Femme (Anthropologie)*, quando são convidados autores homens mesmo havendo mulheres notáveis que poderiam compor o quadro e produzir uma escrita própria.

Segundo Badinter (2007), por mais que algumas mulheres se destacassem no cenário letrado francês e inclusive influenciassem filósofos homens, tendo a chance de serem ouvidas e consideradas, ainda existia certo distanciamento entre suas capacidades e credibilidade no meio letrado.

Darnton acredita que a Enciclopédia materializou o Iluminismo, pois através de suas publicações ela conseguiu tornar mais sólido a ideia de difusão e propagação do conhecimento, rompendo com o método religioso para produzir ideias pautadas na razão. Ainda, ela promoveu uma interação do meio e mercado editorial, estruturando tal negócio, ou seja, agora, claramente existia um contratante, um editor, autores e um público, além de funções manuais para a impressão do produto. A enciclopédia definia papéis.

Mas até mesmo a Enciclopédia não democratizava o conhecimento, o custo era alto e nada acessível às camadas mais baixas da sociedade. O livro naquele momento era um bem de consumo que representava status e poder, ele mais servia para ficar exposto do que realmente para ser lido. Por mais que ela representasse em seu cerne as ideias iluministas, muitos de seus compradores estavam interessados em mostrar o poder aquisitivo que possuíam. E não em adquirir conhecimento e compreender suas informações.

1.3 CONCLUSÃO

A república das letras coloca como fator chave para pertencer ao seu seletivo grupo, o conhecimento, mas é óbvio observar que havia certo desconforto por parte das mulheres quando da sua inserção prática nesse meio tão masculino. O conhecimento não era democrático, nem para homens e nem para mulheres, somente os indivíduos com mais recursos financeiros ou prestígio familiar tinham acesso à contratação de tutores ou frequentar as poucas escolas que existiam. Mas, no caso feminino, precisamos considerar outro fator, o de que seu conhecimento precisava ser constantemente comprovado e aprovado. Não bastava simplesmente saber, seria colocado em pauta se esse saber era legítimo, como foi adquirido e o quão aproveitável deveria ser. Por mais que isso também ocorresse em alguns casos masculinos, o que estamos querendo alertar é que a mulher não precisava provar seu valor para ingressar neste ambiente, ela permaneceria comprovando seu conhecimento para cada texto, pesquisa ou livro que promovia. Seus pares partiam do princípio de que estariam plagiando alguém ou que seu trabalho não foi feito por ela própria. Conforme veremos alguns casos no terceiro capítulo desta dissertação, através do estudo de caso de Madame du Châtelet.

Nesse período são escritos tratados sobre a educação, e também, debates acerca das capacidades para as mulheres. As ideias ainda estavam em construção, sendo ponderadas em debates e discursos de filósofos em favor da educação feminina igualitária, enquanto outros acreditavam no claro papel de donas de casa, as quais deveriam ser preparadas para desempenhar da melhor forma quanto for possível. No próximo capítulo iremos abordar especificamente o discurso acerca da educação e das capacidades femininas e a construção de representação feminina que podemos encontrar naquele período. Mas é importante salientar que algumas mulheres foram reconhecidas pelo conhecimento que tinham, elas publicaram, falaram nos salões, ajudaram filósofos em suas pesquisas e inclusive, ajudaram para que outras mulheres pudessem ter acesso às mesmas oportunidades que elas.

No iluminismo deixa de existir apenas o corpo masculino para permitir também a existência de um corpo feminino, ainda que de forma ensaiada. Rousseau (1762), por exemplo, em *Émilie ou de l'Éducation*, irá dizer que a educação feminina, desde seu

início, deveria estar direcionada aos homens de sua vida. O objetivo principal da existência feminina consistia em servir, deveriam cuidar bem de seus maridos e saber educar com excelência seus filhos. Ou seja, lhe cabia o direito doméstico e deveria ser educada para isso, pois tinha um elo tão forte com a natureza que lhe seria impossível conseguir um nível de abstração e razão necessários para lidar com o que fosse mais exato. A mulher ainda está mais ligada aos homens de sua vida do que à sua singularidade e ambições individuais.

Ainda acerca da categoria de *mulheres de Letras*, podemos observar que as mulheres escritoras de peças, textos literários, poemas e cartas, ou seja, de assuntos voltados para as artes, costumes e cotidiano, eram de fato mais aceitas no meio letrado do que as aventureiras no campo da ciência e assuntos políticos e filosóficos. Todavia, suas produções escritas são encontradas em quantidade consideravelmente menor que as de homens. Essa importância do gênero feminino por muito tempo foi negligenciada pela historiografia e somente com a proposta de dar voz aos vencidos e de contar a história daqueles que permaneceram às margens que documentos e indivíduos começaram a ser retirados da “obscuridade”.

Entretanto, o Iluminismo é paradoxal. Ao mesmo tempo em que luta por direitos e conhecimento para todos e prega que os indivíduos são iguais e precisam ter os mesmos direitos, ele oferece oportunidades restritas, consegue garantir esse discurso para um específico grupo da sociedade. O Iluminismo não alcança grupos fora do círculo letrado de nobres e filósofos. Mas esse período oferece um destaque à mulher inovador:

[...] A mulher se encontra no centro de uma série de textos em que filósofos, médicos e escritores se interrogam sobre sua fisiologia, a sua mente, a sua educação, o seu papel na sociedade. A mulher, objeto de estudo, viva, real ou imaginária, está sem dúvida em toda a parte. [...] o século das luzes é efetivamente o século da mulher, a qual todavia, se mantém subordinada, menor: sem personalidade civil e política, é excluída dos centros de poder e existe juridicamente apenas através dos homens. (GODINEAU, 1997, p.311)

A Enciclopédia não teve colaboradoras mulheres, mesmo que nomes válidos fossem conhecidos, seu verbete acerca desse sexo não apenas foi escrito por um homem como também não contemplou aspectos importantes de sua formação, habilidades,

capacidades e oportunidades. O verbete é uma narrativa romantizada expondo atributos sensíveis de sua personalidade, temperamento e desejos.

Mas um ponto muito importante foi levantado no verbete, mesmo que de forma superficial: a diferenciação entre a educação oferecida para homens e mulheres e a correlação desse acesso ao desenvolvimento intelectual do sexo feminino, assunto que será desenvolvido no capítulo seguinte. Sendo assim, o Iluminismo prevê o conhecimento como fator libertador do homem, ainda que não alcance, na prática, uma democratização desse conhecimento aos demais grupos que não fossem aqueles que estavam produzindo esses saberes.

Não apenas fiel ao movimento iluminista, mas sobretudo como sua maior manifestação, a Enciclopédia sustenta a convicção de que homens instruídos são melhores e mais virtuosos. A instrução, libertando os homens da ignorância, liberta-os também do preconceito, do fanatismo, da superstição e da violência. (PIMENTA; SOUZA, 2015, p.25)

Inúmeros livros e trabalhos acadêmicos têm sido produzido acerca da mulher no iluminismo francês. Falam sobre seus gostos, roupas, peças que preferem, maridos, como funciona a família e outras aspirações. Mas, na verdade, “tudo e ao mesmo tempo nada” é assunto de mulher, elas participam de conversas que muitas vezes nem foram convidadas ou estavam lá para receber os convidados para o salão, ou, apenas acompanhando seu marido. Mas o ponto é, até mesmo os tratados acerca da educação não decidem na prática qual defesa é mais benéfica para a mulher ou como iremos modificar tal realidade e apresentar alguma transformação. Assim, com o capítulo seguinte pretendemos evocar dois filósofos tido como referência mas que discordavam em suas ideias acerca da educação feminina, para então descobrir quais os benefícios e as empecilhos que essas discursos oferecem à mulher.

CAPÍTULO II

A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM ROUSSEAU E CONDORCET

“O saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra.”

Michelle Perrot

O discurso enciclopedista acerca da educação e função feminina não foi o único propagado ao longo do século XVIII. Muitos filósofos como Rousseau, Voltaire, Condorcet, Hume e tantos outros, dedicaram estudos e reflexões sobre o assunto, defendendo opiniões que contribuíram para a construção de uma representação feminina na História e sua relação com o saber. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é explorar, a partir de Rousseau e Condorcet, a diversidade de opiniões sobre o feminino no pensamento filosófico.

Na França, o Século XVIII foi berço de várias transformações sociais. Uma delas foi a Revolução Francesa, ocorrida em 1789. A esse respeito, a crise do Antigo Regime é um ponto central para se compreender não a causa, mas as causas da Revolução Francesa.

A evidente crise econômica somou-se a uma série de fatores e problemas estruturais, como, por exemplo, o declínio da nobreza nobiliárquica com as dívidas dos gastos incessantes da nobreza parasitária da corte de Versalhes, que, por sua vez, usufruía dos luxos reais, além do “aumento secular dos preços agrícolas, vantajoso para os grandes arrendatários que vendem seus excedentes, [mas que] pesa brutalmente sobre os camponeses” (VOVELLE, 2012, p. 13). Assim, a insatisfação em torno na figura do rei e o seu governo e a crise de caráter econômico agravada com o aumento excessivo dos preços dos grãos (devido a uma colheita desastrosa em 1788), habita, segundo o historiador Michel Vovelle, a primeira fila das causas imediatas e acabou por catalisar “as formas de descontentamento, sobretudo nas classes populares” (VOVELLE, 2012, p. 17), dando “uma nova dimensão ao mal-estar político” francês (VOVELLE, 2012, p. 17).

Ademais, a Revolução Francesa deve ser vista como fruto do seu tempo, ou seja, própria do século XVIII. Nesse momento vem à tona a razão iluminista que incita a intelectualidade, a crítica e o debate em torno da religião e das ações do Estado (BOTO,

2003) que marca o final do período moderno e o advento da era contemporânea. Na perspectiva de que a Revolução traz a realidade de um “antes” e um “depois”, ou seja, de que ela rompe com a estrutura de Antigo Regime que se tornou tão nociva aos franceses naquele momento, dá margem para que também a pensemos sob a metáfora do nascimento de uma nova ordem enterrando uma ordem antiga. Tal é a ideia do mito solar (BOTO, 2003) que envolve a Revolução como sendo a “luz vitoriosa das trevas, da vida renascendo do seio da morte, do mundo reconduzido ao seu começo” (KOSELLECK, 2011, p. 61).

Assim, o termo “revolução”, entendido como “uma transformação de longo prazo” (KOSELLECK, 2011, p. 61), cujos eventos e estruturas “atingem profundamente o nosso cotidiano” (KOSELLECK, 2011, p. 61) assume na Revolução Francesa um caráter mítico de renovação e tem uma projeção que ultrapassa o imaginário francês:

Tendo a ordem antiga tomado, por uma redução simbólica, a aparência de uma nuvem escura, de um flagelo cósmico, a luta contra este podia atribuir-se como objetivo segundo a mesma linguagem simbólica, a irrupção do dia. Quando a evidência da razão e do sentimento ganha força de lei radiosa, toda relação de autoridade e de obediência que não esteja fundada nessa base está condenada a não ser mais que trevas (STAROBINSK, 1988, p. 38).

O debate em torno das mudanças na sociabilidade francesa no século XVIII referente à maneira de lidar com a religião nos oferece alguns referenciais que demonstram como a ideia de uma descristianização, ainda que relativa, pôde ser percebida. Vovelle (2012) discorre em sua obra sobre a evidente crítica que o Iluminismo difundido entre as elites da França faz à instituição eclesiástica e como atacou fortemente “o clero por suas riquezas, seus privilégios, seu ‘parasitismo’ (em especial o das ordens religiosas) e, sobretudo, sua intolerância” (VOVELLE, 2012, p. 220). Entretanto, mesmo com o abandono de algumas práticas cristãs que a França presenciou no seio da sua sociedade, especialmente na segunda metade do século XVIII, isso não significou que a referência religiosa foi perdida, anulada, visto que a descristianização foi recebida de forma muito variável e suscitou muitas resistências nas regiões do país (CHARTIER, 2009).

Porém, um referencial importante é observar que os franceses passaram a ter uma percepção diferente, por exemplo, com relação à morte que se revelou, entre outros aspectos, no decrescente financiamento de missas para zelar pela alma do fiel para uma

“redução ou mitigação dos julgamentos no purgatório” (CHARTIER, 2009, p. 153), ou pela notável “indiferença generalizada em relação ao local de sepultamento dos restos mortais” (CHARTIER, 2009, p. 153). Entre outras práticas, o crescente uso de métodos contraceptivos, que aumentou expressivamente na segunda metade do século XVIII, resultou em uma baixa taxa de natalidade, ou seja, a mudança de hábitos como esses confrontou diretamente com a tradição e a moralidade religiosas.

Diante dessa conjuntura social observada, destacamos a dimensão simbólica do processo de reavaliação dos costumes dos franceses pela influência política e revolucionária que cada vez mais se fazia presente. Buscava-se abolir a antiga sociedade (TOCQUEVILLE, 2009) e construir um novo corpo social que abarcasse as diversas estruturas dessa sociedade, mas agora imersas em um novo contexto renovador: o da Revolução. É dessa forma que podemos perceber como houve, então, um processo de descristianização frente à divulgação das novas ideias e como o discurso político revolucionário absorveu as instituições sociais em busca de uma nova constituição.

Nossa investigação parte da importância que os saberes adquiriram ao longo da história, até o advento do Iluminismo. Observando o passado da história dos saberes percebemos que ele sempre foi restrito a gênero e grupos, sempre esteve relacionado ao poder e nas mãos daqueles que podiam decidir sobre outros.

(...) é preciso lembrar que toda a educação propriamente intelectual era proibida. Na escola, em casa ou no convento, evitava-se desenvolver esses espíritos. E mesmo se houve, aqui e ali, pequenas modificações de programa, o conteúdo de ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas de casa eficientes. (BADINTER, 1985, p. 91-92)

O campo de estudos do gênero e a história das mulheres ofereceram a oportunidade de investigar sujeitos históricos até então deixados às margens do núcleo principal. Sendo assim, torna-se possível estudar a mulher e sua relação com o aprendizado. A historiografia das mulheres nos possibilita olhares e dados que intensificam os campos analíticos acerca de como os saberes foram apreendidos pelo sexo feminino e alguns usos para o mesmo, contribuindo significativamente para rever pontos da história. (DAVIS, 1976)

Diante disso, para melhor compor as influências e modificações acerca dos discursos sobre educação e sua relação com o sexo feminino é válido considerar além de partirmos da noção de que a educação feminina é diferente da masculina, é tão importante quanto, considerar outras diferenciações, principalmente no quesito econômico e organizacional daquela sociedade. Ou seja, é fator influenciador da qualidade educacional o status social, a família, a localização geográfica, poder aquisitivo, sociabilidades e conexões públicas, influência, dentre outros. Assim, mais do que uma questão sexual, a educação está diretamente relacionada ao social e econômico. (BLOCH, 2007)

O Século XV foi marcado pelo surgimento de uma nova categoria para definir e organizar o perfil feminino, as mulheres “intelectuais” ou “letradas”. Essas mulheres não se enquadravam nem como cortesãs e nem no âmbito religioso, como freiras. Sara Ross fala sobre a emergência dessa nova categoria. Em seu livro, a autora demonstra uma díade entre pai e filha que é capaz de deslocar a mulher de um espaço de inabilidade ou incapacidade intelectual, para a posição de detentora de conhecimento e reprodutora de discursos válidos para pensar a educação como fator transformador. (ROSS, 2007)

A historiografia atual tem tentado compreender como essa categoria “mulher intelectual” foi possível e como algumas mulheres conseguiram romper com o espaço naturalmente oferecido às mulheres, de donas de casa, esposas e anfitriãs, para transitar num ambiente que lhes era novo e ainda não estava totalmente organizado para recebê-las. (ROSS, 2007)

Essas mulheres intelectuais conduziram discursos públicos acerca de quem eram, o que sabiam e também para quais saberes possuíam mais aptidão. Por mais que Ross esteja analisando especificamente o caso italiano no século XV, a autora nos oferece um caminho analítico para pensar o caso das mulheres letradas francesas como mulheres de uma elite social que, conforme Ross, devem grande parte de suas oportunidades intelectuais à família. O modelo que a autora caracteriza – pai instruído e filha secularizada – é uma base para pensarmos o processo de tutoria e de apoio parental, principalmente paterno. (ROSS, 2007)

Sob o prisma “Enlightened fathers, women humanists”, a dinâmica exposta pela autora se baseia na ideia de que “os pais instruídos patrocinaram e educaram os primeiros intelectuais seculares dentro da tradição ocidental”. Quando lemos “intelectuais

seculares” precisamos considerar um conhecimento oferecido às mulheres que estivesse fora do domínio eclesiástico, ou seja, não disseminado por clérigos (ROSS, 2007, p.205). O conhecimento secularizado serviu de base para uma nova concepção de “virtude” feminina, pois enfatizava algo a mais do que a moralidade cristã, indicando um programa educacional humanista pautado num conhecimento que pudesse ser externado e difundido em saberes, e não apenas no comportamento ideal.

Esse movimento culminou no que conhecemos como “renaissance woman”. O que significa em termos literários que a mulher é instruída no seio de sua família para ser capaz de compreender o mundo em que vivia e praticar o conhecimento adquirido. Homens como Thomas More providenciaram que suas filhas tivessem acesso à conhecimentos variados e mais: fizeram com que essa experiência de aprendizado feminino fosse vista como plausível. Ainda que esse pensamento não fosse aprovado sem contestação, conforme veremos no capítulo. (ROSS, 2007, p. 206)

Entre o Século XVI e XVII, sob influência do humanismo renascentista, começa-se a pensar na importância da educação para que as pessoas sejam cidadãos. A igreja possui um importante papel nessa difusão educacional. Principalmente com a Reforma, pois, ao incentivar a leitura pessoal da bíblia, estava também, estimulando o aprendizado e acesso à leitura, inclusive das mulheres. Nos conventos e igrejas, padres e freiras tinham acesso ao aprendizado, ainda que voltado para a preparação eclesiástica.

O Século XVIII atribuiu aos Homens, respaldado pelos estudos sobre anatomia e ciências. E a capacidade de reter conhecimento e desenvolver senso crítico apurado foi sendo estimulado com mais ênfase. É notório que o início do século XVII experimentou um aumento sem precedentes no aprendizado e no avanço científico, o que foi sendo intensificado nos Séculos seguintes. Mas isso não era visto como algo benéfico, na totalidade dos indivíduos consenso na Sociedade. Para alguns grupos puritanos, os resultados dessa difusão do conhecimento traria consequências quase apocalípticas, pois as possíveis descobertas e liberdades alcançadas pelos indivíduos poderiam culminar no fim do mundo como era conhecido. (GOMES, 2008)

No verbete contido na Enciclopédia intitulado *Faculté [Physiologie]*, o autor Louis Chevalier de Jaucourt nos explica que o cérebro determina a capacidade pela qual “as partes do corpo podem satisfazer as funções a que se destinam”, ou seja, as faculdades

mentais dos seres humanos organizam a estrutura do corpo como um todo e estão divididas em faculdades animais, sensoriais e intelectuais. Sendo assim, os animais são regidos por uma lógica regida pela sensação e reação ao meio externo. Eles têm seus sentidos alterados de acordo com o que lhes acontece e são guiados por isso. (JAUCOURT, 1751, p.6.363. Tradução livre)

Tudo o que se acreditava e sabia acerca dessas faculdades no século XVIII era que estavam ligadas, de alguma forma, às sensações, ou seja, a memória, a imaginação e tudo o mais que compõe nossa mente. Assim, os sentidos estão organizados no cérebro ou nos nervos dos órgãos e são modificados através dos instintos. Os animais são tão impulsionados pelo instinto, que passam a reger sua vontade e ações, de forma a não considerar o lugar da razão e da liberdade para satisfazer as inclinações que almejam. (JAUCOURT, 1751)

Contudo, no homem, essa balança vai sofrendo alterações de acordo com o aprendizado e o controle da razão. Assim, o conhecimento seria um tipo de privação das sensações e vontades, em detrimento da assertividade e controle das ações. Enquanto criança, nos deixamos ser levados pelas sensações e não medimos as consequências de nossos atos, mas conforme recebemos instrução, refletimos cada vez mais acerca das nossas escolhas e optamos por aquilo que nos traga melhores resultados e não apenas, mais satisfação. Sendo assim, seguindo essa teoria, o avanço da idade nos garante uma vantagem em relação aos animais irracionais. (JAUCOURT, 1751)

Finalmente, o estado das faculdades intelectuais é tão correlativo com o estado do corpo, que é apenas restaurando as funções de um, que as do outro são restauradas. Portanto, quem souber aprender coisas, diz Boerhaave, concordará que tudo o que nos foi trazido pelos maiores mestres da arte sobre a excelência da alma e suas faculdades é totalmente inútil para a cura de doenças. (JAUCOURT, 1751, p.6.364. Tradução livre)

Por conta disso, o conhecimento das faculdades do homem é um dos mais importantes temas da fisiologia, naquele momento, porque permitia tornar conhecida as perturbações das faculdades da alma, que muitas vezes agem sobre o corpo causando várias doenças físicas e mentais. A partir dessa interpretação é que se baseia a divergência biológica em relação à ligação feminina ao campo das emoções e do homem à razão, pois

alguns discursos no século XVIII defendiam que a mulher estava mais suscetível às emoções, tendo mais inclinação para o temperamento sanguíneo do que racional. E isso faria com que o sexo feminino tivesse maior dificuldade em alcançar a racionalidade.

Ao que sabemos, desde a Antiguidade a necessidade de exercer poder sobre o outro existia. Podemos analisar os espaços e grupos atribuindo formas com que uns se sobrepunham a outros, por exemplo os bens, títulos, família e inclusive, a educação. O saber sempre ocupou espaço determinante na sociedade. Não necessariamente estamos falando de uma educação institucionalizada, mas definitivamente de um saber que definia aquele que mostraria caminhos e os que seguiriam.

Mas precisamos definir algo significativo, ser detentor de um saber não significa, propriamente, exercer poder direto sobre o outro. O Feudalismo caracterizou-se por relações servis: os servos detinham as ferramentas de trabalho, mas estavam condicionados ao senhor feudal porque não eram donos da terra. Neste cenário, o saber estava condicionado a critérios exteriores. Apontamos esse dado, pois, no Século XVIII, objeto de nossa pesquisa, algumas mulheres detinham saberes, mas isso não significava que elas respondiam por ele ou exerciam poder. (VOVELLE, 2012)

A igreja até o Século XVIII monopolizava a vida intelectual e a produção do conhecimento. Entretanto, com a mudança na dinâmica social, tal realidade foi sendo alterada e a Igreja, num processo, gradativo, foi perdendo sua hegemonia, abrindo espaço para a constituição de novas relações sociais. Da mesma forma, as discussões, intervenções e redefinições das estruturas em diversas sociedade, mas sobretudo na Europa Moderna, foram oscilando entre se subordinar e se afastar dos critérios eclesiásticos como determinador ou não dos conhecimentos.

A própria Bíblia legitima esse discurso dominador da religião, no sentido de acreditar que as bases para um conhecimento sólido estaria na revelação divina, ou seja defendendo que o conhecimento estaria alocado na leitura e compreensão das Escrituras Sagradas. E ainda, reforça a ideia de uma mulher não culta, que nasceu com o propósito de servir aos homens de sua vida e ser a responsável pelo equilíbrio e cuidado do lar. Ao longo dos Séculos, a Igreja Católica propagou essas e outras ideias no meio popular, que sem acesso direto ao livro, compreendia de acordo com os discursos produzidos pelo clero. (ISRAEL,2013)

A partir dessas explicações, podemos voltar ao Iluminismo francês. O qual também chamado de Século das Luzes, surge no nosso debate como fator de encontro entre conhecimento, poder e mulher. Ele previa o conhecimento como responsável por retirar a população da escuridão. Dessa maneira, garantiu a construção de um mundo ideal regido pela razão e ciência. Assim, o “espírito” das luzes se expandiu pelo espaço pregando e encorajando novos ideais e normas capazes de transformar o pensamento dos indivíduos. Orientando-se pela crítica, preocupava-se em combater a dominação da igreja e demais instituições repressivas sobre o conhecimento que a população teria acesso. E, disponibilizava um conhecimento que ensaiava transformações social, política e econômica, principalmente do ponto de vista do indivíduo.

Também conhecido, na França, como o século de Voltaire, o Iluminismo serviu como base para a Revolução Francesa, pois iniciou movimentos críticos mais efetivos culminando em manifestações e confrontos. Além de Voltaire, outros nomes importantes na França foram o de Charles de Montesquieu, Denis Diderot, Jean-Jacques Rousseau e Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, conhecido como marquês de Condorcet, os quais em suas ideias partilhavam a premissa de que razão seria a chave para o “progresso” humano. (ISRAEL, 2013)

Georges Benrekassa descreve a França iluminista como o berço de uma nova constituição de mundo, regida por um conhecimento baseado na razão. Dessa maneira, o Iluminismo viabilizou redes comunicativas de ideias – através dos salões, publicações, teatro etc – as quais promoveram importantes transformações na vida intelectual durante o século XVIII e, inclusive, até hoje é utilizado como referência por conta de sua importância, tanto na construção do pensamento quanto nos alicerces sociais da contemporaneidade, afinal, muitas das ideias e discursos produzidos no Iluminismo, ainda são atuais na nossa sociedade, mesmo que por um viés reflexivo. (FERRONE, 1999)

É importante ressaltar que entendemos essa produção intelectual no Iluminismo francês como algo que surge numa individualidade de pensamento. Mesmo que seja desenvolvido no coletivo, por meio da colaboração e compartilhamento de ideias. Dessa maneira, podemos dizer que as formulações dos saberes iluministas além de serem públicos, são também participativos. Ainda que não estejam dados de forma democrática, pois um pequeno grupo tomou para si a responsabilidade de pensar acerca do todo, do

seu tempo, sociedade, economia, política e quaisquer assuntos que considerem relevantes. (ISRAEL, 2013)

Conforme Michelle Perrot aponta, o Iluminismo reconfigura os espaços públicos e privados, criando novas regras para delimitá-los. Ela mostra que existe um paradoxo em relação à vida pública e privada na França iluminista: ao mesmo tempo em que são heterogêneas e bem separadas, passam naquele momento por transformações que fazem com que algumas de suas barreiras sejam desmanteladas. A individualidade do Rei está cada vez mais exposta, casas são abertas para reuniões formais ou não, revelando a dinâmica das famílias, seus bens e posses e, as pessoas estão se mostrando, seja através da literatura e das artes ou simplesmente se permitindo ter voz e ideias (ARIÈS; DUBBY, 2009)

Segundo Pierre-Yves Beaurepaire, a França não somente se modificou em sua estrutura, como também – e poderia ser dito, principalmente – no que tange as mentalidades. Ela experimentou uma transformação que não permitia um retorno à Idade Antiga e que a preparava cada vez mais para ser um país preocupado com a difusão de ideias e conhecimento. Assim, é possível dizer que o Século das Luzes garantiu ao Estado francês a construção de objetivos e ideais que até hoje permeiam o mundo. (BEAUREPAIRE, 2014)

Elizabeth Badinter explica que, mesmo com a valorização da exposição do conhecimento no século XVII, isso ainda não era bem visto no caso das mulheres. Cabia a elas a discrição e o anonimato, por isso não era comum encontrar vastas publicações assinadas por mulheres no período. Ao longo do século XVIII, esse cenário começa a ser transformado e é possível encontrar cada vez mais a presença feminina em rodas de debates, assinadas em peças teatrais, além do significativo aumento na escrita de cartas. (BADINTER, 2007)

Em relação à participação feminina, a qual é encontrada nos salões e mercado impresso, existe certa ressalva. As mulheres não possuíam tanta abertura para discursar acerca das ciências e o respeito e admiração oferecidos a elas estavam diretamente ligados ao seu comportamento individual. Esperava-se que elas fossem boas esposas, resguardadas de escândalos e estivessem acompanhadas de seus maridos. Dessa maneira,

era observado um padrão ético no comportamento feminino que não obtinha tanta preocupação para o caso masculino.

A EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS FILOSÓFICOS

De acordo com Adília Gaspar, o posicionamento dos filósofos acerca da figura feminina, assim como de sua possibilidade de direitos, deveres e efetiva participação no meio público e letrado não pode ser considerado como algo homogêneo. Rousseau e Condorcet são bons exemplos dessa diferenciação de posicionamento. (GASPAR, 2009)

O Iluminismo francês garante a uma pequena parcela da população – filósofos e letrados – algum destaque diferenciado, além da função de pensar as estruturas, buscando alternativas e discursos capazes de compreender melhor o mundo que os cerca. Contudo é relevante refletir acerca das limitações desses indivíduos e algumas de suas teorias, considerando o meio e o tempo em que estão inseridos. (PERROT, 2013)

No que tange as análises acerca das mulheres podemos identificar as restrições e limitações do movimento, principalmente em relação a forma diferenciada que o "ser" mulher era tido por pensadores homens. Afinal, as ideias e defesas por liberdade e esclarecimento eram restritamente direcionadas aos homens. É naquele momento que começa haver algum início de movimentação para pensar a mulher fora do núcleo familiar, e colocá-la na posição de cidadã. (DUBY; PERROT, 1994)

A mulher é representada por um discurso masculino. Homens específicos estão pensando, indagando, observando e conjecturando acerca das mulheres, principalmente a partir dos exemplos cotidianos, ou seja, das mulheres com quem se relacionam, conheceram, as referências que eles têm para montar suas teorias e analisar seu discurso.

[...] só a vê através de uma imagem, a da Mulher que pode tornar-se perigosa pelos seus excessos, ela que é tão necessária, dada a sua função essencial de mãe. O discurso não a mostra, inventa-a, define-a através de um olhar culto (logo masculino) que não consegue senão subtraí-la a si própria. (DUBY; PERROT, 1994, p. 9)

Ainda segundo Adília Gaspar, as análises dos filósofos acerca das mulheres, parecem condicionadas a perpetuar o *status quo* do que, propriamente, produzir alguma problematização capaz de gerar transformação:

[...] quando as luzes da razão serviram para construir a moldura teórica que haveria de enquadrar as reivindicações de liberdade, igualdade e participação política dos homens, mas ignoraram a outra metade da humanidade, as mulheres, que muito prudentemente relegaram para a esfera da domesticidade onde deveriam ficar sob tutela dos pais, maridos ou irmãos, proibidas de aceder à educação, incapacitadas para o exercício de profissões que lhes permitissem independência econômica, espoliadas dos bens de herança em favor de irmãos ou de outros parentes do sexo masculino. Tudo isto cautelosamente preservado pelos costumes e tradições intocados, pelas leis estabelecidas, pela própria literatura e, cúmulo dos cúmulo, pela voz autorizada da maioria dos filósofos. (GASPAR, 2009, p. 13)

Para melhor desenvolver o debate, foram selecionados dois posicionamentos distintos acerca da validade da participação feminina, assim como da opressão e submissão experimentadas por elas. Mas não faz parte da pretensão do trabalho demonstrar que havia equivalência entre as ideias opostas, ao contrário, a maioria dos pensadores do período defendiam a suposta inferioridade da mulher e, conseqüentemente, sua desconsideração no desempenho de um papel ativo na sociedade.

A partir disso podemos pensar essa diferenciação dentro do cenário iluminista. O período das Luzes não funcionou igualmente para todos, mas ao que parece, as limitações sentidas pelas mulheres naquele momento podem ser associadas, com algumas travas sociais impostas a determinados grupos de homens. Se a mulher fosse de uma família que gozasse de prestígio social e posses, ela poderia receber estudo particular através de tutores, similar ao oferecido a alguns homens, inclusive, poderia participar do meio letrado, fosse executando a função de anfitriã ou oradora de algum salão, escritora de peças ou de livros.

O Iluminismo, desde as primeiras reflexões de seus interlocutores, propôs algumas novas importâncias e perspectivas no plano educacional. Os saberes foram galgando espaços e sendo validados cada vez mais pelos homens daquele período. Contudo, no caso da mulher, a educação oferecida não se igualava aos objetivos da que era proposta aos homens – mesmo que também houvesse diferenças no acesso para os homens. Para as mulheres, levando em consideração que estamos pensando somente na pequena parcela

que tinha acesso a esse ensino, em geral, o foco consistia numa preparação para a vida doméstica, ensinando-as a ser melhores esposas, mães, filhas e anfitriãs.

Já aos homens, cabiam disciplinas relacionadas às ciências, principalmente matemática e física, enquanto às mulheres cabia aprender música, bordados, pinturas e demais coisas que garantam dotes decorativos, pois se acreditava que o cérebro feminino funcionava somente para esse tipo de coisa, enquanto o masculino para assuntos mais exatos. Mas precisamos acrescentar que a lógica de uma educação familiar funcionou para as mulheres quase como um substituto do ensino institucional. Através de tutores, elas aprendiam parecidamente com o que os meninos estavam aprendendo nas escolas.

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torna-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício...que tecem a coroa das virtudes femininas. (PERROT, 2013, p. 93)

É preciso lembrar que a França iluminista ainda se organizava de forma similar ao que sabemos da típica sociedade feudal. A maior parte da população vivia no campo e o país estava dividido em estados, os quais dividiam os grupos sociais. Culturalmente, as ideias iluministas vão ganhando espaço e sendo debatidas cada vez por um número maior de pessoas, sobretudo, por pessoas descontentes com a realidade econômica e política do país, devido aos problemas financeiros que foram desencadeados com as Guerras e acordos.

Assim, podemos citar o livro *Letters on Education* escrito por Macaulay⁷ informando que o conceito central abordado na obra “é que o caráter de nossa espécie é formado pela influência da educação” e, “a partir dessa premissa” uma série de paradigmas acerca do comportamento e da moralidade dos indivíduos em relação ao convívio em sociedade podem ser destrinchados. Anulando, dessa forma, “a inferioridade

⁷ Catharine Macaulay (1731-1791), mais tarde Catharine Graham foi uma importante historiadora republicana inglesa do Século XVIII, seu livro *Letters on Education* lançado em 1790 é um manifesto acerca da educação feminina. Nessas *Cartas sobre Educação*, a autora – assim como Mary Wollstonecraft alguns anos depois na obra *A Vindication of the Rights of Woman* - defendeu a hipótese de que a aparente fraqueza das mulheres estava condicionada à má educação, precariedade do ensino que recebiam.

atribuída a determinados indivíduos devido a fatores inerentes a eles”, ou seja, sua constituição biológica, como raça ou sexo (GOMES, 2011, p.42), pois:

As capacidades intelectuais da mente humana independem de gênero e, por essa razão, as mulheres deveriam receber as mesmas oportunidades de educação que os homens. Através dessa política de aprendizado, não apenas as mulheres seriam beneficiadas, mas também a sociedade como um todo, sendo moralmente mais aperfeiçoadas. (GOMES, 2011, p. 42)

O que Catharine Macaulay está defendendo é que uma política educacional igualitária seria mais benéfica para a sociedade do que a defesa de diferenças cognitivas por meio de estereótipos não comprovados cientificamente. Sua hipótese é que as mulheres educadas de forma similar aos homens alcançaram resultados parecidos nas mais variadas áreas e isso apenas garantiu que o conhecimento fosse ainda mais valorizado e propagado, não havendo consequências ruins. Esse abismo educacional apenas demonstrava a fragmentação daquela sociedade e resquícios do Antigo Regime, o que não aplicava a defesa teórica de igualdade e benevolência. (MACAULAY, 1996)

2.1 O DISCURSO DE ROUSSEAU

Pode-se dizer que Jean-Jacques Rousseau, através de seu livro intitulado *Do Contrato Social*, publicado em 1762, inspirou a criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Entretanto, em suas páginas acerca das mulheres, demonstra que não acreditava em caminhos tão "progressistas" quanto parecia. Nessas páginas, são apresentadas propostas que visavam a regulamentação da educação e da vida das mulheres, tornando-as restritas à esfera doméstica e à disposição dos homens. (VIAL, 2013)

Em sua obra *Emílio, ou da Educação*, Rousseau trabalha, nos quatro livros primeiros, o caso masculino e esboça sua preocupação com o que fazemos acerca da educação, qual importância ela ocupa na vida em família e em sociedade e propõe algumas reorganizações, que, ao seu ver, serviriam para aprimorar os saberes e produzir indivíduos livres.

Falarei pouco da importância de uma boa educação; nem me deterei tampouco em provar que a que se pratica é má; mil outros o fizeram antes de mim, e não me agrada encher um livro com coisas que todo mundo sabe. Observarei tão somente que desde sempre todos se opõem ao estabelecido, sem que ninguém pense em propor coisa melhor. A literatura e o saber de nosso século tendem bem mais a destruir que a edificar. [...] Começai portanto estudando melhor vossos alunos, pois muito certamente não os conheceis e se lerdes este livro tendo em vista esse estudo, acredito não ser ele sem utilidade para vós. (ROUSSEAU, 1999 p.7-8)

As contribuições de Rousseau foram substanciais para a valorização do homem no âmbito da educação moderna e servem, sem dúvida, para pensarmos a educação ainda na atualidade. Emílio não pode ser interpretado apenas como uma obra de ficção, sua fabulação literária possui um claro papel de criticar os costumes e crenças da época, propondo um ajuste de foco capaz de repensar o homem e seu processo educativo. Nesse aspecto, o que o tratado rousseauiano almeja, primordialmente, é a formação do homem, não especificamente voltada para uma ação, um trabalho, pois “ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre, será primeiramente um homem” (ROUSSEAU, 1999, p. 15). Afinal, utilizando o exemplo de Emílio, não deveria aprender tanto para se anular, mas sim, “seu primeiro dever é para consigo mesmo” (ROUSSEAU, 1999, p. 280).

Rousseau compreendia a educação como “uma arte” e dessa forma, seria impossível alcançar total êxito pois “ação necessária a esse êxito não depende de ninguém. Tudo o que se pode fazer, à força de cuidados, é aproximar-se mais ou menos da meta, mas é preciso sorte para atingi-la” (ROUSSEAU, 1999, p. 11). Rousseau temia que o assunto da educação permanecesse adormecido, mesmo após a publicação do livro.

No primeiro livro, Rousseau apresenta um debate acerca dos cuidados iniciais com um bebê. É um manual sobre amamentação, responsabilidades e funções maternas naquele estágio da vida do filho, e também, uma cartilha sobre os primeiros passos na educação do filho. Rousseau fala sobre a importância dos pais não permitirem ser controlados pelo filho, ou seja, devem impor limites e definir claramente os papéis familiares.

Na sequência, no livro dois, o autor irá voltar-se para a infância, preocupando-se com o tipo de criança que estaremos preparando para a fase adulta. Ele disserta sobre os

limites que os pais precisam impor para que essas crianças não tenham todas as suas vontades realizadas e isso seja prejudicial, e também chama atenção para o cuidado com o corpo delas, a importância das atividades físicas e em mantê-las ativas e saudáveis.

Já no livro três, ele entra especificamente no assunto da educação, voltado às crianças. Rousseau entende que a criança precisa aprender a se comportar nas diversas situações e não pode traçar esse caminho educacional sozinha, ela precisa de acompanhamento e supervisão, pois só assim ela receberia os instrumentos necessários para tornar-se um cidadão livre, consciente e capaz de perpetuar esse sistema social que definia a forma como deveria viver, agir e pensar.

Finalizando, nos dois últimos livros – de número quatro e cinco – o autor volta-se para a importância em despertar-se numa consciência moral e religiosa. Usa como exemplificação a vida de Emílio e Sophie. E, a partir disso, dessa conclusão na vida adulta do processo educacional que começou no seio familiar, Rousseau aproveita o livro cinco para discursar especificamente sobre o caso feminino, trabalhando a partir do questionamento de qual a necessidade e importância de educar mulheres, quais mudanças sociais isso pode oferecer e, na prática, como executar essa tarefa de ensino.

Rousseau defendia uma linha de pensamento a serviço do *status quo*, acreditando que o mundo é o livro das mulheres, sendo possível para elas atingir a glória sendo mãe. O que esse pensamento de Rousseau afirma é que a mulher tinha sua inteligência formada para aprender a como cumprir de forma excelente seu papel no mundo. Elas poderiam aprender empiricamente e isso bastava. Dessa maneira, não haveria necessidade de que elas buscassem conhecimento para outra coisa que não fosse a excelência em cumprir com a sua função social. Ademais, Rousseau afirmava que a mulher seria ligada à imaginação, o que seria um fator limitador de seu engajamento com as ciências. Mas pensar nessa ideia de Rousseau nos permite dizer que a mulher conduz sua vida, casa e até mesmo família, de acordo com a maneira que foi pensada e fabricada pelo homem e para o homem.

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos; do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os costumes destes, suas paixões, seus gostos, seus prazeres, e até sua felicidade. Assim, toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das

mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1999, p.512)

Rousseau traça um mapa responsável pela transformação de Emílio – uma criança – em um bom homem, preparado para o futuro. Rousseau estabelece diferenças entre homens e mulheres. A primeira refere-se ao fato do homem ser ativo e forte, enquanto a mulher seria passiva e fraca, cedendo ao comando da figura masculina. Assim, ele afirma, que a mulher é feita para agradar ao homem, justificando através desse discurso uma naturalização da desigualdade de papéis sociais existentes entre os dois grupos. (STRECK, 2004)

Além disso, Rousseau não estava preocupado simplesmente com a formação específica do homem, mas sim com a sua vocação. Segundo o autor

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é o estado de homem; e quem quer seja bem educado para esses, não pode desempenhar-se mal dos que com esse se relacionam. Que se destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou à advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que lhe quero ensinar. (ROUSSEAU, 1999, p. 15)

Assim, o plano de desenvolvimento da dimensão humana no pensamento de Rousseau tinha como objetivo “propor na educação de um jovem [...] formar-lhe o coração, o juízo e o espírito” (Rousseau, 1994, p. 45). Afinal, a formação do coração se inicia com a educação da natureza, a qual deve ser o primeiro passo nessa trajetória. Assim, as atividades propostas para Emílio eram pensadas para que contribuíssem na formação de seu conhecimento acerca de si mesmo e do mundo, desenvolvendo suas capacidades sensitivas, o raciocínio, a criatividade e também, a bondade. (SAHD, 2005)

Prosseguindo nas propostas, Rousseau também aconselha que as mulheres fossem agradáveis aos homens e que não os provocassem, ou seja, que elas cumprissem com o papel social que lhes fora designado e não atrapalhassem o homem em cumprir com o que foi definido para o homem. Diante disso, podemos entender que a justificativa de distinção entre homens e mulheres, para Rousseau, está dada a priori pela existência dos mesmos, a natureza de cada um o fez de determinada forma e não se deve modificar tal

direção. A mulher o é dessa forma, pois foi formada para cuidar, enquanto ao homem foi dada a responsabilidade de dominar. Por isso a ideia de haver uma educação distinta para os dois.

Não convém, pois a um homem que tem educação tomar esposa que a não tem, por consequência, escolhê-la numa classe social na qual não se espera que a tenha. Mas eu preferiria mil vezes uma rapariga simples e de criação grosseira a uma sábia e pedante que acabaria por transformar a minha casa num palco literário ao qual ela presidiria. Uma mulher pedante é o tormento do marido, dos filhos, dos criados, de todos. Da sublime elevação do seu gênio desdenha todos os seus deveres femininos e em breve se transforma ela própria num homem à maneira da menina l'Enclos. Fora de casa, é sempre ridícula e justamente criticada, porque não pode deixar de o ser já que sai do seu estado e não é feita para aquele a que aspira. (ROUSSEAU, 1999 p. 194-195)

Sendo assim, a educação feminina deve privilegiar o bom funcionamento do lar. Tudo o que a mulher poderia aprender, na matemática, física, idiomas etc., deveria servir para que ela educasse seu filho para ser um homem forte e mantivesse sua casa em ordem. Assim, saberá educação feminina permanecia voltada para o outro e não para ela própria. E mais, o ciclo era perpetuado continuamente, pois esse menino se tornava um jovem cidadão, logo, deixava os cuidados de sua mãe para ser auxiliado por outra figura feminina, sua esposa. A qual, assim como a figura anterior, precisava estar pronta para administrar as contas da casa e gerir sua família com excelência. Afinal, ela foi feita para agradar.

Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já, pela simples razão de ser forte. Não se trata da lei do amor, concordo; mas é a da natureza, anterior ao próprio amor. (ROUSSEAU, 1999, p. 505)

Esse direcionamento é consequência da forma que a mulher é vista por Rousseau. O autor abre seu quinto livro caracterizando o que compreende como mulher e essa definição nos permite entender os limites de sua visão sobre o ensino e habilidades femininas. O texto não está menosprezando os saberes adquiridos e reproduzidos pelo sexo feminino, ele apenas demarca que para haver um equilíbrio entre as funções e responsabilidades. Para que cada sujeito ocupasse um lugar determinado e assim, a harmonia social estaria garantida pois não seria necessário lutar por espaços e funções.

precisa ocupar um determinado espaço, e isso será legitimado pelo sexo, atributo que diferencia os indivíduos.

Sofia deve ser mulher como Emílio é homem, isto é, ter tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar seu lugar na ordem física e moral. Começemos portanto por examinar as conformidades de seu sexo com o nosso e as diferenças entre ambos. Em tudo o que não se prende ao sexo, a mulher é homem: tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as mesmas faculdades; a máquina é construída da mesma maneira, as peças são as mesmas, o jogo de ambos é igual, o aspecto semelhante; e sob qualquer ângulo que os consideremos só diferem por mais ou por menos. Em tudo que diz respeito ao sexo, a mulher e o homem têm em tudo relações e em tudo diferenças: a dificuldade de compará-los vem da de determinar, na constituição deles, o que é do sexo e o que não é. [...] encontramos entre ambos tantas relações e tantas oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito dois seres tão semelhantes constituindo-se tão diferentemente. Tais relações e tais diferenças devem influir no moral; esta consequência é sensível, conforme à experiência, e mostra a futilidade das discussões acerca da preferência ou da igualdade dos sexos: como se cada um deles, atendendo aos fins da natureza segundo sua destinação particular, não fosse mais perfeito nisso do que se assemelhando mais ao outro! No que têm de comum, são iguais; no que têm de diferente, não são comparáveis. Uma mulher perfeita e um homem perfeito não devem assemelhar-se nem de espírito nem de fisionomia, e a perfeição não é suscetível nem de mais nem de menos. (ROUSSEAU, 1999, p. 503-504)

É interessante observar, no discurso de Rousseau, que ele não está defendendo uma inferioridade feminina. Ele acreditava que cada indivíduo possuía um papel específico na sociedade e que não era prudente alterar essa ordem. Caberia a cada um respeitar seu lugar, atributos, direitos e deveres para manter o bom funcionamento do sistema, que acreditava ser correto e efetivo. Isso consiste na existência de uma correlação entre os papéis, ainda que não sejam equivalentes, pois Rousseau irá dizer que o homem vai depender da mulher para seus desejos e necessidades físicas, enquanto as mulheres vão depender de seus homens tanto para seus desejos, quanto para suas necessidades de existência. Para tal, a educação feminina precisava ser pensada por homens e para homens.

Na união dos sexos cada qual concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. (ROUSSEAU, 1999, p.504)

Precisamos considerar as limitações de seu pensamento, inclusive na relação entre os sexos. Rousseau escreve com base em suas experiências pessoais. Sua inferioridade social, a perda prematura de sua mãe, as questões amorosas e o abandono de seus filhos, tiveram resposta e defesa através de posicionamentos muito claros em suas obras. Como a crítica à desigualdade, o lugar da maternidade, a submissão feminina e o modelo de pai ideal. Toda sua obra é marcada pela luta em prol da liberdade e igualdade. (SAHD, 2005)

A lógica no discurso de Rousseau é de que os homens nasceram livres e precisam ser tratados como iguais, o problema estaria na vida em sociedade, a qual reforça e legitima a desigualdade por conta de fatores que precisam ser destruídos. A chave para recuperar esse equilíbrio está na educação, pois ela seria capaz de acabar com os preconceitos e formar cidadãos, e todos os indivíduos estariam constantemente preocupados com as necessidades uns dos outros. Mas não poderia ser administrada da mesma forma para homens e mulheres, mas sim, com objetivos específicos de acordo com o sexo.

Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes, e por conseguinte os gostos que os dirigem. Depois de ter tentado formar o homem natural, para não deixar imperfeita nossa obra, vejamos como se deve formar também a mulher que convém a esse homem. (ROUSSEAU, 1999, p.310)

Mas é fundamental reconhecer que Rousseau está sendo influenciado pelas ideias defendidas por John Locke, o qual constrói, em seu livro *Some thoughts concerning education*, uma trajetória linear e progressiva de educação. Por mais que ele tenha pensado a educação somente para meninos, ela começaria para os indivíduos ainda na infância, e conforme esses fossem se desenvolvendo, tornar-se-iam cada vez mais propícios a adquirir novos conhecimentos.

Na mesma linha de Rousseau, Locke acreditava que o desenvolvimento pessoal, condicionado nas fases da vida dos indivíduos, estava diretamente ligado ao desenvolvimento intelectual do mesmo. Sendo assim, era preciso respeitar recortes

específicos nas faixas etárias para que [o que?] fosse melhor aproveitado, daí a ideia de linearidade, tudo estaria interligado e condicionado à fase anterior. (LOCKE, 1692)

Locke irá dizer que a mente é uma *tábua rasa*, ou seja, um papel ainda em branco no qual podemos ir acrescentando as informações, preenchendo-o progressivamente. Se a criança aprendesse conteúdos adequados à sua idade, essa educação recebida teria o poder de transformar o homem. Dessa maneira, no discurso de Locke, as experiências adquiridas desde a infância são primordiais na formação do indivíduo adulto. Por isso, um pai não poderia aceitar qualquer tutor para ser responsável pela educação de seus filhos, pois isso poderia determinar o quão intelectualmente desenvolvida aquela criança poderia ser na sua fase adulta. (LOCKE, 1692)

Essa noção de tutoria é fundamental para o período, pois o tutor era diretamente responsável pela educação das crianças e também, pela formação moral, a qual seria complementar a fornecida pela família, ideia que nos remete à defesa de Ross que já debatemos no texto. A defesa acerca das mulheres, com o objetivo de redesenhar os limites da capacidade cognitiva feminina esbarra na compreensão do papel familiar, principalmente patriarcal e também do processo de tutoria. Afinal, essas mulheres estavam recebendo a oportunidade de estudar e construir uma trajetória intelectual por conta da compreensão de algumas famílias em relação à importância dessa vertente. (ROSS, 2007)

Vemos no exemplo do livro *Emílio* – no tratado pedagógico escrito na forma de romance - que Emílio era um jovem rico e teria uma excelente educação, desprendido de preconceito ou limitações. Ele nasceu para ser forte e importante. Sendo assim, o autor ensina como um menino deveria ser ensinado e mostra a importância das figuras paterna e materna na formação de um indivíduo moral e correto. Além disso, o tutor também poderia ser responsabilizado pelas escolhas que essas crianças fariam e no tipo de educação que demonstrariam ter. Rousseau está encarregando os pais e tutores pela responsabilidade do que fosse impresso nas crianças, tanto em relação à inteligência, quanto à ética moral.

As mulheres por sua vez não param de gritar que nós as educamos para serem fúteis e coquetes, que as divertimos amiudadamente com puerilidades para permanecermos mais facilmente os senhores; acusam-nos de culpados dos defeitos que lhes censuramos. Que loucura! E depois, desde quando são os homens que tratam da educação

das jovens? Que impede as mães de as educarem como lhes agrada? Não têm colégios: grande desgraça! Oxalá não os houvesse para os rapazes! Seriam mais sensata e honestamente educados. Forçam vossas filhas a perderem seu tempo em tolices? Fazem-nas, contra sua vontade, passarem metade da vida a se enfeitar, seguindo vosso exemplo? Impedem-vos de as instruir ou as mandar instruir segundo a vossa vontade? Temos culpa de nos agradarem quando são belas, de seus trejeitos nos seduzirem, da arte que aprendem convosco nos traír e nos envaidecer, de gostarmos de as ver vestidas com gosto, de deixarmos que afiem tranquilamente as armas com que nos subjagam? Tomai o partido de as educar como homens; eles consentirão de bom grado. Quanto mais quiserem assemelhar-se a eles, menos os governarão e então é que eles serão realmente os senhores. (ROUSSEAU, 1999, p.310-311)

Os pais escolhem como irão educar seus filhos e quais valores irão priorizar. O que o filósofo exorta é que para manter o equilíbrio social, é necessário haver uma clareza das responsabilidades e funções de cada sexo e quando isso é, de alguma forma alterado, a consequência é que eles não serão felizes, pois não vão conseguir ocupar o espaço que naturalmente lhes foi guardado. Se as mulheres quisessem se equiparar aos homens e agir feito homens, isso poderia ser permitido e cultivado por sua família, mas não traria bem a elas ou aos homens com quais se relacionassem, pois elas precisariam abrir mão de virtudes naturalmente pessoais para aprender um comportamento que é do outro.

Da mesma forma que o papel idealizado do homem é definido a partir de Emílio, o mesmo podemos ver com o caso feminino. Sophie é um ideal feminino e mostra que a mulher precisava ser educada para a castidade. A diferença entre os sexos estaria apenas no fator biológico e sexual, ou seja, homens e mulheres são iguais mas possuem papéis diferentes que se complementam no meio social, e isso é o que garante equilíbrio. Sendo assim, Sofia deveria estar sempre pronta para agradar e servir. E teria o aspecto religioso, desenvolvido a partir do contato direto com a igreja e religião, como alicerce de seu caráter. Igreja como algo muito importante, pois seria mais um ambiente para legitimar seu papel público. Dessa maneira, o que o autor está demonstrando é que o papel feminino estaria ligado à própria natureza de seu corpo. (SAHD, 2005)

Assim, Rousseau não está lutando por direitos diferentes ou para que as mulheres fossem de alguma forma lesadas por causa de seu sexo. Por mais que na contemporaneidade seja mais difícil concordar com o autor, e muitos estudiosos o considerem machista, ele era um homem de seu tempo. Por conta de suas experiências

peçoais e da forma como via o mundo, acreditava na importância dos papéis definidos socialmente serem bem executados e em como isso seria benéfico para o convívio em sociedade. Rousseau está tentando propor uma valorização dos sexos, cada qual dentro daquilo que ele compreendia como seu papel. Mas esse discurso também não era completamente aceito naquela época. Outros pensadores partilhavam de ideias contrárias às de Rousseau.

2.2 O DISCURSO DE CONDORCET

Entretanto, não podemos dizer que a visão de Rousseau sobre o feminino foi o único lado que encontramos. Apesar desse discurso ser dominante e contar com representantes de peso, outras vertentes acerca do assunto também se fizeram presentes. Outro filósofo que iremos mencionar é Condorcet, o qual apresentou concepções distintas das promovidas por Rousseau, mas igualmente em equilíbrio com os ideários das luzes francesa acerca das figuras sociais. Defendeu a igualdade entre os sexos, mesmo que sob outro enfoque. Ele ainda criticou os estereótipos femininos pregados pelo período e reivindicou um espaço de destaque às mulheres. (SAHD, 2009)

Por exemplo, Jean-Antoine Nicolas de Caritat de Condorcet⁸, não acreditava haver limites para a igualdade entre homens e mulheres. Condorcet defendia uma linha de pensamento que reconhece a injustiça sofrida pelas mulheres, constrangimentos sociais e pessoais e, propõe a alteração desse cenário para a possibilidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária, inclusive entre os sexos. Ele “considerou a mulher como uma igual”. (GASPAR, 2009)

Na verdade, Condorcet estava preocupado com todos os grupos sociais que pudessem ser apontados naquele período. Enquanto parlamentar, o filósofo defendeu o reconhecimento dos direitos do homem e dos cidadãos, não apenas para seus pares, mas preocupando-se com a liberdade e igualdade dos negros, protestantes, judeus e, conforme cabe a esta pesquisa, das mulheres. Condorcet acreditava que garantir condições justas e

⁸ Jean-Antoine Nicolas de Caritat de Condorcet (1743 – 1794) foi um filósofo e matemático francês e também uma das maiores vozes em prol de uma igualdade entre os sexos e na luta pelo reconhecimento de direitos às mulheres.

iguais a todos os indivíduos seria mais benéfico ao desenvolvimento da sociedade do que excluir grupos através de uma separação em nichos. (SANTOS, 2009)

Assim, o filósofo estava defendendo que os direitos dos seres humanos resultariam fossem para todos. Tanto as mulheres, quanto negros, protestantes e judeus dispõem dessas mesmas características, conseqüentemente, devendo ter os mesmos direitos. Assim, temos duas opções pela lógica do autor: ou todos os indivíduos da espécie humana têm os mesmos direitos, ou então, ninguém deverá ter. Sendo assim, quem quer que vote contra os direitos dos outros, independente dos motivos, sejam religiosos, por conta da cor ou sexo etc., está, da mesma maneira, votando contra seus próprios direitos. (CONDORCET, *Œuvres*, vol. X, 1847-49)

Dessa maneira, podemos dizer que Condorcet acreditava no projeto iluminista, o qual pregava a ideia de que o conhecimento obtido através das luzes da razão deveria estar à serviço da humanidade, promovendo o progresso dos direitos humanos. Defendia um progresso onde o equilíbrio entre as capacidades cognitivas e emocionais era resultado da evolução dos conhecimentos somados ao aperfeiçoamento moral. (GASPAR, 2009)

Assim, seu discurso era pautado na crença na capacidade dos indivíduos e de evoluir e se aperfeiçoar constantemente, não se conformando com sua atual situação, ou seja, buscando constantemente um conhecimento capaz de gerar transformação. Condorcet se dedicou tanto no âmbito pessoal, quanto profissional, em defender esse projeto de vida e sociedade.

Dessa maneira, podemos observar que ele defendia a ideia de que a característica primordial dos seres humanos é a capacidade de sentir e de raciocinar, permitindo então a construção de ideias morais – representadas nas noções de bem e mal, certo e errado – as quais são igualmente encontradas em homens e mulheres. E é essa capacidade que permite aos indivíduos terem direitos. Ou seja, não é o sexo que diferencia as capacidades dos indivíduos, mas sim a educação que recebem e as conexões que são capazes de fazer.

A partir disso, podemos citar o texto *Informe y proyecto de decreto sobre la organización general de la instrucción pública (1792)*⁹, onde Condorcet ainda define

⁹ O texto *El Informe sobre la organización general de la instrucción pública*, elaborado por uma comissão e presidido pelo marquês de Condorcet, foi apresentado à Assembléia Nacional em 20 e 21 de Abril de 1792, durante o período conhecido como Revolução Francesa. Esse texto é tido como uma das bases normativas fundamentais para a formação dos sistemas educacionais da contemporaneidade.

quais deveriam ser as responsabilidades da sociedade no dever de proteger e propagar a difusão das ciências e das artes:

Primeiro: vigiar e dirigir a instrução geral; segundo: contribuir ao aperfeiçoamento e à simplificação do ensino; terceiro: ampliar os limites das ciências e das artes por meio de descobrimentos; quarto: corresponder com as sociedades científicas estrangeiras para enriquecer a França com descobrimentos de outras nações. Estará encarregada, segundo as circunstâncias, pelo corpo legislativo, dos diferentes trabalhos científicos e literários que tenham por objeto a utilidade pública e a glória da pátria (CONDORCET, 1990, p. 108).

A partir dessa premissa, Condorcet sustenta a ideia de que homens e mulheres devem possuir os mesmos direitos, como qualquer outro sujeito social, inclusive em relação à cidadania e educação. Diante disso, encontramos a grande diferença entre o discurso dos dois filósofos: Condorcet nega o pensamento de “diferenças naturais”, defendido por Rousseau, propondo então as mesmas oportunidades para todos os sujeitos, independente do sexo, como pressuposto maior do Iluminismo, pois a desigualdade entre os sexos seria um impedimento ao progresso e conseqüentemente um prejuízo para o movimento e o bem comum.

[...] os direitos dos homens resultam unicamente de que eles são seres sensíveis, suscetíveis de adquirir ideias morais e de raciocinar sobre essas ideias; logo, as mulheres, tendo estas mesmas qualidades, têm necessariamente iguais direitos. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou têm todos os mesmos; e aquele que vota contra o direito de um outro, qualquer que seja a sua religião, cor ou sexo, a partir daí já adjurou dos seus. (GASPAR, 2009, p. 93)

No ensaio *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania (1790)*, Condorcet apresenta uma defesa da possibilidade das mulheres de gozar de direitos, sendo tidas como cidadãs, desconstruindo a ideia mais tradicional que pregava a submissão da mulher aos desejos e domínio masculino. Ele parte então da ideia de que todos os homens são iguais em direitos, reconhecendo como “Homem” a biologia humana e não as capacidades de cada sexo. Ele abre seu texto já apresentando sua proposta e crítica:

[...] os direitos dos homens resultam simplesmente do fato de serem seres racionais e sensíveis, suscetíveis de adquirir ideias de moralidade e de raciocinar sobre essas ideias. As mulheres que têm, então, as mesmas qualidades, têm necessariamente os mesmos direitos. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou

todos têm os mesmos; e aquele que vota contra os direitos do outro, seja qual for a sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou o seu próprio. Seria difícil provar que as mulheres são incapazes de exercer os direitos de cidadania. Embora possam tornar-se mães de família e expostas a outras indisposições passageiras, por que não podem exercer direitos que nunca foram propostos para privar as pessoas que periodicamente sofrem de gota, bronquite, etc.? Admitindo, por enquanto, que existe nos homens uma superioridade de espírito, que não é o resultado necessário de uma diferença de educação (que não é de modo algum provada, mas que deveria ser, permitir que as mulheres sejam privadas de um direito natural sem injustiça). (CONDORCET, 1990, p. 1)

Talvez o mais interessante na percepção tida por Condorcet consiste na ideia de que a diferença aparente entre homens e mulheres não está na natureza dos dois sexos e sim, na socialização, experiências e oportunidades que ambos são submetidos ao longo da vida, o que lhes garante ou não o desenvolvimento de determinadas capacidades e aptidões. Assim, se tanto homens quanto mulheres recebessem os mesmos incentivos e educação, poderiam demonstrar personalidades anteriormente tidas como pertencentes a um sexo somente. Assim, continuando a citação anterior, complementamos a fala de Condorcet:

Essa inferioridade só pode consistir em dois pontos. Diz-se que nenhuma mulher fez qualquer descoberta importante na ciência, ou deu provas da posse do gênio em artes, literatura, etc. Mas, por outro lado, não se tem intenção de afirmar que os direitos de cidadania sejam concedidos apenas aos homens de gênio. Acrescenta-se que nenhuma mulher tem o mesmo grau de conhecimento, o mesmo poder de raciocínio, que certos homens. Mas, o que resulta disso? Só que, com exceção de um número limitado de homens excepcionalmente esclarecidos, a igualdade é absoluta entre as mulheres e o restante dos homens; Que esta pequena classe à parte, inferioridade e superioridade são igualmente divididos entre os dois sexos. Mas, uma vez que seria completamente absurdo restringir a essa classe superior os direitos de cidadania e o poder de ser confiado a funções públicas, por que as mulheres deveriam ser excluídas mais do que aqueles homens que são inferiores a um grande número de mulheres. (CONDORCET, 1990, p. 1).

Adília Gaspar identifica Condorcet como, possivelmente, o primeiro pensador verdadeiramente feminista da história, pois entende que ele preenche dois requisitos básicos para receber tal nomenclatura. Primeiramente por denunciar a injustiça sofrida pelas mulheres, identificando pontualmente cada uma delas e buscando desconstruir cada

um dos discursos considerados por ele como abusivos. E, em segundo lugar, por ele apresentar a possibilidade de solução para essa realidade, a qual consistia no reconhecimento do direito à cidadania, principalmente através do voto.

Ele criticava uma falsa ideia de progresso. E propunha, que a mulher fosse pensada e problematizada, ao ponto de lhe ser garantido novas oportunidades no meio público, inclusive no letrado. Contudo, deixando-as presas aos homens de suas vidas, fossem pais, maridos ou tutores. Fazendo com que sua autonomia fosse falha e falsa, ou seja, sua liberdade sempre estaria dependente de uma figura masculina e sua intelectualidade jamais seria de todo reconhecida.

Condorcet ainda criticava os argumentos tradicionalmente usados para impedir as mulheres de obterem direito à cidadania, informando que esse pensamento exclusórios teria consequências trágicas para a sociedade. Conforme esboçado por Gaspar:

Por exemplo, recusar à mulher esse direito com base nos seus achaques e doenças frequentes implicaria proceder do mesmo modo para homens, como aqueles que sofrem de gota todos os invernos, ou padecem de outros achaques. Recusá-lo com base na menor capacidade intelectual e de conhecimento das mulheres implicaria a maioria dos homens, pouco cultos e esclarecidos, de também participarem da vida política; desse modo, na prática, regressariam aos regimes aristocráticos contra os quais a revolução se tinha feito; a partir daí, a proclamação da igualdade de direitos de todos os homens deixaria de fazer qualquer sentido. (GASPAR, 2009, p. 88)

Dessa maneira, Condorcet partia da premissa de que as mulheres influenciavam os homens, no cotidiano de suas relações. Ou seja, as sociabilidades entre homens e mulheres eram válidas e importantes. E assim, o conhecimento que esses homens levavam para serem debatidos nos espaços letrados, não haviam sido desenvolvidos apenas por eles, mas em conjunto com as mulheres com que estivessem ligados e isso precisava ser considerado. Afinal, os saberes seriam melhores aproveitados e elaborados se não precisassem ser marginalizados por serem construídos coletivamente por homens e mulheres. Sendo assim, isso precisava ser visto como válido, pois assim sofreriam resultados melhores.

Mas, sobretudo, o discurso de Condorcet é pela honestidade, para que a razão e o conhecimento fossem a preocupação maior em meio a esses discursos e reflexões que estavam sendo elaborados acerca da educação E não uma possível luta política e de egos.

O que esse filósofo está nos ensinando é que tudo o que produzimos precisa ser para crescimento e uso do coletivo, isso significa não poder ser produzido pensando um bem próprio, mas em como a sociedade irá se beneficiar, o legado deixado para as gerações. (RASHED, 1974)

Assim, Condorcet acreditava que, para a sociedade alcançar resultados diferentes e desenvolver cada vez mais as ciências e conhecimentos, ela precisava acrescentar ao debate público atores até então negligenciados ou desvalorizados. Ele defendia que não mais poderia ser transmitido, o discurso de que as mulheres, apesar de possuírem muitas habilidades críticas e capacidade de raciocínio elevado, não podiam alcançar os mesmos resultados que os homens por conta de seu sexo. Ao contrário:

[...] Essa observação não está correta. As mulheres não são governadas, é verdade, pela razão (e experiência) dos homens; eles são governados por sua própria razão (e experiência). Seus interesses não são os mesmos (como os dos homens) por culpa da lei, as mesmas coisas não têm a mesma importância para eles como para os homens, eles podem, sim falhar na conduta racional, governar-se por princípios diferentes, e tendem para um resultado diferente. É tão razoável uma mulher se preocupar com respeito a suas atrações pessoais quanto a Demosthenes para cultivar sua voz e seus gestos. (CONDORCET, 1990, p.7-8)

Condorcet ainda defendia a descolonização, criticando os Estados tidos como conquistadores, as missões cristianizadoras e a forma de suprimir a visão e crença do outro. Acreditava também na igualdade de direitos não somente entre os sexos, mas também entre diferentes religiões e raças. Propunha também a criação de uma escola pública, laica e sem filiação partidária, que fosse capaz de formar o indivíduo para o exercício da cidadania.

Para Condorcet, o que fez aumentar o interesse pela instrução e também pela leitura foi a democratização da escrita no século XVIII, ou seja, a produção de mais saberes fez surgir a necessidade de aprender cada vez mais acerca deles. Com a rápida propagação das obras literárias e os ambientes de discussões, o século das Luzes foi tornando-se, de alguma forma, um marco para a escrita, conhecimento e mercado literário. No texto *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* Condorcet afirma que:

É à tipografia que se deve a possibilidade de divulgar as obras que as circunstâncias do momento solicitam, ou os movimentos passageiros de opinião, e através disso interessar, sobre cada questão que se discute em um ponto único, a universalidade dos homens... (CONDORCET, 1993, p. 110)

Dessa forma, percebemos que Condorcet se preocupava com o futuro da espécie humana e acreditava que, em algum momento, todas as nações se beneficiariam do esclarecimento promovido pelos saberes. Dessa maneira, ele diz: principalmente, por meio da igualdade. Ele diz:

[...] os homens se aproximarão deste estado onde todos terão luzes necessárias para se conduzir segundo sua própria razão nos negócios comuns da vida, e mantê-la isenta de prejuízos, para conhecer bem seus direitos e exercê-los segundo sua opinião e sua consciência; onde todos poderão, pelo desenvolvimento de suas faculdades, obter meios seguros de prover às suas necessidades; onde, enfim, a estupidez e a miséria serão apenas acidentes, e não o estado habitual de uma parte da sociedade. (CONDORCET, 1993, p. 177)

O grande problema, assim, não é o homem não ser possuidor de sua razão, mas sim, ser constantemente dependente de alguém, um senhor, que irá julgar o conhecimento dos demais com base nas suas crenças. Se o desejo de Condorcet é que a espécie humana possa estar constantemente experimentando um processo de aperfeiçoamento, a falta de conhecimento e de sabedoria preservaria o estágio de “menoridade” do homem e acentuaria as diferenças entre eles.

Assim, Condorcet distingue três tipos de desigualdade entre os homens, que devem ser combatidos: as desigualdades financeiras, econômicas e de instrução. Em relação à primeira, o trabalho e o nome seriam atributos definidores e reguladores dessas oportunidades. Já a segunda, que está diretamente vinculada à primeira, está relacionada às diferenças entre os que nascem ricos e os que têm que trabalhar para conseguir seu sustento.

A terceira forma de desigualdade, a de instrução, é chave para a visão de Condorcet acerca da educação. O combate a esta desigualdade seria a base para que o esclarecimento fosse alcançado. O filósofo afirma que o combate a ela permitirá ao homem se libertar de seus senhores e tornar-se consciente de seus direitos, garantindo

benefícios tanto no âmbito público, quanto no que tange o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. (CONDORCET, 1993)

O ponto principal é não depender cegamente de outros homens, mesmo que eles sejam considerados senhores. De acordo com Condorcet, esse caminho para a igualdade de instrução iria esbarrar na possibilidade de uma revolução linguística. Ou seja, o aperfeiçoamento do ensino estaria diretamente ligado à instituição de uma língua universal. A qual deveria ter como característica principal, a originalidade. Dessa maneira, os homens não seriam tão dependentes dos outros para aprender, pois a linguagem seria comum a todos, no tempo e espaço:

... se aprenderia a língua universal com a própria ciência, como a língua da álgebra; se conheceria o signo ao mesmo tempo que o objeto, a idéia, a operação que ele designa. Aquele que tendo aprendido os elementos de uma ciência, gostaria de penetrar mais nela, encontraria nos livros não apenas as verdades que ele pode entender com o auxílio dos signos dos quais já conhece o valor, mas a explicação dos novos signos dos quais se precisa para elevar-se a outras verdades. (Condorcet, 1993, p. 200)

Para Condorcet, essa ideia não é utópica. Ao contrário, ele afirma que seria necessário objetividade e clareza, assim ela poderia ser propagada pela noção de bem comum e valorizaria o processo educativo. No entanto, se a língua universal proposta por Condorcet se assemelhasse à língua da álgebra – conforme a citação acima sugere – ela se limitaria a exprimir proposições simples, objetivas e precisas, como o sistema de uma ciência exata, o que facilitaria a demanda de ensino. É exatamente nessa simplicidade que o autor baseia sua defesa pelo ensino “igual”. Quanto mais a educação for democratizada e mais simples for o acesso e aprendizado aos conteúdos, mais rapidamente a sociedade poderá desfrutar dos benefícios do esclarecimento.

Dessa forma, o discurso de Condorcet se resume pela noção de educação enquanto fator transformador independente do sexo ou outros marcadores sociais. O que o filósofo está defendendo é que as capacidades humanas são mais complexas do que podemos conjecturar e somente oferecendo as mesmas oportunidades e opções de aprendizado é que veremos resultados reais. Ser mulher não limita um indivíduo, mas ser privado de educação, sim.

2.3 CONCLUSÃO

A grande questão entre as visões apresentadas no capítulo consiste na ótica utilizada pelos filósofos. Enquanto Rousseau buscava o que diferenciava os dois sexos, as limitações e adequações deles, Condorcet estava preocupado em apontar suas proximidades e semelhanças, tentar entender o que ambos poderiam fazer e como garantir possibilidades e oportunidades para que os dois sexos tivessem a chance de conseguir resultados similares.

A partir disso, é interessante refletir acerca de duas questões centrais para se pensar a mulher dentro do cenário iluminista. A primeira é considerar que a mulher se tornou uma preocupação das Luzes, mesmo que para formular um discurso pautado na diferença entre os sexos, evidenciando uma suposta inferioridade da mulher, ao mesmo tempo que outra linha procurava desconstruir essa primeira.

É no Iluminismo, por meio dos filósofos, que letradas e suas produções do período começam a ser debatidas e estruturadas e conseqüentemente, seus papéis sociais podem ser problematizados. Conforme Rousseau afirma, a mulher é feita de constrangimentos, em todos os relacionamentos ela é constrangida para ser algo, mas nesse momento ela tem a possibilidade de “ser” e não mais somente de “ter”. (ROUANET, 1987)

Contudo, o que queremos demonstrar com o presente texto é que o processo educativo para a mulher é um fator transformador de sua realidade. Mas esse espaço de aprendizado e a importância disso para o desenvolvimento intelectual delas não ocorreu instantaneamente, ao contrário, ele foi um processo socialmente construído ao longo dos séculos. Mas é importante considerar que somente no Século XVIII a mulher, no papel materno é considerada como educadora, mesmo que somente para seus filhos. Isso significa uma mudança na concepção acerca das capacidades e habilidades femininas que precisa ser levado em consideração. (DUBY; PERROT, 1994)

Por mais que a mulher no século XVIII tenha recebido a responsabilidade de educar seus filhos, o conhecimento adquirido por elas não bastou ao ambiente público. Elas foram produtoras de conhecimento e transitaram em diversas áreas públicas do saber. Mulheres escritoras, cientistas, anfitriãs, poetisas, dramaturgas. A História da França

iluminista também foi contada e protagonizada por elas, mesmo que essas categorias tenham sido atribuídas a elas somente posteriormente ao período, elas contribuíram bem mais do que apenas como responsáveis por formar os homens que “escreveriam a história” e isso precisa ser reconhecido.

Entretanto podemos compreender melhor, a partir dos dois primeiros capítulos desta dissertação que a educação feminina e as representações e discursos promovidos com base nesta temática são diversos e importantes para compreender a sociedade iluminista e os papéis sociais que encontramos nela. Assim, nosso olhar é direcionado para pensar casos específicos e observar como as próprias mulheres estavam vendo essa situação. Dessa maneira, com o caso de Madame du Châtelet no próximo capítulo, poderemos ver o outro lado desses discursos.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO COMO PROPOSTA DE FELICIDADE: O CASO DE MADAME DU CHÂTELET

O amor pelo estudo é, de todas as paixões, a que mais contribui para nossa felicidade.

Madame du Châtelet

A História Social surge com a proposta da interdisciplinaridade, convidando outras disciplinas fora da História para somar as observações do passado. Ela norteia os indivíduos, e não apenas os eventos. Objetiva olhar para os conflitos e como os sujeitos influenciam os meios. Uma boa analogia para compreender as formas de análise tradicional para essa “Nova História” é a mudança perspectiva de olhar por um telescópio para um microscópio. (BURKE, 2012)

Dessa maneira, podemos dizer que há uma mudança de perspectiva, saindo da tradicional historiografia para uma modalidade em que o sujeito que não estava no cerne das investigações, pudesse ser valorizado e contar sua história, a qual se entrelaça com o tempo e sociedade em que viveu. A ideia da história vista de baixo e a partir disso, os estudos sobre mulheres oferece nova perspectiva interpretativa sobre o passado. De fato, a história das mulheres e os estudos de gênero estimulam os historiadores a reformularem as perguntas acerca do passado. E abrir possibilidades de olhar para a mulher fora do espaço privado e por meio da linguagem dos homens sobre elas. (BURKE, 2012)

Michelle Perrot surge nesse meio na década de 1970 na França apresentando personagens até então desprezados e desconsiderados como objeto de análise, o faz sobretudo por meio da história da classe trabalhadora e da história das mulheres. Seus trabalhos sobre mulheres chamam atenção pois propõem uma reavaliação dos sujeitos na história e as relações entre os sexos e os espaços. Ao mesmo tempo que também conta sobre o macro, fazendo uma leitura acerca da sociedade, a partir de um pequeno grupo ou indivíduo. (PERROT, 2017)

A cultura científica europeia foi muito influenciada pelo Iluminismo francês e o movimento enciclopedista advindo dele. O empreendimento inovou, através dos verbetes, a dinâmica no espaço público letrado. Valorizou *a ação do homem sobre a natureza por meio de uma ciência cada vez mais profissionalizada, especializada e vinculada ao Estado*, o que também contribuiu no desenvolvimento dos temas científicos nos períodos seguintes e ainda hoje, possui grande relevância para a historiografia. (KURY, 2007, p.143)

Ao longo dessa dissertação apresentamos algumas representações sobre a mulher que circularam durante o século XVIII francês. Pudemos observar o que a Enciclopédia definiu como mulher, a interpretação de autores contemporâneos e mesmo os contrários discursos de filósofos sobre o que compreendiam como “mulher” e a influência da educação, aprendizado e conhecimento na formação dessa representação feminina. Contudo, há mais um texto importante a ser considerado, que arremata nossa investigação oferecendo um último olhar: aquele de uma mulher sobre si, sua educação, seu espaço e suas contribuições.

Madame du Châtelet, através de seu livro *discurso sobre a Felicidade* publicado em 1779, nos permite compreender uma outra representação feminina. Dessa maneira, esse capítulo visa analisar tal produção literária e, a partir dela, dissertar sobre a trajetória e formação de Châtelet, principalmente considerando sua participação no meio letrado e abordar alguns temas tratados pela autora em sua obra póstuma.

Partindo da filosofia do Iluminismo, podemos compreender que ela afirma que o homem é dotado da capacidade natural para aprender, e isso lhe possibilita acessar conhecimentos importantes para alcançar a felicidade. Dessa forma, cabe à ciência e sua demonstração na filosofia e educação fazerem com que o homem descubra sua capacidade e se utilize dela para ultrapassar os obstáculos que o impedem de progredir e chegar ao real estágio de esclarecimento. Segundo Danilo Marcondes (2007), o século XVIII na França teve como pano de fundo a filosofia crítica. Esta é norteadada por três pressupostos básicos.

São eles, a liberdade. A qual é exemplificada pela defesa da livre iniciativa no comércio em oposição ao absolutismo, ainda em vigor no final do século XVIII em diversas monarquias europeias. O segundo pressuposto básico apontado pelo autor é o individualismo, o qual se fundamenta na existência de homens livres e autônomos. E por

fim, o terceiro, o qual é a igualdade jurídica. No caso deste último pressuposto, o autor nos informa que visava garantir o fim dos privilégios, ou seja, diminuiria as disparidades sociais, aumentando assim, a igualdade entre os indivíduos. (MARCONDES, 2007)

O que podemos pressupor a partir dessa explanação, é que o Iluminismo enxergava o homem como um ser idealmente autônomo, ou seja, livre de qualquer autoridade e opressão externa, fossem elas políticas ou religiosas. É claro que isso trata-se de um pensamento utópico e romantizado da realidade. Mas o que, de fato, podemos pressupor acerca desse movimento, é que o Iluminismo é sobre como os saberes proporcionam aos homens mudança no pensamento, nas ações e nas perspectivas de vida.

A participação feminina estaria diretamente condicionada a marcadores específicos como família pertencente e comportamento social. Por exemplo, se uma mulher fosse de família que gozasse de prestígio social e posses, ela poderia receber estudo particular através de tutores, similar ao oferecido a alguns homens. Inclusive, poderia participar do meio letrado, fosse executando a função de anfitriã ou oradora de algum salão, e até mesmo como escritora de peças ou livros (VOVELLE, 1997). Assim como no caso francês, no Brasil a referência é similar e precisa ser estudada de forma aprofundada.

O Iluminismo, desde as primeiras reflexões acerca do papel do homem na sociedade e como a política deveria funcionar na França, proporcionou, dentre outras coisas, o início de uma movimentação em torno do processo educacional, o qual visava abranger um maior número de mulheres, inclusive. Contudo, a educação recebida por elas não se igualava aos objetivos da que era oferecida aos homens (DUBY; PERROT, 1994).

Para as mulheres, levando em consideração que estamos pensando somente na pequena parcela que tinha acesso a esse ensino, em geral, o foco consistia numa preparação para a vida doméstica, aprendiam música, bordados, pinturas e demais coisas que garantam dotes decorativos ensinando-as a ser melhores esposas, mães, filhas e anfitriãs. Já aos homens, cabiam disciplinas relacionadas às ciências, principalmente matemática e física, pois acreditavam que eles nasceram para dominar as ciências. (CROIX, QUÉNIART, 1997)

Sendo assim, escrever uma história de mulheres permite apreender as modificações experimentadas no papel social que a mulher ocupa, de acordo com o tempo

e espaço. Ainda, torna praticável construir uma representação desses indivíduos pela sua própria ótica e ação, percebendo as nuances particulares até então desconhecidas ou desconsideradas. Para tal, surge na premissa da mulher como sujeito social e ativo, a noção e experiência de sua relação com o contexto histórico e lugar social. (DAVIS, 1976)

3.1 MADAME DU CHÂTELET

Contudo, para falar sobre a dicotomia da felicidade e da educação como metáfora à mulher por Madame Du Châtelet é preciso, inicialmente, que se faça alguns apontamentos sobre ela.

Gabrielle Émilie Le Tonnelier de Breteuil (1706-1749) foi uma importante autora e tradutora no campo da física e da matemática. Madame du Châtelet, conforme é chamada, falava cinco idiomas, era versada na escrita e possuía habilidades para manipular números e fórmulas. Combinação que lhe garantiu propor pesquisas tidas como importantes para seu tempo. (HANGENGRUBER, 2012)

Châtelet nasceu em Paris em 17 de dezembro de 1706. Era de boa família e desde criança foi estimulada pelo pai para inclinar-se ao aprendizado de tudo o que fosse possível, desde outros idiomas, ao ofício da leitura, escrita e ainda, o que não era comum às mulheres, à ciência. A partir disso, seu pai percebeu que a filha tinha habilidades distintas que mereciam ser aprimoradas da melhor forma, passando a contratar tutores para o ensino de matérias como física e matemática. (PIVA; TAMIZARI, 2012)

Louis Nicolas, seu pai, era um tipo de embaixador na corte de Luís XIV e lhe deu a mesma educação oferecida aos seus dois irmãos mais velhos. Assim, Châtelet pode estudar com tutores que lhe ensinavam latim, matemática, línguas estrangeiras – como alemão e outras – equitação, ginástica, teatro, dança, artes em geral, música e física. Segundo Badinter (2006), aos 12 anos, Châtelet já era capaz de ler fluentemente Alemão, Inglês, Grego e Latim e, aos 15, estudava os escritos de Locke, Descartes e Leibniz.

Por mais que sua mãe não concordasse com os métodos de seu pai, pois havia recebido educação em um convento até o momento de se casar, onde a base do conhecimento estava nas boas maneiras e artes manuais como o bordado, seu pai a incentivava a buscar saberes que a transformariam em algo mais do que uma esposa ideal. Nicolas era amante das belas artes, gosto que dividiu com a filha, e promovia um pequeno círculo literário de prestígio. (PIVA; TAMIZARI, 2012)

Aos 16 anos, a questão do casamento começa a ter maior importância para a vida de Châtelet. Há duas opções para a jovem: casar-se ou entrar para um convento. Tendo em vista a melhor possibilidade de prosseguir com os estudos, ela decide morar na corte de Versalhes para ter a chance de encontrar um marido. Em 1725, ela casa-se com Florent Claude, marquês du Châtelet (PIVA; TAMIZARI, 2012)

O casamento lhe proporciona uma vida privilegiada na corte de Versalhes e Madame du Châtelet tem três filhos – dois meninos e uma menina. Em 1732, quando seu marido parte para a Guerra de Sucessão da Polônia, ela decide mudar-se para Paris, onde começa a receber aulas de matemática com o estudioso Moreau de Maupertuis, que vira seu amante. Nesse período ela também tem aulas com outros estudiosos da física e matemática, tornando-se conhecedora desses saberes. (BADINTER, 2006)

Seu marido nunca atrapalhou essa parte da vida de Châtelet, sempre lhe permitiu estudar e a incentivava a aprimorar cada vez mais sua inteligência, sendo grande admirador de suas capacidades. A cultura letrada não era incomum às mulheres do século XVIII que viessem da alta sociedade, pois elas recebiam uma boa educação por meio de tutores. Madame du Châtelet, porém, foi além, em seus interesses intelectuais, do que era comum entre mulheres de famílias abastadas.

Primeiramente, há que se consignar que Gabrielle-Émilie Le Tonnelier de Breteuil, a Marquesa du Châtelet (1706-1749), foi muito mais do que um *affaire* de Voltaire; ao contrário, ela teve personalidade e inteligência suficientes para ser não só uma mulher extemporânea, mas para, ainda hoje, ser evocada como referência histórica na reflexão sobre a luta pela emancipação feminina. Will Durant propõe alguns apontamentos acerca desse relacionamento afetivo entre a marquesa de Châtelet e Voltaire:

A marquesa de Chatelet tinha 28 anos. Voltaire infelizmente já fizera quarenta. Ela era uma mulher admirável: estudara Matemática com o temível Maupertuis, e depois com Clairot; havia feito uma tradução eruditamente anotada dos “Principia” de Newton; iria dentro em breve, receber uma classificação do que a de Voltaire em um concurso pelo prêmio oferecido pela Academia Francesa a um ensaio sobre a “Física do Fogo”; em suma, era exatamente o tipo de mulher que nunca foge com um homem. Mas o marquês era tão insípido, e Voltaire tão interessante (...)“uma criatura adorável sob todos os pontos de vista”, segundo ela; “o mais belo ornamento da França”. Ele retribuiu o amor com ardente admiração; dizia que ela era “um grande homem cujo único defeito era ser mulher”; devido a ela e ao grande número de mulheres altamente talentosas que então havia na França, ele formou sua convicção da igualdade mental inata dos sexos, e chegou à conclusão de que o castelo que ela possuía em Cirey era um admirável refúgio do inclemente tempo político de Paris. O marquês estava sempre fora com o seu regimento, que havia muito era o seu caminho de fuga da Matemática; e ele não fazia quaisquer objeções à nova situação. Devido aos “mariages de convenances” que impunham velhos ricos a mulheres jovens que não apreciavam a senilidade, antes ansiando muito por um romance, a moral da época permitia que uma dama acrescentasse um amante à sua “ménage”, se isso fosse feito com um adequado respeito pelas hipocrisias da humanidade; quando ela escolhia não apenas um amante,mas um gênio,o mundo todo perdoava. No castelo de Cirey, eles não o tempo aos arrulhos. O dia todo era ocupado com estudos e pesquisas; Voltaire mandara montar um laboratório caro, equipado para trabalhos em Ciências Naturais; e durante anos, os amantes rivalizavam um com o outro em descobertas, e longas e detalhadas dissertações. Recebiam muitos convidados, mas ficava entendido que estes deveriam ficar o dia inteiro por conta própria, até a ceia das nove. Depois da ceia, de vez em quando, havia representações particulares, ou Voltaire lia para os hóspedes uma de suas histórias animadas. Depois de muito pouco tempo, Cirey tornou-se a Paris da inteligência francesa; a aristocracia e a 64 burguesia uniam-se para degustar o vinho e o espírito de Voltaire e vê-lo representar em suas próprias peças. Ele se sentia feliz por ser o centro daquele mundo corrupto e brilhante; não levava nada muito a sério, e durante algum tempo o seu lema foi “Rire e faire rire”. (DURANT, 2001, p.96-97)

3.2 CHÂTELET E A EDUCAÇÃO

Sobre sua relevância no movimento das Luzes francesas, Badinter assim destaca no prefácio da edição brasileira de obra de Châtelet escrita por volta de 1746: “Discurso sobre a felicidade”:

Apesar das obrigações que nenhuma mulher de sua categoria podia evitar, Émilie du Châtelet foi a pessoa que menos se submeteu aos preconceitos de sua época e que mais soube afirmar sua originalidade, sua independência e sua ambição contra um mundo hostil a tais pretensões (BADINTER, 2002, p. VII).

De fato, Châtelet desejava ser reconhecida como a primeira mulher do seu tempo a se dedicar às ciências. Para isso, não poupou esforços; realizou pesquisas no campo da geometria, da matemática e, em especial, da física, área na qual desenvolveu os seus mais

significativos trabalhos, traduzindo, inclusive, para o francês a *Principia mathematica*, de Isaac Newton, de 1759, empreendimento ao qual dedicou cinco anos de sua vida. Vale dizer que Châtelet, que estava grávida enquanto traduzia Newton, faleceu logo que concluiu a tradução. Assim que deu à luz, em francês, à obra-prima de Newton, ela morreu alguns dias após o parto, junto com sua filha recém-nascida. Mortes decorrentes do parto eram um dos grandes males que afligiam as mulheres no Antigo Regime (BADINTER, 2002).

Encarnando o espírito entusiasta, ousado e militante da sua época, Châtelet empenhou-se em utilizar a razão para combater os preconceitos e a intolerância reinantes, esses fomentados pelos dogmas religiosos e pelo obscurantismo. Publicou com esse objetivo, por exemplo, em 1738, O exame da Bíblia, texto no qual reduz a mitos e ficções as narrações e os personagens bíblicos. Châtelet compartilhava ainda com os seus contemporâneos ilustrados o ideal de que os filósofos deveriam ser mais presentes e úteis à sociedade. Para isso, esses deveriam sair do isolamento da vida contemplativa para promover a sociabilidade. Tal proposta, aliás, constituía a essência do novo conceito de filósofo criado pela Ilustração francesa. Esse conceito, por sua vez, encontramos expresso de modo cabal no verbete “Filósofo”, da Enciclopédia, não se sabe ao certo se de Diderot, provavelmente de 1743, bem como no manuscrito clandestino O verdadeiro filósofo, de César Chesneau Du Marsais, de 1796,³ uma versão modificada do verbete, em que lemos, a propósito,

Nosso filósofo não crê estar exilado neste mundo; não acredita estar em país inimigo. Ele quer desfrutar, como sábio ecônomo, dos bens que a natureza lhe oferece, quer encontrar prazer com os outros e, para encontra-lo, é preciso causá-lo. Assim, ele procura convir aqueles com quem o acaso ou sua escolha o fazem viver, e ao mesmo tempo encontra aquilo que lhe convém. É um homem honesto, que quer agradar e tornar-se útil (DU MARS AIS, 2008, p. 33).

No Discurso sobre a felicidade, de Châtelet, escrito entre os anos de 1746 e 1747, encontramos muito dessa concepção de filósofo. Ao contrário das demais obras da filósofa, essa não foi redigida com a intenção de ser publicada. Trata-se, no fundo, de um conjunto de reflexões desenvolvidas durante um período difícil da vida da marquesa, quando Voltaire e ela desfizeram o relacionamento conjugal que tinham (BADINTER, 2002).

Não obstante, mesmo concebido em circunstâncias doloridas e em meio a outros “cinquenta” tratados e ensaios sobre a felicidade que pululavam no século XVIII, o Discurso de Châtelet impõe-se com vigor, particularmente em virtude da singularidade do ponto de vista mediante o qual o tema é abordado, ou seja, o da razão e da sensibilidade femininas. É o que assevera Badinter em outros termos:

[...] ao contrário dos homens que escreveram sobre o tema, ela [Châtelet] soube distinguir as condições da felicidade em geral e a felicidade com que as mulheres deveriam se contentar, sem com isso permanecer nos limites que lhes eram designados (BADINTER, 2002, p. VII).

Madame du Châtelet teve uma educação diferenciada da formação que tiveram as outras mulheres da nobreza francesa do seu século. Com a instrução a cargo do seu pai, nenhum conhecimento lhe foi negado no seu processo educacional, como observa Badinter (2003):

Nenhum conhecimento lhe foi proibido, nenhum constrangimento pesou sobre ela por causa de seu sexo. Naquela época, quando a educação das moças era tão negligenciada e se limitava na maioria das vezes a um pouco de escrita, de leitura, alguns trechos de história e às artes recreativas, Émilie fez estudos aprofundados dos quais muitos homens não poderiam se vangloriar (BADINTER, 2003, p. 65).

Châtelet deu prosseguimento aos estudos na vida adulta, mesmo sem poder frequentar a universidade, essa, na sua época, um espaço restrito aos homens, obviamente. Não obstante, ela teve contato com pensadores e estudiosos importantes do período, dentre eles, Voltaire e Maupertuis, interlocutores fundamentais para o desenvolvimento de sua reflexão autônoma (LAY, 2004). É a partir dessa perspectiva, pois, que se analisará a obra de Châtelet.

Essa educação diferenciada é o que muitos pesquisadores como Segguin e Perrot acreditam funcionar como fator determinante em seu desenvolvimento cognitivo, algo já defendido por Condorcet, no Século XVIII, conforme vimos no segundo capítulo desse trabalho. Badinter observa a sua “facilidade” no acesso à instrução:

Nenhum conhecimento lhe foi proibido, nenhum constrangimento pesou sobre ela por causa de seu sexo. Naquela época, quando a educação das moças era tão negligenciada e se limitava na maioria das vezes a um pouco de escrita, de leitura, alguns trechos de história e às artes recreativas, Émilie fez estudos

aprofundados dos quais muitos homens não poderiam se vangloriar. (BADINTER, 2003, p. 65)

De acordo com Ross, a valorização e incentivo paterno aos estudos era um grande diferencial na construção de uma trajetória intelectual para as mulheres no início da modernidade. A autora defende que não apenas a educação é um marco decisivo no comportamento e intelecto da mulher, mas também o reconhecimento paterno dessas aptidões e a valorização reconhecida desde o início da infância. A tese parece válida, pois vemos claramente essa relação entre pai e filha e os resultados disso para a vida adulta de Châtelet. (ROSS, 2007)

Aos 30 anos, desafiando as convenções para o sexo feminino, Madame du Châtelet abandonou o marido, filhos e amantes para ir viver com Voltaire, em seu castelo de Cirey. Conforme Badinter aponta, no prefácio ao livro de Châtelet, tal mulher desdenhava das obrigações sociais impostas às mulheres, e pouco se preocupava com sua reputação. Durante toda a vida, buscou ser feliz, tema de seu livro. (CHÂTELET, 2002)

É interessante perceber que Châtelet compreendia claramente as limitações femininas frente à sociedade e aos homens, constatando que as oportunidades de felicidade para homens e mulheres são bastante distintas, tendo os homens maiores e mais frequentes chances de encontrar e cultivar a felicidade graças a sua liberdade, enquanto as mulheres dependem dos outros para obter a sua, e, quando decidem conta própria, compram uma pesada briga com as normas sociais de convívio e comportamento. Segundo Badinter:

Apesar das obrigações que nenhuma mulher de sua categoria podia evitar, Émilie du Châtelet foi a pessoa que menos se submeteu aos preconceitos de sua época e que mais soube afirmar sua originalidade, sua independência e sua ambição contra um mundo hostil a tais pretensões. (BADINTER, 2002, p. VII)

No século XVIII a educação formal era tão negligenciada que a maioria dos franceses não sabia ler ou mesmo assinar o próprio nome, mas isso não era restrito ao caso feminino, mas, sim, à grande parcela da população que não fazia parte dessa restrita parcela com maiores recursos financeiros. Para as mulheres, uma saída possível era a educação nos conventos e para as que pertenciam a famílias de maior prestígio, existia a remota possibilidade de estudar numa escola para mulheres – as escolas já eram em pouca

quantidade, escolas para as mulheres eram algo ainda mais raro. No caso da própria Châtelet, não se tem registro que tenha estudado oficialmente em uma escola. A madame afirma, inclusive, que se sentia “como se estivesse nadando em um mar infinito de incertezas. Pelas manhãs desisto de tudo o que tinha decidido no dia anterior.” (CHATÉLET. 1730, apud BODANIS, 2012, p. 59).

A grande questão entre as mulheres letradas da época é que além da imparcialidade em relação aos discursos em defesa da inferioridade e incapacidade de seu sexo feminino, elas eram educadas, no geral, para agradar e cuidar de sua família. Isso se refletia bastante em suas produções, não no sentido crítico, mas na leitura de uma visão masculina acerca dos papéis e lugares de cada sexo.

Contudo, Châtelet em seus escritos, expressa uma outra realidade. Ela tentou construir um conhecimento para si e seus pares, deixando claro sua capacidade e aptidões, não se intimidando com a recepção dos textos ou com o que falariam sobre ela. Ela viveu para si, em busca do que acreditava e sonhava. Por mais que não tenha produzido um manifesto em prol da educação feminina, como Condorcet, suas reflexões acerca do lugar da mulher e a importância do conhecimento nos permitem pensar o caso feminino e validar nossa defesa de que a educação é um grande marco diferenciador de realidades.

Talvez madame du Châtelet tenha sido uma das únicas mulheres do período a ensaiar o início de um pensamento crítico em relação à sua condição feminina. Tendo a possibilidade de participar de maneira autônoma nos debates letrados da época. E, apesar de haver outros exemplos femininos nesse cenário, nenhuma outra alcançou tamanha independência intelectual quanto Châtelet. Geralmente, as mulheres contribuíam na figura de auxiliares. De fato, isso significa que ela exerceu uma liberdade diferenciada, em relação as demais, mesmo que tenha lidado com perseguições, hostilidade e falta de crédito devido ao fato de ser mulher. (SEGGUIN, 2004)

Kant escreveu sobre Châtelet:

A uma mulher que tenha a cabeça entulhada no grego, como a senhora Dacier, ou que trave disputas profundas sobre mecânica, como a Marquesa de Châtelet, só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram. (KANT, 1993, p. 49)

O próprio Voltaire, por exemplo, com a morte de Châtelet, afirma que a amante fora excepcional em tudo o que se propôs, tendo como único defeito ter nascido mulher. Podemos pensar então que a questão maior não está na capacidade da mulher e na contribuição com o movimento iluminista na França, mas sim no fato de ser criada e definida no preconceito e falta de conhecimento em relação aos seus atributos e relevância.

Segundo Badinter (2003), Châtelet tinha a ambição de ser reconhecida como a primeira mulher a se destacar no campo científico em seu tempo. Ela dedicou sua vida à pesquisa e, entre todos os campos que teve a oportunidade de produzir, alcançou maior destaque na física. Mas, sobretudo, Madame du Châtelet usou o recurso da erudição para encontrar sua voz e fazer sua leitura daquilo que socialmente conheceu e experimentava.

No castelo de Cirey, Châtelet abrigou mulheres, servindo como mentora. Nesta residência, ela e Voltaire estruturaram os recursos e ambientes necessários para receber convidados e desenvolver suas pesquisas, não precisando se preocupar com sanções do governo ou quaisquer outras questões políticas que pudessem atrapalhar suas vidas intelectuais. (BADINTER, 2007)

Dessa maneira, ao longo dos anos, eles foram transformando o castelo em uma espécie de centro de pesquisa, organizando até uma das maiores bibliotecas da Europa naquele momento, o que atraía pesquisadores de vários lugares da Europa. Assim, o casal tornou-se uma referência intelectual para o período. A partir dessa estrutura, Châtelet inicia sua pesquisa acerca dos estudos promovidos por Newton com o objetivo de traduzir a obra. Além da tradução que estava realizando, ela convida Voltaire para auxiliá-la nessas pesquisas e eles vão divulgando os resultados preliminares por meio de cartas a parentes, amigos e interessados. (BODANIS, 2012)

Ao longo de sua vida, Châtelet participou de concursos, como o da Academia de Ciências, com a dissertação *Sobre a natureza do fogo e de sua propagação*, em 1738, e publicou trabalhos na área das ciências naturais, o que não considerado possível a uma mulher. Infelizmente, ela não tinha os recursos necessários para realizar os experimentos que comprovariam sua tese. Então ela publicou a obra (1738) sugerindo a necessidade que fossem realizadas experiências para provar a teoria, o que aconteceu somente setenta

anos mais tarde, por meio do astrônomo William Herschel, responsável por descobrir a luz infravermelha.

O concurso, também disputado por Voltaire, não foi ganho por nenhum dos dois. Mas não foi de todo em vão para Châtelet. Além de receber uma menção honrosa, seu ensaio a levou a ficar conhecida na Universidade Sorbonne, em Paris, contribuindo para sua relevância no meio letrado da época (BODANIS, 2012). A partir dessas novas conexões e aberturas no espaço letrado, ela escreve *As instituições da física*, de 1740, sua mais importante obra, que chegou a ser acusada de plágio, por puro preconceito e descrédito de suas habilidades. Mas Châtelet conseguiu provar que o minucioso trabalho era original e estava apto para ser publicado. (BADINTER, 2007)

Outro importante trabalho que merece ser citado foi a obra *Os Elementos de Newton*, uma parceria entre Châtelet e Voltaire que tornava as ideias de Newton acessíveis ao público francês. Por mais que a obra tenha levado apenas o nome de Voltaire, ele reconheceu a participação de Châtelet e lhe fez os devidos agradecimentos. (BODANIS, 2012)

Também produziu uma importante tradução da obra de Newton *Principia mathematica*, de 1744, a qual lhe permitiu se tornar uma especialista nos estudos de física e do autor. Essa publicação ficou esquecida até meados do século XX, quando sua imagem e história foram resgatadas por Elizabeth Badinter, uma das maiores defensoras dessa reestruturação do tema histórico, propondo o resgate de figuras femininas e demais grupos negligenciados. (BADINTER, 2007).

3.3 SOBRE A FELICIDADE

Em português “*felicidade*”, no grego “*eudamonia*”, para Santo Agostinho “*felicitas*” ou no francês “*bonheur*”. A felicidade sempre foi um tema de interesse para as sociedades desde a Antiguidade. Contudo, a filosofia exerce importante papel nesta busca pelo entendimento da felicidade, sobretudo na tentativa em compreender esse sentimento e mapear as alternativas para alcançá-lo através de nossas experiências cotidianas.

Para Aristóteles em *Ética a Nicômeço* encontramos a felicidade de forma mais plena a partir da vida filosófica (ARISTÓTELES, 1991). Já Erasmo de Rotterdam em *Elogio da loucura* a felicidade é proporcional à nossa disposição de reconhecer quem realmente somos (ROTTERDAM, 2002). René Descartes, por exemplo, via a felicidade como a “linha de chegada”, ou seja, ela é o contentamento ou mesmo a satisfação da mente quando alcançamos ou possuímos algo que muito queremos (DESCARTES, 1984).

Madame du Châtelet acreditava que não valia a pena tolerar a vida se ausência de dor for o objetivo único do ser humano. A madame entendia que era necessário empenhar-se em ser feliz, fazer desse ideal, o que nos move para viver, experimentar e existir. E somente desta maneira, iríamos, de fato, alcançar a felicidade. (CHÂTELET, 2002)

Ao contrário das demais obras produzidas por ela, o *discurso Sobre a Felicidade* não foi redigido com o intuito de ser publicado. O livro serviu à Châtelet como um conjunto de reflexões pessoais, desenvolvidas durante um período de instabilidade emocional. O mais interessante acerca da obra é que a autora “soube distinguir as condições da felicidade em geral e a felicidade com que as mulheres deveriam se contentar, sem com isso permanecerem nos limites que lhe eram designados”. (BADINTER, 2002, p. 7)

Châtelet acreditava e defendia a busca pela felicidade por meio do conhecimento. Dedicou muitas páginas do seu livro *Sobre a felicidade* para dissertar sobre o que torna uma pessoa feliz e como se deve buscar essa felicidade:

Não me refiro aqui às paixões que são vícios, como o ódio, [a vingança, a cólera; mas a ambição], por exemplo, é uma paixão da qual creio que se deve proteger a alma, quando se quer ser feliz; não pela razão de não oferecer fruição, pois acho que essa paixão pode fornecê-la; não é porque a ambição sempre deseja, pois é seguramente um grande bem, mas porque, de todas as paixões, é a que mais coloca nossa felicidade na dependência dos outros; [ora, quanto menos nossa felicidade depende dos outros], mais nos é fácil ser feliz. (CHATELET, 2002, p.20)

Com o intuito de melhor elucidar essa defesa, podemos compará-la com o verbete escrito por Voltaire para a Enciclopédia de Diderot e d’Alembert. Intitulado *Feliz, felizmente*, o verbete apresenta uma definição abstrata e de alguma forma relacionada ao prazer. O verbete também não distingue a experiência da felicidade entre homens e mulheres, dizendo que irá depender dos indivíduos analisados.

Seguindo a proposta da Enciclopédia de ser um manual, o que encontramos no Verbetes é uma conceitualização generalizada e impessoal da noção de felicidade experimentada pelo Homem. Parte do pressuposto de que a felicidade está ligada à “hora afortunada”, segundo a origem da palavra, ou seja a algo passageiro. Não estaria relacionada a uma forma de viver e a escolhas de como viver, mas sim, a momentos. Sendo assim, para Voltaire, a felicidade é volúvel. (DIDEROT; D’ALEMBERT, 2015)

Voltaire associa a felicidade ao prazer, seguindo a corrente epicurista muito admirada naquele período, mas seu discurso é técnico, impessoal e generalizador, exatamente como é regra para esse tipo de manual. Em todo o Verbetes, o autor está preocupado em ser o mais pedagógico quanto for possível. Para que o leitor consiga identificar, a partir de uma auto análise, a diferença de ser feliz e contente. Essa definição cumpre com o rigor gramatical, sem tanta aplicação prática e pessoal do próprio autor ou suas experiências e reais percepções acerca de como esse sentimento afeta sua vida.

A felicidade, para a autora, está relacionada a “desfazer-se dos preconceitos, ser virtuoso, gozar de boa saúde, ter gostos e paixões, ser suscetível de ilusões” pois ela acredita que comumente, não alcançamos a felicidade porque constantemente estamos sendo iludidos e afastando-nos daquilo que realmente deveria ser prioridade. Assim, ser feliz significa para ela buscar aquilo que nos proporciona sensações e sentimentos agradáveis. (CHÂTELET, 2002, p.4)

Usando o próprio exemplo, Châtelet afirma que a felicidade feminina irá depender de três elementos básicos: o jogo, o amor e a educação. O jogo, porque adorava carteados e encontrava nessa brincadeira momentos de relaxamento e diversão. O amor estaria ligado ao prazer, em conjunto com a liberdade, como em poder escolher a quem amar. E o mais importante entre os três, a educação. Chatelet defendia a instrução feminina como maior possibilidade de emancipação do controle e submissão excessiva das figuras masculinas em sua vida, pois a instrução levaria à independência, coragem, força moral e por fim, à felicidade.

O amor pelo estudo é, de todas as paixões, a que mais contribui para nossa felicidade. No amor pelo estudo encontra-se encerrada uma paixão da qual uma alma elevada jamais é inteiramente isenta, a da glória; para a metade das pessoas, existe apenas essa maneira de conquistá-la, e a essa metade justamente a educação arrebatou os meios de alcançá-la, tornando-lhe a fruição impossível. (CHÂTELET, 2002, p. 21)

A partir disso, ela defende que o amor aos estudos é menos necessário aos homens, pois eles tinham muitos outros meios de conquistar a felicidade e serem realizados, ademais, não precisavam se esforçar tanto para provar seu valor e lugar. Partilhando da mesma lógica que Condorcet, Châtelet acreditava que as diferenças entre homens e mulheres estavam diretamente determinadas pelos fatores educacionais e não biológicos, tomando sua vida como comprovação. Dessa maneira, Châtelet conseguiu construir um pensamento afastado da reprodução masculina, pensando a mulher a partir de sua experiência e não pelos discursos masculinos acerca desse grupo.

É certo que o amor pelo estudo é menos necessário à felicidade dos homens que à das mulheres. Os homens têm uma infinidade de recursos, que faltam inteiramente às mulheres, para serem felizes. Eles têm muitos outros meios de chegar à glória, e certamente a ambição de tornar seus talentos úteis a seu país e servir seus concidadãos, por sua habilidade na arte da guerra, ou por seus talentos para o governo, ou ainda pelas negociações, está bem acima [da] que é possível se propor pelo estudo; as mulheres, porém são excluídas por sua condição de qualquer espécie de glória, e quando, por acaso, se encontra alguma que nasceu com uma alma elevada, só lhe resta o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências às quais ela se encontra condenada por condição. (CHÂTELET, 2002, p. 21-22)

Châtelet nos ensina que só seremos felizes se nossos desejos forem alcançados, por isso a autora se preocupa tanto com aquilo que desejamos. Ela diz:

Amar o que se possui, saber usufruir isso, saborear as vantagens de nossa condição, não contemplar demais os que nos parecem mais felizes, empenhar-se em aperfeiçoá-la, e aproveitá-la da melhor maneira possível, eis o que se deve chamar de felicidade; e acredito oferecer uma boa definição dizendo que o mais feliz dos homens é aquele que menos deseja a mudança de sua condição. (CHÂTELET, 2002, p. 25)

Ela está falando para si mesma. Considerando que esse livro foi escrito no final de sua vida, após ter iniciado um relacionamento com um homem mais novo e ser abandonada por ele estando grávida, Châtelet efetua um balanço de sua própria experiência. Ela escreve esse livro em forma de diário, sem a intenção de publicá-lo, o que ocorre após sua morte. Ela está conversando consigo mesma e avaliando se tudo pelo que lutou, valeu a pena, o que realmente levará de sua vida e como será lembrada. (BADINTER, 2003)

Mesmo por meio de um olhar distinto, tanto Châtelet quanto Voltaire estão objetivando a noção de felicidade numa mesma perspectiva. Ser feliz para os autores está bem mais ligado ao equilíbrio e recorrência desse sentimento, do que em sua obtenção de forma inconstante, de acordo com o momento ou acontecimentos específicos. Ser feliz é verbo no infinitivo, nos ensina sobre a permanência desse sentimento, não é o mesmo que “estar” feliz – somente no presente.

No Iluminismo, a felicidade é associada à ação. O indivíduo é responsável por conseguir (ou não) ser feliz, da mesma forma que é o responsável por escolher o que irá lhe fazer feliz. Através da distinção entre ser feliz para um homem e para uma mulher, podemos então, acrescentar outras variáveis à nossa observação, como por exemplo, de que homem ou de que mulher estamos falando? De qual parte da França? Em qual ano específico? Quais as reais possibilidades de alcançar? E o que significa essa felicidade?

Se estamos falando acerca da felicidade pensada por Madame du Châtelet, essa seria encontrada no equilíbrio. O indivíduo que buscasse ser comedido em sua vida, não “pecando” pelo excesso ou pela falta, alcançaria a felicidade, pois não seria escravo de suas descompensações. Ele faria escolhas baseado naquilo que lhe fosse melhor, que lhe garantisse o bem em todos os aspectos da sua vida, ou seja, escolheria racionalmente por aquilo que não levasse à sua destruição, ponderaria suas vontades e paixões para que se preservasse.

Quando Châtelet fala sobre saúde, um dos temas abordados no livro, define que o indivíduo consciente que ser saudável ou não influenciaria seu estado de felicidade, não teria dificuldade em abrir mão de uma vida de sedentarismo, desregrada na alimentação e com vícios, pois saberia que sem saúde não é possível usufruir dos prazeres que a vida oferece. Logo, acreditaria ser melhor fazer alguns sacrifícios, caso isso lhe garantisse uma vida feliz.

Outra questão atrelada ao equilíbrio está “nas paixões”. A autora afirma que só será feliz aquele capaz de ter domínio sobre suas emoções e paixões. Mas esse controle não é o mesmo defendido pela igreja - punitivo e repressor - o qual é entendido como vontade de uma “natureza pecaminosa” do Homem. Mas sim, sobre o que consome a ponto de intoxicar, ou seja, paixões no sentido de vícios. E, por serem vícios, por mais que fossem prazerosas aos indivíduos, elas poderiam prejudicar a eles mesmos,

monopolizando seus pensamentos e ações, e a outros, pois poderiam resultar em atitudes descontroladas. Dessa maneira, para ser feliz seria necessário ser equilibrado, respeitando a integridade dos outros e cuidando de si mesmo da melhor forma quanto fosse possível. Nesse sentido, o Homem seria feliz não abrindo mão dos prazeres, mas se aproveitando deles de forma moderada.

Uma terceira observação no sentido do equilíbrio que podemos acrescentar ao texto, é realizada em relação às ilusões. Nesse caso, significa desconfiar e precaver-se das ideias que temos, das promessas recebidas, das esperanças depositadas, dos projetos e empreitadas as quais nos comprometemos e das escolhas tomadas. As ilusões, para Châtelet, não são prejudiciais, ao contrário, elas amenizam a realidade e tornam a vida algo mais leve. Desde que não sejam usadas como fuga da realidade, mas aprimoramento da mesma.

Sendo assim, a felicidade será alcançada a partir do momento em que aceitamos nossa realidade e conseguimos nos mobilizar e organizar para melhorá-la. Ainda que conscientes dos limites da nossa realidade social, cognitiva e interpessoal, buscar a felicidade é não se contentar com o mínimo, mas buscar melhorar para si e para os outros dentro do que lhe é permitido. Madame du Châtelet não está tentando revolucionar a França com esse escrito, mas compreender sua própria trajetória e fazer uma espécie de balanço acerca daquilo que experimentou.

Por fim, tratemos de cultivar o gosto pelo estudo, esse gosto que faz nossa felicidade só depender de nós mesmos. Evitemos a ambição, e, sobretudo, saibamos bem o que queremos ser; decidamos por qual caminho desejamos enveredar para passar nossa vida, e tratemos de semeá-lo com flores. (CHÂTELET, 2002, p. 40)

Assim, a autora fecha seu livro nos deixando uma lição acerca da felicidade: apenas iremos alcançá-la a partir do momento em que nos responsabilizarmos por ela. Châtelet passa as quarenta páginas do seu livro dissertando que precisamos, independente do sexo, ser autoresponsáveis. Não que devamos desconsiderar os empecilhos ou limitações sociais a que seremos expostos, mas devemos saber como lidar com a nossa condição, e, a partir dela, fazer nossas escolhas nos serem suficientes. Ela não diz em seu livro se se considera feliz, também não propõe um discurso em favor de direitos às mulheres ou alguma modificação na sociedade. Na verdade, ela explica o valor da

educação a partir do seu olhar sobre o tema e sugere que nós, enquanto indivíduos, possamos valorizar a educação que recebemos e buscar cada vez mais por oportunidades educacionais. (CHÂTELET, 2002)

Assim, seu livro *Sobre a felicidade* é um manual de como viver bem e encontrar paz e felicidade. Ao mesmo tempo, faz duras críticas a falta de liberdade, autonomia e oportunidades para as mulheres. Quase que em desabafo, Châtelet demonstra seu cansaço em continuar lutando contra uma sociedade que ainda não está preparada para determinados debates e parece fazer um monólogo em seus conselhos e direcionamentos, como se estivesse escrevendo para si mesma, um diário ou algo para lhe confortar nesse final da vida.

Outra questão levantada em seu livro e que dialoga diretamente com as ideias defendidas por Condorcet consiste no repúdio aos preconceitos. Entretanto, ela está diretamente voltada para o preconceito religioso, pois acredita que a instrução e a busca pela razão devem estar acima da busca por imposição de suas ideias sobre o outro e do desmerecimento das crenças, sejam elas quais forem. Châtelet acredita que a religião é uma coisa boa desde que não influencie na política e nas regras do mundo, ela cabe dentro da privacidade do ser humano.

Dirigindo-se especificamente às mulheres, Châtelet defende que a mulher deve buscar a satisfação de seus desejos, e quanto ao amor por seu conjugue, não o deve fazer sozinha, precisa ser uma via de mão dupla, onde um servirá e amará ao outro. Ela acredita num relacionamento justo, em que os dois lados têm direitos iguais um sobre o outro, por haver cumplicidade na vida íntima do casal. Essa ideia é custosa ao período por ainda existir algumas correntes que defendiam a mulher como submissa e pertencente a um homem e que deveria viver para ele, abrindo mão, inclusive, da sua vontade.

A condição feminina na tentativa, segundo Châtelet, é distinta do que seria atribuído ao caso masculino. Nesse sentido, dentre os caminhos que a mulher poderia percorrer para buscar a felicidade precisamos elaborar melhor o “amor”. Châtelet considera o amor algo raro de encontrar, como que uma vez por século. Assim, por mais que seja um sentimento capaz de unir duas pessoas, geralmente ele é confundido com o desequilíbrio amoroso, algo mais fácil de encontrar. (CHÂTELET, 2002)

O desequilíbrio amoroso exposto por Châtelet pode ser identificado em duas esferas. A primeira, no sentido de amar tanto o outro a ponto de se anular, de se descontrolar e agir por impulso ou de maneira compulsiva. Um segundo sentido, é demarcado pela ideia de um relacionamento desigual, ou seja, quando um ama e serve mais o outro não recebendo esse cuidado de forma igual. Em ambos os casos, isso não é saudável para o indivíduo, o que causa dor e “infelicidade”. (CHÂTELET, 2002)

A natureza predisposta à sensibilidade comum às mulheres é, para Châtelet, o motivo de se encontrar exageradamente mais casos de desilusões amorosas no gênero feminino do que no masculino. A autora propõe que a mulher tem mais facilidade para amar o outro, enquanto o homem tem maior capacidade de amar a si mesmo. Ela recomenda à mulher que tenha ponderação ao amar e que não deixe o homem saber a importância que tem para ela. E mais, ainda orienta que as mulheres aproveitem suas vontades sem culpa e que não se permitam deixar de buscar a felicidade para poder agradar ao outro. (CHÂTELET, 2002)

Pode-se dizer que esse livro foi o início de um incentivo à independência da mulher no Antigo Regime, pois ele traz ideias até então não defendidas por mulheres, ou divulgadas no meio social. O livro incita uma reflexão sobre o lugar, a figura, a representação e os direitos da mulher, através de uma escrita e ótica da própria mulher, e não somente como um discurso masculino sobre o outro sexo.

É interessante pensar que mesmo o livro não tendo sido escrito com a intenção a priori de ser publicado, Châtelet o dedica aos infelizes e aos que paralisavam frente aos seus problemas, independentemente de ser homem ou mulher. Ela defende a emancipação da mente, por acreditar no valor de pensar por si mesmo. Mas, sobretudo, se aproximando de uma filosofia epicurista – não tão incomum para a época – ela acredita que buscar o prazer em todas as coisas quanto for possível na vida terrena é melhor do que o discurso religioso de ser recompensado na eternidade. (CHÂTELET, 2002)

Foi priorizado neste capítulo sobre o indivíduo intitulado como Madame du Châtelet a ocultação de seu relacionamento com Voltaire, simplesmente pelo fato de que a maioria das publicações e citações sobre a mesma, vem acompanhadas do título de amante do filósofo. O que pouco se expõe é que Châtelet muito contribuiu, anonimamente e em sua intimidade, para as ideias e publicações do filósofo, assim como para outros

grandes nomes que participavam do mesmo salão que ela ou que tinham acesso às reuniões mais íntimas em sua residência.

Essa abordagem analítica proposta por Châtelet pode ser comparada, mesmo que de forma simplória, com o discurso de Aristóteles. Podemos dizer que segundo a visão aristotélica de felicidade, essa ideia estaria relacionada à virtude, a qual pode ser adquirida através do hábito. Sendo assim, ela possui uma natureza teleológica. Quando Aristóteles fala sobre as formas do homem alcançar a felicidade na Polis, ele está falando sobre virtudes morais, como a moderação, o sentido de justiça e até mesmo a coragem e, as virtudes intelectuais, ou seja, a ciência, sabedoria, inteligência etc. (ARISTÓTELES, 1991)

Ainda segundo Aristóteles, a verdadeira felicidade diz respeito à atividade da alma e isso inclui tanto aspectos externos quanto internos. Dessa maneira, a consciência que temos de nós mesmos e a forma como lidamos com o outro e nos relacionamos são complementares quando falamos sobre felicidade. Esse discurso é similar ao encontrado em Madame du Châtelet, onde a autora correlaciona a responsabilidade pessoal do indivíduo – acerca de sua felicidade – com suas experiências externas, suas relações.

Os dois autores indagam sobre a associação da felicidade às ocasiões ou bens específicos. Ou seja, tendemos a enxergar como felicidade aquilo que mais precisamos em algum momento ou mesmo queremos, o problema é que passado essa situação, essa idealização deixa de nos ser suficiente e galgamos um novo desafio para nos corresponder à felicidade, transformando essa busca em algo inacessível. Dessa maneira, o que os autores afirmam é que a felicidade não pode depender do estado de espírito num dado momento ou em objetivos específicos que tentamos alcançar, mas sim, ela precisa ser algo que nos transcende.

Aristóteles irá falar num tipo de autossuficiência da felicidade, onde a vida “feliz” é desejável sem depender do outro ou dos resultados e até mesmo, das circunstâncias. Esse é o discurso de Châtelet quando defende que a felicidade precisa nos bastar, pelo simples fato de estarmos contentes com quem somos. Entenda, não é sobre estar acomodado ou satisfeito, mas sim, se movimentar porque a felicidade nos transborda de tal forma que precisamos “viver”.

Outro ponto em comum que podemos citar em ambos os autores, é que eles reconhecem a felicidade mesmo na dor. A tristeza não é ausência de felicidade e o sofrimento não nos faz menos felizes, de fato, pode servir como estimulante para uma mudança de atitude ou mesmo efetuar um balanço de nossas escolhas até o momento, mas não determina que não teremos mais “felicidade”, pois Aristóteles e Châtelet compreendem que a felicidade não dita uma vida perfeita e sem problemas, mas a forma como iremos lidar com essas situações adversas. (ARISTÓTELES, 1991)

Por fim, também é demasiadamente marcado pela fala dos dois autores que a felicidade é inspiradora e está ligada ao conhecimento. Afinal, a sabedoria irá nos guiar em direção às melhores escolhas e essas decisões nos garantem melhores resultados e conseqüentemente uma maior preservação de nosso equilíbrio.

3.4 CONCLUSÃO

Com o intuito de escrever uma História das Mulheres, a escolha pelo estudo de caso de Madame du Châtelet justifica-se pela desconstrução do estereótipo de mulher ideal. Segundo afirmam Duby e Perrot, no capítulo sobre a mulher no pensamento filosófico do século XVIII, [em qual livro], a mulher seria um ser representado de acordo com a vontade daquele outro sujeito que não compartilha de sua experiência e não compreende sua essência (DUBY, PERROT, 1994, p. 369). Os discursos masculinos acerca das mulheres, são escritos para os homens e não para elas.

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas de casa, de guardiãs dos víveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualifica-las. (PERROT, 2013, p. 21)

Todo o diálogo em torno dos direitos, deveres e limitações das mulheres, assim como as definições sobre sua capacidade e em como deveriam viver, na verdade não passa pela opinião delas – questão essa sentida também em outros momentos na História. A ideia de colocar em debate o discurso de Châtelet é justamente tentar mostrar que a falta

de participação feminina nos discursos sobre seu sexo, e em outros debates do movimento, demonstra uma falha preocupante no período e nas propostas iluministas, e que de alguma forma continuou sendo perpetuado pela historiografia.

A perspectiva feminina em relação à felicidade apresentada pela autora parte de um discurso pessoal, ela fornece uma filosofia prática, trazendo o assunto para si, ao permitir aparecer intimamente em suas elaborações. Châtelet se humaniza em seu texto, deixando ser perceptível que mais está falando para ela mesma e sobre suas dores e reflexões, do que para um leitor. O século XVIII é marcado pelo período da escrita íntima,

A escrita íntima ou também chamada de autoreferencial surgiu, basicamente, no mundo ocidental no século XVIII. Ela funciona como uma prática executada por indivíduos comuns que a partir de suas anotações acerca do cotidiano que estão experimentando, produzem uma memória de si. Segundo Calligaris a biografia, assim como o romance utiliza a narrativa para descrever eventos da vida de um indivíduo que serão eternizados naquelas palavras escritas. Desta forma, não está preocupada com a veracidade dos fatos expostos pelo autobiográfico, mas é significativa para remontar suas percepções. (CALLIGARIS, 1998)

Podemos dizer que a autobiografia consiste em um tipo de representação do sujeito, principalmente de sua percepção de si. Historicamente o próprio diário é um tipo de composição autobiográfica. Philippe Lejeune irá falar sobre “uma escrita cotidiana: uma série de vestígios datados”. Ao longo do tempo, sua prática veio configurando-se um gênero textual, ou mesmo como um subgênero da autobiografia, principalmente por conta dos novos discursos acerca do alargamento das fronteiras da literatura. (LEJEUNE, 2008, p. 261)

O sujeito estaria convencido de ser o autor de seu discurso, e poderia ser apontada, inclusive, como uma tentativa desse indivíduo para construir uma identidade de si através de suas memórias, reflexões e análises. Considerando os diversos papéis que o indivíduo desempenha na modernidade, geralmente sobrepostos, essa produção de si pode constituir-se em uma forma de proteção da fragmentação do eu promovida pela vida moderna. (GOMES, 2004)

Châtelet arremata seu texto concluindo que, sobre tudo o que poderia ser lembrado daquele texto, o mais importante a se buscar é o conhecimento. O pilar mais firme de uma

vida, principalmente para a mulher é o estudo, pois é aquilo que ninguém poderia tirar dela, ainda que não fosse valorizado ou gerasse resultados e consequências conforme sua expectativa, a erudição permaneceria nela e sua razão seria a responsável por lhe garantir fazer boas escolhas e viver de forma mais próxima de ser verdadeiramente feliz.

A autora insiste que a liberdade feminina estaria no conhecimento dela e isso teria o poder de mudar sua trajetória, ainda que apenas no seu interior. A opressão masculina não poderia ser abolida, mas seu impacto em relação à mulher poderia ser minimizado se ela soubesse utilizar do recurso da razão para resolver seus conflitos internos e externos, pois a felicidade está mais relacionada às escolhas que fazemos do que exatamente ao lugar onde chegaremos.

Assim, o discurso de Châtelet se aproxima do que vimos em Condorcet. Contrariando as ideias de Rousseau, demonstra que as diferenças entre homens e mulheres seriam determinadas por fatores educacionais, e não biológicos. Ou seja, se a educação for oferecida da mesma maneira, ambos os sexos possuem as capacidades intelectuais devidas para alcançar resultados similares e compreender as mais diversas áreas do conhecimento.

Dessa maneira, pode-se dizer que o discurso de Châtelet é um incentivo à independência intelectual da mulher, o que estava sendo debatido no período. Por mais que valorizasse o papel de esposa e mãe, ela mesmo já tendo ocupado tal lugar, ela considera necessário que a mulher também buscasse realização por si mesmo e por suas habilidades intelectuais, pois isso não dependeria dos outros e nem poderia ser retirado dela. (PIVA; TAMIZARI, 2012)

Finalizando com uma célebre frase de Madame du Châtelet, “o amor pelo estudo é, de todas as paixões, a que mais contribui para nossa felicidade” (CHÂTELET, 2002, p.21), podemos dizer que, para nós historiadores, esse seria um brilhante caminho para percorrermos em busca da felicidade, através do conhecimento e da possibilidade de refletir sobre os mundos que nos chegam através dos livros e ter liberdade de imaginação para criar outras possibilidades e releituras do mundo e das coisas.

CONCLUSÃO

O trabalho aqui apresentado buscou através da história das mulheres, apresentar a ideia de representação feminina através dos discursos encontrados no período iluminista na França. Também se propôs a analisar a concepção de felicidade e sua relação com a educação a partir da lógica defendida por Madame du Châtelet através do seu livro “discurso sobre a felicidade” (1779).

Ao tratarmos desse tema poderíamos ter analisado outros filósofos que também discorreram à respeito da educação das mulheres e o papel feminino na sociedade daquele período. Entretanto, devemos ressaltar que nossa escolha por Rousseau e Condorcet foi no intuito de apresentar duas ideias contraditórias, ainda que, importantes e relevantes para o contexto e campo historiográfico. Consideramos também, tais debatedores pelos objetivos propostos pelo o trabalho em virtude de sua estrutura organizacional e metodológica.

Contudo, o primordial é compreender que as mulheres conquistaram seu espaço e construíram uma referência importante para a comprovação de suas habilidades, talentos e competências. E, a historiografia ao longo dos anos, preocupou-se em contar essas histórias e evidenciar tais sujeitos que fizeram a diferença para a construção da história do mundo.

Cada conquista individual da mulher é uma conquista coletiva do sexo feminino. Uma das maiores contribuições de Madame du Châtelet em seu tempo foi a preocupação para com a produção de um conhecimento que servisse aos indivíduos. Châtelet pode não ter discursado diretamente em defesa das mulheres, como por exemplo, mas sua existência honrou com aquilo que acreditava dizer respeito ao sexo feminino. Ela estudou, aplicou-se, produziu e contribuiu para a construção de ideias e perspectivas ainda atuais e custosas ao nosso tempo.

Assim, investigar a relação entre mulher e educação na França iluminista e observar a construção dos discursos acerca da representação feminina é relevante, importante e complexo, pois nos fala sobre o feminino e a forma como as mulheres se colocaram (e foram colocadas) ao longo dos séculos. Além disso, também nos serve como

ferramenta para compreender por um outro prisma esse movimento intelectual e um pouco do foi a sociedade francesa no século XVIII.

Estudar a obra de Madame du Châtelet nos levou, também, a compreender importantes relações e noções do século XVIII acerca da figura feminina, com base no olhar pessoal de uma mulher e sua perspectiva.

No livro “Palavras de Homens” (1991) Elisabeth Badinter irá trazer textos da época acerca de debater propostos no sentido de pensar a representação feminina. É interessante no escrito de Roederer¹⁰ quando fala da “necessidade política de educar o povo... inclusive as mulheres”

Sua instrução nos pareceu dever originar-se rapidamente das sociedades patrióticas que reuniam todos os cidadãos sem distinção. Aquelas desta capital, conhecidas pela designação das Sociedades Fraternas, nas quais todos os cidadãos se reúnem com suas famílias, e se instruem em comum, oferecem precisamente o exemplo disso. (BADINTER, 1991, p.73)

Outra citação importante que podemos fazer ainda no livro de Badinter (1991) está no texto escrito por Condorcet “a instrução das mulheres”¹¹ onde o filósofo afirma que “elas não devem ser excluídas daquelas relativas às ciências, porque podem tornar-se úteis aos progressos destas, seja fazendo observações, seja compondo livros elementares.” (BADINTER, 1991, p. 87)

Assim, a defesa do autor não diz respeito exatamente a um discurso que poderia ser interpretado como em defesa das mulheres, propriamente dito. Condorcet está, sobretudo, defendendo o conhecimento, a propagação de saberes que se complementem e possam gerar frutos à sociedade. Capacitar a mulher seria oferecer mais sujeitos que pudessem lutar pela ciência e pelo conhecimento.

Châtelet por conta de sua inteligência pertencia à um privilegiado espaço, inclusive, restrito à determinados homens que não contavam com as mesmas sociabilidades e virtudes intelectuais que a madame. Conforme ela mesma nos conta, teve a oportunidade de viver aquilo que “desejou, estudou o que gostava, produziu conforme

¹⁰ Segundo nota da autora, o texto foi escrito por um deputado na forma de mensagem da Sociedade dos Amigos da Constituição às sociedades afiliadas, em 15 de Setembro de 1791. (BADINTER, 1991, p.72)

¹¹ Segundo nota da autora, o texto escrito por Condorcet foi publicado em *1er Mémoire sur l'Instruction Publique* em 1791-1792).

seus interesses e aptidões, conheceu lugares e pessoas, ou seja, usufruiu daquilo que pôde. Madame du Châtelet protagonizou sua vida. (BADINTER, 2003)

Contudo, não podemos generalizar nosso discurso, sendo convictos que suas oportunidades e educação foram totalmente aproveitados, também não podemos dizer que se ela tivesse tido outra trajetória, obteria resultados superiores ou inferiores. Ao que sabemos, o acesso à educação é primordial na formação de todo e qualquer indivíduo, mas existem características e potencial particulares que determinam nossas habilidades e conquistas. (BADINTER, 2003)

Também precisamos moderar nosso discurso em relação aos filósofos. Suas produções e discursos acerca da temática desenvolvida por esta dissertação não necessariamente representa a cerne de duas expectativas para com seus ideias. Na verdade, Rousseau e Condorcet, assim como todos os autores dos verbetes citados, estavam produzindo para um público específico – letrados, filósofos, intelectuais, outros autores e interessados nos temas – e tinham, sobretudo, o intuito de impulsionar debates, oferecer informações e conhecimentos que pudessem ser apreendidos e refletidos por seus pares. (FERRONE; ROCHE, 1999)

Dessa maneira, intelecto, sabedoria e coragem não são predicados suficientes para se caracterizar o gênero humano, da mesma forma que não são suficientes para explicar suas atitudes e preferências, assim como suas trajetórias profissionais. Isso é desafiador pensando o “fazer” histórico e a maneira como conectamos trajetórias, sociabilidades e outros fatores mais, tentando escrever nas brechas deixadas pelas fontes. (DAVIS, 1998)

Assim, podemos dizer que a formação científica das mulheres no século XVII e, principalmente no XVIII, tratou-se de um fenômeno que pode ser desmiuçado e se intensificado nos séculos seguintes. Contudo, desde Christine de Pizan no começo do século XV na França, o assunto já estava sendo colocado em debate. Diante disso, percebemos que cada vez mais presente nas reflexões de pensadores e posteriormente alcançando outras camadas da sociedade, a educação das mulheres toma corpo e propõe perceber e representar as mulheres por meio de outras óticas.

Para tal, pensar a relação entre indivíduo e sociedade esbarra no questionamento dos limites da dependência e interdependência entre eles, e mais, em tentar determinar as normas que norteiam essa interação. São trocas de forças, indo do indivíduo para a sociedade e percorrendo o percurso inverso, tudo na tentativa de encontrar um esquema

de análise que funcione. Assim, a relação indivíduo/sociedade em conjunto ao contexto histórico permite tecer algumas críticas necessárias acerca das relações sociais e das estruturas e ideologias em que são sustentadas.

Norbert Elias (2011) nos apresenta essa noção quando afirma que a sociedade somos nós, que ela seria uma porção de pessoas juntas. Ele propõe desconstruir as definições engessadas que estamos acostumados usar como explicação, projetando a ideia de que as estruturas por mais construídas que sejam, não são contínuas e organizadas. Elas precisam ser observadas por um novo prisma.

Elias através de sua teoria sociológica tenta pontuar o que entende como um problema na sociologia, o fato de geralmente não considerar uma visão global para compreender a interdependência que existe entre o indivíduo e a sociedade. Considerando o indivíduo como “meio” e a sociedade como “fim”, e exorta que isso não basta para compreender esse organismo. O ideal para Elias – ou o começo do que seria uma forma de análise mais justa e completa – seria partir da aceitação de que há uma relação entre indivíduo e sociedade, o que é possível de fazer se abrir mão de considerar como “termos de substâncias isoladas” substituindo por “termos de relações e funções”.

Tanto a sociedade quanto o indivíduo não podem existir um sem o outro. Por mais que possuam funções e forças distintas, não havendo uma relação harmoniosa, ainda assim, são, ao mesmo tempo, independente e dependente um do outro. Daí a existência de uma ordem invisível entre as pessoas, a qual se organiza numa rede de funções interdependentes a qual conecta as pessoas e viabiliza o convívio social, fazendo dessa estrutura dependente de suas partes.

A sociedade produz, através das transformações em sua dinâmica social, noções ou “verdades” que são relativas ao próprio contexto em que são produzidas. É um monumento giratório como os ponteiros do relógio, seguem naquele espaço físico condicionado, mas ainda assim mobilizam outros mecanismos em si para tentar justificar e organizar o que significam, representam e o que a eles pertence.

O homem é um ser social e por esse motivo depende da companhia de outros. Elias nos ensina ainda, que os indivíduos são suas relações, por isso as redes humanas se apresentam e desenvolvem na forma deles próprios. Através da metáfora da Rede, Elias

explica que a sociedade se constitui no conjunto das relações entre os indivíduos, e nas ações individuais que grupos se comprometem a realizar.

Tal metáfora afirma que se estabelecem tensões, e mais, cada fio que a compõe tem sua própria singularidade e identidade própria, mas a chave está exatamente nisso. A rede é uma conexão de fios individuais, os quais constroem uma unidade em si, mas é nesse processo, quando olhado no conjunto, que é possível encontrar a sociedade, pois ela está constantemente num fluxo de transformações e movimento. Elias está nos mostrando que a sociedade é uma contínua interação entre a parte e o todo, mesmo reconhecendo que elas estão permanentemente se modificando, configurando-se num processo dinâmico.

Ou seja, na rede os fios se conectam uns aos outros, contudo nem a totalidade da rede e nem a particularidade de cada fio pode ser compreendida de forma separada e analisadas individualmente. A rede somente pode ser percebida partindo da busca de como todos os fios, que são únicos e singulares, se ligam reciprocamente. Dessa maneira, o movimento que ocorre na rede é realizado por relações interpessoais.

O indivíduo e a sociedade não são indissociáveis, por isso não é cabível pensar essa análise separadamente ou uma parte após outra. É preciso renunciar à visão de signos isolados, substituindo pela maneira de pensa-los como relações e funções aglutinadas da estrutura social. Dessa maneira, não existe uma estrutura fora do indivíduo, da mesma forma que não existe um indivíduo fora da sociedade. À vista disto, Elias considera que somente é possível compreender tal relação, agregando o processo de individualização e a historicidade do sujeito ao investigar a estrutura e teoria da sociedade.

Assim, podemos dizer que a História Social surge com a proposta da interdisciplinaridade, convidando outras disciplinas fora da História para somar as observações do passado. Ela norteia os indivíduos, e não apenas os eventos. Objetiva olhar para os conflitos e como os sujeitos influenciam os meios. Uma boa analogia para compreender as formas de análise tradicional para essa “Nova História” é a mudança perspectiva de olhar por um telescópio para um microscópio. (BURKE, 2012)

Dessa maneira, podemos dizer que há uma mudança de perspectiva, saindo da tradicional historiografia para uma modalidade em que o sujeito que não estava no cerne das investigações, pudesse ser valorizado e contar sua história, a qual se entrelaça com o

tempo e sociedade em que viveu. A ideia da história vista de baixo e a partir disso, os estudos sobre mulheres oferece nova perspectiva interpretativa sobre o passado. De fato, a história das mulheres e os estudos de gênero estimulam os historiadores a reformularem as perguntas acerca do passado. E abrir possibilidades de olhar para a mulher fora do espaço privado e por meio da linguagem dos homens sobre elas. (BURKE, 2012)

Michelle Perrot surge nesse meio na década de 1970 na França apresentando personagens até então desprezados e desconsiderados como objeto de análise, o faz sobretudo por meio da história da classe trabalhadora e da história das mulheres. Seus trabalhos sobre mulheres chamam atenção pois propõem uma reavaliação dos sujeitos na história e as relações entre os sexos e os espaços. Ao mesmo tempo que também conta sobre o macro, fazendo uma leitura acerca da sociedade, a partir de um pequeno grupo ou indivíduo. (PERROT, 2017)

A cultura científica europeia foi muito influenciada pelo Iluminismo francês e o movimento enciclopedista advindo dele. O empreendimento inovou, através dos verbetes, a dinâmica no espaço público letrado. Valorizou *a ação do homem sobre a natureza por meio de uma ciência cada vez mais profissionalizada, especializada e vinculada ao Estado*, o que também contribuiu no desenvolvimento dos temas científicos nos períodos seguintes e ainda hoje, possui grande relevância para a historiografia. (KURY, 2007, p.143)

No caso iluminista, é possível dizer que o período garantiu ao Estado francês a construção de objetivos e ideais que influenciaram espaços além da França e até hoje permeiam o mundo (BEAUREPAIRE, 2014). Dessa maneira, o Iluminismo viabilizou redes comunicativas de ideias, através dos salões, publicações, teatro etc. As quais foram tornando-se cada vez mais frequentes ao longo da consolidação do movimento (BENREKASSA, 1999).

Diante disso, a participação feminina estaria diretamente condicionada a marcadores específicos como família pertencente e comportamento social. Por exemplo, se uma mulher fosse de família que gozasse de prestígio social e posses, ela poderia receber estudo particular através de tutores, similar ao oferecido a alguns homens. Inclusive, poderia participar do meio letrado, fosse executando a função de anfitriã ou oradora de algum salão, e até mesmo como escritora de peças ou livros (VOVELLE,

1997). Assim como no caso francês, no Brasil a referência é similar e precisa ser estudada de forma aprofundada.

O Iluminismo, desde as primeiras reflexões acerca do papel do homem na sociedade e como a política deveria funcionar na França, proporcionou, dentre outras coisas, o início de uma movimentação em torno do processo educacional, o qual visava abranger um maior número de mulheres, inclusive. Contudo, a educação recebida por elas não se igualava aos objetivos da que era oferecida aos homens (DUBY; PERROT, 1994).

Para as mulheres, levando em consideração que estamos pensando somente na pequena parcela que tinha acesso a esse ensino, em geral, o foco consistia numa preparação para a vida doméstica, aprendiam música, bordados, pinturas e demais coisas que garantia dotes decorativos ensinando-as a ser melhores esposas, mães, filhas e anfitriãs. Já aos homens, cabiam disciplinas relacionadas às ciências, principalmente matemática e física, pois acreditavam que eles nasceram para dominar as ciências (CROIX, QUÉNIART, 1997).

Sendo assim, escrever uma história de mulheres permite apreender as modificações experimentadas no papel social que a mulher ocupa, de acordo com o tempo e espaço (DAVIS, 1976). Ainda, torna praticável construir uma representação desses indivíduos pela sua própria ótica e ação, percebendo as nuances particulares até então desconhecidas ou desconsideradas. Para tal, surge na premissa da mulher como sujeito social e ativo, a noção e experiência de sua relação com o contexto histórico e lugar social.

Por isso, propor uma investigação acerca das representações femininas na França Iluminista, tendo como base a questão da educação não é uma tarefa esgotável numa dissertação, mas tem sido pensada e debatida nos últimos séculos e é relevante para completar mais uma peça nesse quebra-cabeças que é a História. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi conectar ideias, análises e discursos com o intuito de apresentar a relevância da educação para a formação dos indivíduos independente do sexo.

Referências Bibliográficas

Fontes bibliográficas

CHATELET, Madame du. *Discurso sobre a felicidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

Verbete falcuté.

<https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/6/901/?byte=3570585>. Acessado em 13/11/2018.

CONDORCET, Jean-Antoine Nicolas de Caritat de. *Informe y proyecto de decreto sobre la organización general de la instrucción pública*. Madrid: Centro de Estudios Ramon Aceres, 1990.

_____. *Œvres*. Publicadas por A. Condorcet O'Connor e M. F. Arago. Paris: F. Didot, 1847- 49, 12 vol.

_____. *Tableau historique des progrès de l'esprit humain: projets, esquisse, fragments et notes (1772-1794)*. Edição crítica. Paris: INED, 2004.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat Marquis. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. The First Essay on the Political Rights of Women. A Translation of Condorcet's Essay "Sur l'admission des femmes aux droits de Cité" 1790.

<https://oll.libertyfund.org/titles/condorcet-on-the-admission-of-women-to-the-rights-of-citizenship>. Acessado em 18/12/2018.

PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças de. (Organizadores). DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 1: O sistema dos conhecimentos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 2: O sistema dos conhecimentos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 4: O sistema dos conhecimentos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 5: O sistema dos conhecimentos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril, 1974 (Col. "Os Pensadores").

_____. *Emílio, ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais, v. 1: Desejo de glória 1735 – 1751*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As paixões intelectuais, v. 2: Exigência de dignidade 1751 – 1762*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As paixões intelectuais, v. 3: Vontade de poder 1762 – 1778*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Émilie, Émilie: A ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial: Duma Dueto: Paz e Terra, 2003.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P.91-92.

BEAUREPAIRE, Pierre-Yves. *La France des Lumières*. Paris: Belin, 2014.

_____. *L'Europe des Lumières*. Paris: Puf, 2004.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet – 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BINOCHÉ, Bertrand; LEMAÎTRE, Alain J. *L'opinion publique dans L'Europe des Lumières*. Paris: Armand Colin, 2013.

BLOCH, Jean. Discourses of female education in the writings of eighteenth-century French women. In: KNOTT, Sarah; TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. Nova York: Palgrave Macmillan. 2007

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In: *Estudos Históricos*. CEPEDOC/FGV, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, pp. 43-58.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CASSIRER, Ernst. *La philosophie des Lumières*. Paris: Fayard, 1970.
- CROIX, Alain; QUÉNIART, Jean. *Histoire Culturelle de la France v.2: De la Renaissance à l'aube des Lumières*. Paris: Points, 1997.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DARMON, Jean-Charles; DELON, Michel. *Histoire de la France littéraire: Classicismes XVII – XVIII siècle*. Paris: Puf, 2006.
- DARNTON, Robert. *Poesia e Polícia: Redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Enciclopédie. In: _____. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DAVIS, Natalie Z. “Women’s History” in transition: The European Case. In: *Feminist Studies*, nº 3, 1976.
- DRYSDALE, Alice V. *On the Admission of Women to the Rights of Citizenship*. Letchworth: Garden City Press, 1912).
- DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. *Ipotesi, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 11 - 19, jul./dez. 2009.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: edições Afrontamento, 1994.
- DURANT, Will: *A história da filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel. *Le monde des Lumières*. Paris: Fayard, 1999.

FURRET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GASPAR, Adília. *A representação das mulheres no discurso dos filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet*. Rio de Janeiro: Uapê: SEAF, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004, p.7-24.

GOMES, Maria Laura Magalhães. *Quatro visões iluministas sobre a educação matemática*. Campinas: São Paulo, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HÉRITIER, Françoise; PERROT, Michelle; AGACINSKI, Sylviane; BACHARAN, Nicole. *La plus belle histoire des femmes*. Paris: Points, 2011.

ISRAEL, JONATHAN. *A revolução das luzes*. São Paulo: EDIPRO, 2013.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. *Dos usos público e privado da razão Segundo Immanuel Kant*. In: *Passages de Paris* 7, 2012, 223-231.

KANT, Immanuel. *Qu'est-ce que les Lumières?* Paris: Hatier, 2012.

KREIMENDAHL, Lothar (org.) *Filósofos do século XVIII*. Rio Grande do Sul: Editora UNISINOS, 2000.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LILTI, Antoine. *Le monde des salons : La sociabilité mondaine à Paris au XVIIIe siècle*. Université de Paris I, 2003.

 LOCKE, John. *Some Thoughts Concerning Education*. In. http://www.sophia-project.org/uploads/1/3/9/5/13955288/locke_education.pdf. 1692. Consultado em 14/01/2019.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Da amizade entre homens e mulheres: Cultura e sociabilidade nos salões iluministas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 46, p. 51-67, 2007. Editora UFPR.

MAZENOD, Lucienne; SCHOELLER, Ghislaine. *Dictionnaire des femmes célèbres*. Paris: Robert Laffont, 1992.

MASON, Amelia Gere. *The women of the french salons*. 1891. Disponível em: <https://archive.org/details/womenfrenchsaloo00masoog>, acessado em 13/10/2015.

MIGNOT, Claude; RABREAU, Daniel. *Temps Modernes: XV – XVIII siècles*. Paris: Flammarion, 2011.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da Educação no Século XVII*. Brasília: Kírion, 2018.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: editora contexto, 2013.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. Cadernos Pagu (4), Unicamp, 1995.

RAYNAUD, Philippe. *La politesse des lumières: leslois, lesmoeurs, lesmanières*. Paris: Gallimard, 2013.

RASHED, Roshdi. *Condorcet: mathématique et société*. Paris: Hermann, 1974.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi; OLIVEIRA, Terezinha. História da educação no século XVIII: Educação e Fisiocracia. *Roteiro*, Joaçaba, v. 34, n. 1, p. 63-78, jan./jun. 2009.

ROSS, Sarah. *Her father's Daughter: Cassandra Fedele, woman humanista of the Venetian Republic*. Korhonen, Anu; Lowe, Kate, 2007.

ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. "A noção de liberdade no Emílio de Rousseau". *Trans/Form/Ação* (Unesp-Marília), v. 28, n. 1, p. 109-118, 2005.

_____. "Rousseau e a educação pública: uma solução?". *Princípios - Revista de Filosofia* (UFRN), v. 16, n. 25, p. 187-202, 2009.

SANTOS, Rodison Roberto. História e progresso em Condorcet. In Cadernos de Ética e Filosofia política. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82614>

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, n. 3: Desacordos, desamores e diferenças. p. 11-27, 1994.

Seguin, Maria-Susana. *Les femmes et les sciences de la nature. Dix-Huitième Siècle*, Paris: Puf Diffusion, n. 36, 2004.

SETH, Catriona. *La fabrique de l'intime: mémoires et journaux de femmes du XVIII siècle*. Paris: Robert Laffont, 2013.

STRATHERN, Marilyn. O gênero dádiva. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

STRECK, Danilo R. *Rousseau & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, E. M.; SOIHT, R.; MATOS, M. I. S. de (org.). *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997, p. 55-82.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti, OLIVEIRA, Claudia de; ROUCHOU, Joelle; VELLOSO, Monica Pimenta (org.) *Criações Compartilhadas: artes, literatura e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2015.

VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.

VIAL, Nicolas. *La déclaration des droits de l'homme et du citoyen illustrée*. Paris: Plon, 2013

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3: Desacordos, desamores e diferenças. p. 29-62, 1994.

VOVELLE, Michel. *O homem do iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

_____. a Revolução francesa (1789-1799). São Paulo: Editora UNESP, 2012.

VIGARELLO, Georges (directeur) *Histoire Du corps Vol 1: De La Renaissance aux Lumières*. Paris: Points, 2005.

ENDEBO, Nelson Shuchmacher. *Metacínética Histórica: um potencial da comunicação*. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3322-1.pdf>. Acesso em 09/07/2016.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LIMA, Luiz Costa. *Os eixos da linguagem: Blumenberg e a questão da metáfora*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2015.

PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças (org.) *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 5: Sociedade e artes / Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alambert*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.